GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XX Nº 234 | TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1996 | PREÇO: R$ 0,83

SUMÁRIO

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO 9841
SECRETARIA DE GOVERNO 9845
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 9846
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 9847
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 9848
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 9849
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 9849
SECRETARIA DE TRABALHO 9849
SECRETARIA DE TURISMO 9850
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 9850
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 9851

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO 9862
CASA MILITAR 9862
SECRETARIA DE GOVERNO 9862
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 9865
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 9865
SECRETARIA DE SAÚDE 9865
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 9867
SECRETARIA DE AGRICULTURA 9867
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 9867
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 9867
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 9868
SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO 9868
SECRETARIA DE TRABALHO 9868
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 9868

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO 9869
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 9870
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 9871
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 9871
SECRETARIA DE SAÚDE 9874
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 9875
SECRETARIA DE OBRAS 9881
SECRETARIA DE TRANSPORTES 9882
SECRETARIA DE AGRICULTURA 9882
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 9883
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 9883
SECRETARIA DE TRABALHO 9883
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 9883
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 9883
INEDITORIAS 9883

PROGRAMA



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Uma força para quem quer uma vida melhor

Depois de preparar 13.500 trabalhadores em 95, a Secretaria de Trabalho continua investindo na educação profissional. A diferença é que agora os mais de 300 cursos que serão oferecidos em 96 destinam-se também aos beneficiários da Bolsa-Escola e a servidores públicos, entre outros segmentos. A meta é capacitar 115.000 trabalhadores nas mais diferentes áreas. O Governo Democrático e Popular investe na educação profissional porque sabe que esse é um caminho que possibilita mais e melhores empregos para o Distrito Federal. Afinal, quem quer mudar de vida através do estudo merece todo o nosso crédito.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Fundo de Amparo ao Trabalhador
SECRETARIA DE TRABALHO
GDF

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.874, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 241.615,00 (duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e quinze reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso III, da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso 1, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.010.247/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural crédito suplementar, no valor de R$ 241.615,00 (duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e quinze reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso II, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação decorrente dos Convênios e Contrato, celebrados com a EMATER, na seguinte forma:

- Convênio de Cooperação Técnica e Operacional da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural;

- Convênio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Distrito Federal, e

- Contrato n° CFP/013/96 - STb, firmado entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria do Trabalho, com a inteveniência do DEPEM.

Art. 3° A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houve sido empenhada.

Art. 4° Em função do disposto no artigo anterior, a receita da unidade fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

FISCAL

RECEITA

14.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14.203 EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL

ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES			241.615
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		241.615	
1980.00.00 RECEITA DE CONVENTOS		241.615	
01011/001		TOTAL	241.615

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
14.000	SECRETARIA DE AGRICULTURA				241.615
(000000/00000) 14.203	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL				241.615
040070021.2094	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				241.615
040070021.2094.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	061	112.000	
		34.90.30	062	46.000	
		34.90.36	061	10.000	
		34.90.36	062	10.000	
		34.90.39	061	23.615	
		34.90.39	062	40.000	241.615
01011/062 -200034				TOTAL	241.615

DECRETO Nº 17.875, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 86.870,00 (oitenta e seis mil, oitocentos e setenta reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alíneas "b" e "c", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Educação - Entidades Supervisionadas, em favor da Fundação Educacional do Distrito Federal e à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, crédito suplementar, no valor de R$ 86.870,00 (oitenta e seis mil, oitocentos e setenta reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos II e III.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, incisos II e III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados e pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo IV.

Art. 3° Em função do disposto no art. 1°, a receita da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso fica acrescida do valor constante do Anexo I.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1.00

FISCAL

RECEITA

24.000 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
24.202 FUNDACAO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO

ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES			6.870
1500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL		6.870	
1520.00.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		6.870	
1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	6.870		
01001/001		TOTAL	6.870

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador

ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social

CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1.º lugar

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111,
Térreo. CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones:(061) 225-7803
316-4137
213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				80.000
(160193/00001) 18.193	SECRETARIA DE EDUCACAO - ENT. SUP. FEDF				80.000
080070021.2825	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				80.000
080070021.2825.0001	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.11.41	000	80.000	80.000 *
(160201/16201) 18.201	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				80.000
080070021.2038	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				80.000
080070021.2038.0003	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.39	000	80.000	80.000
01000/001 -200035				TOTAL	80.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

ANEXO III EXERCICIO DE 1996 R$ 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				6.870
(220202/22202) 24.202	FUNDACAO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO				6.870
030070021.2152	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				6.870
030070021.2152.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.93	050	6.870	6.870
01001/002 -200032				TOTAL	6.870

ANEXO IV EXERCICIO DE 1996 R$ 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR

CANCELAMENTO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				80.000
(160193/00001) 18.193	SECRETARIA DE EDUCACAO - ENT. SUP. FEDF				80.000
080070021.2825	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				80.000
080070021.2825.0001	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.11.41	000	80.000	80.000 *
(160201/16201) 18.201	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				80.000
080070021.2038	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				80.000
080070021.2038.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.92	000	80.000	80.000
01000/002 -200042				TOTAL	80.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

DECRETO Nº 17.876, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 135.000.825/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa VI - Planaltina crédito suplementar, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial e total das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				70.000
(190108/00001) 11.108	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				70.000
030070021.2023	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				70.000
030070021.2023.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	000	42.000	
		34.90.93	000	18.000	
		45.90.52	000	10.000	70.000
00971/001 -200035			TOTAL		70.000

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				10.000
(190108/00001) 11.108	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				10.000
030070021.2023	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				10.000
030070021.2023.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	000	10.000	10.000
00976/001 -200035			TOTAL		10.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				70.000
(190108/00001) 11.108	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				70.000
030070021.2023	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				70.000
030070021.2023.0004	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.30	000	13.000	13.000
030070021.2023.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	34.90.39	000	47.000	
		45.90.52	000	10.000	57.000
00971/002 -200042			TOTAL		70.000

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				10.000
(190108/00001) 11.108	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				10.000
030070021.2023	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				10.000
030070021.2023.0004	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.30	000	10.000	10.000
00976/002 -200042			TOTAL		10.000

DECRETO Nº 17.877, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei nº 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 132.002.205/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa III - Taguatinga crédito suplementar, no valor de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial e total das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUÉ

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				30.000
(190105/00001) 11.105	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				30.000
030070021.2016	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				30.000
030070021.2016.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	020	30.000	30.000
01019/001 -200035			TOTAL		30.000

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				32.500
(190105/00001) 11.105	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				32.500
030070021.2016	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				32.500
030070021.2016.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.32	020	10.000	
		34.90.39	000	14.500	
		34.90.39	020	8.000	32.500
01020/001 -200035			TOTAL		32.500

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				30.000
(190105/00001) 11.105	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				30.000
030070021.2016	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				30.000
030070021.2016.0004	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.39	020	30.000	30.000
01019/002 -200042			TOTAL		30.000

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				32.500
(190105/00001) 11.105	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				32.500
030070021.2016	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				22.500
030070021.2016.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	020	18.000	
		46.90.64	000	4.500	22.500
100600327.1126	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA				10.000
100600327.1126.0001	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	34.90.30	000	10.000	10.000
01020/002 -200042			TOTAL		32.500

DECRETO Nº 17.878, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 140.001.277/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa VII - Paranoá crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial e total das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				20.000
(190109/00001) 11.109	REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				20.000
030070021.4002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
030070021.4002.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	000	4.000	
		45.90.52	000	16.000	20.000
00996/001 -200035				TOTAL	20.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				20.000
(190109/00001) 11.109	REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				20.000
030070021.4002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
030070021.4002.0004	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.30	000	4.000	
		45.90.52	000	15.000	19.000
030070021.4002.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	45.90.51	000	1.000	1.000
00996/002 -200042				TOTAL	20.000

DECRETO Nº 17.879, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 094.001.468/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Entidades Supervisionadas, em favor do Serviço de Limpeza Urbana, crédito suplementar, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 02 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				9.000
(150195/00001) 21.195	SEC. DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA - ENT. SUP. SLU				9.000
100600325.1838	PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				9.000
100600325.1838.0003	SERVICO DE LIMPEZA URBANA	45.11.42	000	9.000	9.000 *
(150205/15205) 21.203	SERVICO DE LIMPEZA URBANA				9.000
100600325.1113	IMPLANTACAO DO PROGRAMA "BRASILIA VERDE E LIMPA"				9.000
100600325.1113.0001	GESTAO DE LIMPEZA PUBLICA	45.90.51	000	9.000	9.000
01006/001 -200035				TOTAL	9.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				9.000
(150195/00001) 21.195	SEC. DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA - ENT. SUP. SLU				9.000
100070021.2856	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				9.000
100070021.2856.0003	SERVICO DE LIMPEZA URBANA	45.11.42	000	9.000	9.000 *
(150205/15205) 21.203	SERVICO DE LIMPEZA URBANA				9.000
100070021.8005	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				9.000
100070021.8005.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	000	9.000	9.000
01006/002 -200042				TOTAL	9.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

DECRETO Nº 17.880, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.008.811/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto ao Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				4.000
(190205/19205) 22.205	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DF				4.000
100070021.2339	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				4.000
100070021.2339.0003	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.70.39	050	4.000	4.000
01003/001 -200035				TOTAL	4.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				4.000
(190205/19205) 22.205	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DF				4.000
100070021.2339	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				4.000
100070021.2339.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	050	2.000	
		46.90.64	050	2.000	4.000
01003/002 -200042				TOTAL	4.000

DECRETO Nº 17.881, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 1.947,00 (hum mil, novecentos e quarenta e sete reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.010.168/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa X - Guará crédito suplementar, no valor de R$ 1.947,00 (hum mil, novecentos e quarenta e sete reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação total da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				1.947
(190112/00001) 11.112	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA				1.947
030070021.2025	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				1.947
030070021.2025.0004	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	45.90.52	000	1.947	1.947
00995/001 -200035				TOTAL	1.947

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				1.947
(190112/00001) 11.112	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA				1.947
030070021.2025	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				1.947
030070021.2025.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	45.90.52	000	1.947	1.947
00995/002 -200042				TOTAL	1.947

RETIFICAÇÃO

No texto da Lei nº 1.254, de 1996, publicada no DODF de 11/11/96,

onde se lê: "Art. 3° .....
VIII - operação de contrato de arrendamento mercantil, exceto a venda do bem ao arrendatário, ao término do contrato, pelo valor residual;"

Leia-se : "Art. 3° .....
VIII - operação de contrato de arrendamento mercantil, exceto a **venda do bem ao** arrendatário;"

SECRETARIA DE GOVERNO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 2 de dezembro de 1996

PROCESSO : 030-010.510/96
INTERESSADO : SECRETARIA DE GOVERNO
ASSUNTO : AQUISIÇÃO VALE TRANSPORTE

Conforme a alínea "g", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria n.º 017 - SEG, de 22/11/95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, nos valores de **R$ 12.734,00 (doze mil, setecentos e trinta e quatro reais), R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), R$ 101,20 (cento e um reais e vinte centavos) e R$ 1.150,20 (hum mil, cento e cinqüenta reais e vinte centavos)** em favor, respectivamente, do **BANCO DE BRASILIA S.A.**, das firmas **TRANSPORTES PROGRESSO LTDA., RÁPIDO SANTO ANTONIO LTDA. e VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA.**, para atender despesas com aquisição de vales transportes para os servidores da Secretaria de Governo, referente ao mês de **Dezembro** do corrente exercício.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada na forma expressa no "CAPUT' do art. 25, do supracitado diploma legal.

LUIZ ANTONIO M. REBELLO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 29 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 142.001.595/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 436/96 valor de R$ 886,00 (oitocentos e oitenta e seis reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.001.947/96
INTERESSADO : NOVACAP-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
ASSUNTO : EXECUÇÃO DE OBRAS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Notas de Empenho nºs 623 à 626/96 valor de R$ 932.000,00 (novecentos e trinta e dois mil reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.001.011/96
INTERESSADO : NOVACAP-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
ASSUNTO : EXECUÇÃO DE OBRAS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Notas de Empenho nºs 621 e 622/96 valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

Em 2 de dezembro de 1996

PROCESSO Nº : 141.004.133/96
INTERESSADO : RUI PARENTE CARVALHO
ASSUNTO : APRESENTAÇÃO NO PROJETO RODA VIVA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 722/96 no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.002.142/96
INTERESSADO : CODEPLAN - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente

processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 669/96 no valor de R$ 10.390,81 (dez mil, trezentos e noventa reais e oitenta e um centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.012/96
INTERESSADO : BANCO DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 441 no valor de R$ 5.469,80 (Cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.945/96
INTERESSADO : RÁPIDO SANTO ANTONIO LTDA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 444 no valor de R$ 42,00 (Quarenta e dois reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.014/96
INTERESSADO : TRANSPORTE PROGRESSO LTDA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 442 no valor de R$ 48,30 (Quarenta e oito reais e trinta centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.004.132/96
INTERESSADO : GEORGE DA COSTA CARDOSO
ASSUNTO : APRESENTAÇÃO NO PARQUE RODA VIVA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 723/96 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 142.000.013/96
INTERESSADO : VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 443 no valor de R$ 44,10 (Quarenta e quatro reais e dez centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PEDRO BRAGA NETTO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 66, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX, do artigo 20 do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28.12.94, e consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 10 do Decreto nº 17.773, de 24.10.96, resolve:

Regulamentar a expedição de Alvará de Funcionamento a título precário, em áreas residenciais, no âmbito desta Região Administrativa - RA-XVI, determinando à DRALF - Divisão Regional de Aprovação, Licenciamento e Fiscalização, a observância dos requisitos à seguir elencados, sem prejuízo das determinações constantes no Decreto nº 17.773, de 24.10.96.
1 - Para a expedição de Alvará de Funcionamento a título precário, em áreas residenciais, será necessário o requerimento do interessado em formulário próprio, acompanhado da seguinte documentação:
a) Resultado da Consulta Prévia, de que trata o art. 8º do Decreto nº 17.773, de 24.10.96; b) Documento comprobatório da regular utilização do imóvel, em que será instalado o estabelecimento, constituído por registro de propriedade em cartório de registro de imóveis ou documento referente a arrendamento, usufruto, comodato, promessa de compra e venda, contrato de locação ou sublocação, ou ainda declaração de ocupação fornecida por órgão público; c) Comprovante de registro da empresa na Junta Comercial do Distrito Federal ou em Cartório de Registro de Documentos; d) Comprovante do exercício legal da atividade profissional e de inscrição prévia no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, em se tratando de profissional autônomo estabelecido; e) Comprovante de protocolo ou de registro na Secretaria de Agricultura, no caso de atividade relacionadas com abate, industrialização e transporte de produtos de origem animal ou com produção de mudas e comercialização de sementes e mudas, listadas em ato normativo do respectivo órgão, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal; f) Declaração da pessoa física ou de representante da pessoa jurídica, em formulário próprio, fornecido pela Administração Regional, com assinatura reconhecida em cartório ou aposta na presença do servidor público competente dando ciência do conhecimento das exigências discriminadas no resultado da consulta prévia prevista no art. 8º do Decreto nº 17.773, de 24.10.96, atestando inclusive seu cumprimento; g) Comprovante de pagamento da taxa devida; h) Anuência de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos vizinhos residentes no mesmo conjunto, imediatamente próximos à residência em que se pretende instalar o estabelecimento. A anuência deverá ser firmada em formulário próprio, fornecido por esta Regional, e, registrada pelo interessado no Cartório de Registros de Títulos e Documentos ou apresentar cópia do Documento de Identificação , válido em todo o Território Nacional, de cada anuente; i) Croqui de localização do imóvel dentro do respectivo conjunto habitacional, bem como os demais lotes que autorizaram o funcionamento da firma; j) Cópia da Carta de Habite-se do imóvel; l) Autorização do proprietário, para a instalação da atividade, caso o imóvel seja alugado ou cedido, com firma reconhecida; m) Autorização do proprietário ou representante legal da empresa para que o poder público possa adentrar na residência para exercer a fiscalização necessária à atividade econômica estabelecida; n) Exposição de motivos que justifiquem a instalação do estabelecimento comercial em residência; o) Declaração do proprietário ou sócio da empresa de que resida no local pretendido para a atividade.
2 - Nas habitações coletivas, a concessão do Alvará de funcionamento, sujeitar-se-à também a anuência do respectivo condomínio, manifestada em ata de reunião realizada especialmente para este fim ou inexistindo condomínio, à expressa autorização dos moradores das unidades imobiliárias.
3 - Ficam sujeitas a vistoria para emissão do Alvará de funcionamento apenas as atividades consideradas de risco.
4 - Para as atividades liberadas em locais residenciais, não será permitido que: a) Descaracterizem o uso primordialmente residencial, tanto na alteração de fachadas , quanto na colocação de letreiros, faixas ou OUT DOORS, placas dentre outros, observando-se rigorosamente o direito de moradia das comunidades vizinhas; b) Provoquem poluição de qualquer espécie; c) Necessitem utilizar área pública; d) O Alvará de Funcionamento será revogado e o estabelecimento fechado mediante o interesse da Administração, de reclamações da comunidade, do descumprimento desta ORDEM DE SERVIÇO, ou do Decreto 17.773, de 24.10.96: e) Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Regional do Lago Sul; f) Esta ORDEM DE SERVIÇO entrará em vigor na data de sua publicação.

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 00031.000612/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico para fins do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor de MARIA LIDIA MACHADO DE FREITAS e OUTROS, no valor de R$ 2.380,00(sdois mil trezentos e oitenta reais), para fazer face aos gastos com serviços de terceiros na execução do CURSO DE ELABORAÇÃO DE TABELA DE TEMPORALIDADE, DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PÚBLICO, Código FAT.-004.00.0013/96 . A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput. Do Artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993. Publique-se e encaminha-se á Divisão de Administração Geral/DEPEM, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº 00031.000617/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico para fins do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor de MARIA DALVA DE JESUS DINIZ e OUTROS, no valor de R$ 11.040,00(onze mil e quarenta reais), para fazer face aos gastos com serviços de terceiros na execução do CURSO DE TREINAMENTO EM LIMPEZA PÚBLICA , DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO SEIADA-PAS. DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PÚBLICO, Código FAT.-0014.2.02/96. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput. Do Artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993. Publique-se e encaminha-se á Divisão de Administração Geral/DEPEM, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº 031.000.575/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico para fins do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor de ITIRO ASHIUCHI e OUTROS, no valor de R$ 2.420,00(dois mil, quatrocentos e vinte reais), para fazer face aos gastos com serviços de terceiros na execução do CURSO DE ORÇAMENTO E OBRAS. DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PÚBLICO CÓDIGO FAT. 002.20.0004/96. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput. Do Artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993. Publique-se e encaminha-se á Divisão de Administração Geral/DEPEM, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº 031.000.613/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico para fins do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor de ALCIDES FERNANDES VIANA e OUTROS, no valor de R$ 31.760,00(trinta e um mill, setecentos e sessenta reais), para fazer face aos gastos com serviços de terceiros na execução do CURSO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS LEVES E PESADAS. DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PÚBLICO CÓDIGO FAT. 002.11.0002/96. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput. Do Artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993. Publique-se e encaminha-se á Divisão de Administração Geral/DEPEM, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº 031.000.614/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico para fins do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor de BRUNA MARIA PERES PINHEIRO e OUTROS, no valor de R$ 7.160,00(sete mil, cento e sessenta reais), para fazer face aos gastos com serviços de terceiros na execução do CURSO TÉCNICO DE DESENVOLVIIMENTO URBANO. DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PÚBLICO CÓDIGO FAT. 0012.20.0005/96. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput. Do Artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993. Publique-se e encaminha-se á Divisão de Administração Geral/DEPEM, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº 031.000.616/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico para fins do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor de HELEN DE FREITAS LEAL e OUTROS, no valor de R$ 8.112,00(oito mil, cento e doze reais), para fazer face aos gastos com serviços de terceiros na execução do CURSO DE TREINAMENTO EM DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO. DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PÚBLICO CÓDIGO FAT. 014.02.10001/96.. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput. Do Artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993. Publique-se e encaminha-se á Divisão de Administração Geral/DEPEM, para as providências de praxe.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 918, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regulamentares, fundamentado nos termos no art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 043.001.371/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que trata o Auto de Infração e Apreensão-AIA relacionado abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Departamento de Administração Geral/Polícia Civil do DF

043.001.371/95 - AIA 33.780 - Ato Declaratório nº 052/96-SUREC/SEFP

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO
09	Metros Cúbicos de Areia Lavada

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enumerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 919, DE 2 DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta do processo nº 043.000.949/96, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que trata o Auto de Infração e Apreensão-AIA relacionado abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Departamento de Administração Geral/SEFP

043.000.949/96 - AIA 35.044 - Ato Declaratório nº 036/96-SUREC/SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
15	Botijões de Gás de Cozinha P13 - Cheios

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enumerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 920, DE 2 DE DEDEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta do processo nº 043.000.454/96, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que trata o Auto de Infração e Apreensão-AIA relacionado abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Departamento de Administração Geral/SEFP

043.000.454/96 - AIA 28.791 - Ato Declaratório nº 046/96-SUREC/SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Rack em Compensado e Laminado, c/ 2 gavetas - Cor Mogno (Móvel 01)
04	Cadeira Aramada c/ Estofamento Plástico Removível Cor Predominante Vinho (Móvel 02)

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enumerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 921, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regulamentares, fundamentado nos termos no art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 043.000.362/96, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que trata o Auto de Infração e Apreensão-AIA relacionado abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Departamento de Administração Geral/SEFP

043.000.362/96 - AIA 34.881 - Ato Declaratório nº 037/96-SUREC/SEFP

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO
02	Conjuntos de Sofás Madri/Fábrica Ideal

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enumerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 922, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regulamentares, fundamentado nos termos no art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 043.001.372/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que trata o Auto de Infração e Apreensão-AIA relacionado abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Administração Regional de São Sebastião - RA XIV

043.001.372/95 - AIA 33.771 - Ato Declaratório nº 031/96-SUREC/SEFP

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO
02	Rolos de Arame Farpado
02	Pacotes de Grampo para Cerca

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enumerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 245, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 12, de 22 de julho de 1996, declara:

1. A taxa de juros de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 12, de 22 de julho de 1996, relativa ao mês de novembro de 1996, exigível a partir do mês de dezembro de 1996, é de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento).

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PARECER Nº 116/96

PROCESSO Nº : 040.013.264/96
INTERESSADO : COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN
ASSUNTO : Recurso Voluntário

EMENTA: **RETENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS**

Solicitação de esclarecimento sobre retenção do Imposto sobre Serviços - ISS por empresa do Distrito Federal que contrata serviços médicos profissionais.

Recurso apresentado por empresa não chamada a lide.

Pelo não conhecimento do recurso.

Aprovo o Parecer GAB/SEFP Nº 116/96.

Dê-se ciência ao interessado e publique-se. Após, restitua-se o presente processo à Subsecretaria da Receita, para as providências complementares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 040.011.294/96
INTERESSADO : Secretaria de Fazenda e Planejamento
ASSUNTO : Ressarcimento Salarial

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, objetivando atender despesas com o ressarcimento salarial do servidor Edson Alcântara Filho, requisitado para esta Secretaria.
A inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

Processo Nº : 040.016.066/96
Interessado : SEFP
Assunto : Contratação Serviço Conserto

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Cobra - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., objetivando atender despesas com a prestação de serviços de conserto do equipamento Cobra X-3030 - Tradin do Processador do Ponto Flutuante, para esta Secretaria.
A inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

Processo Nº : 040.014.286/96
Interessado : SEFP
Assunto : Conserto Máquina Fotocopiadora

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Tecnolta Equipamentos Eletrônicos Ltda., objetivando atender despesas com a prestação de serviços de conserto de máquina fotocopiadora, para a Divisão de Receita do Gama/DAT/SUREC, desta Secretaria.
A inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

PROCESSO Nº : 040.000.386/96
INTERESSADO : Secretaria de Fazenda e Planejamento
ASSUNTO : Renovação de Assinatura

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da IOB - Informações Objetivas Publicações Jurídicas LTDA., objetivando atender despesa com a renovação de 01 (uma) assinatura anual do Boletim IOB com Suplementos Especiais, Informativo Dinâmico e Repertório IOB de Jurisprudência, para esta Secretaria, no valor de R$ 1.437,00 (um mil quatrocentos e trinta e sete reais).
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

PROCESSO Nº : 040.015.906/96
INTERESSADO : Secretaria de Fazenda e Planejamento
ASSUNTO : Renovação de Assinatura

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Empresa Folha da Manhã S/A., objetivando atender despesas com a renovação de 01 (uma) assinatura anual do jornal Folha de São Paulo, no valor de R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais).
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

PROCESSO Nº : 040.006.476/96
INTERESSADO : Secretaria de Fazenda e Planejamento
ASSUNTO : Renovação de Assinatura

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Imprensa Nacional, objetivando atender despesas com a renovação de 01 (uma) assinatura anual dos Diários Oficiais da União, Seção I, II e III e Diários da Justiça, Seção I, II e III, para esta Secretaria, no valor de R$7.907,94 (sete mil, novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos).
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no Caput do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

PROCESSO Nº : 040.015.908/96
INTERESSADO : Departamento Geral de Informática/SEFP
ASSUNTO : Aquisição Formulários

Ratifico nos termos do art.26 inciso II da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06/07/94, a dispensa de licitação em favor da IMPRENSA NACIONAL, objetivando atender despesas com aquisição de formulários contínuos "Documentos de Arrecadação-DAR" - 2 vias carbonadas, para esta Secretaria, no valor de R$ 2.952,80 (dois mil, novecentos e cinqüenta e dois reais e oitenta centavos).
A dispensa foi efetuada com base no disposto no Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, republicada no DOU de 06/07/94.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEFP, para as providências.

PROCESSO Nº : 040.002.936/96
INTERESSADO : Secretaria de Fazenda e Planejamento
ASSUNTO : Renovação de Assinatura

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da EDITORA NDJ LTDA., objetivando atender despesa com a renovação de 01 (uma) assinatura anual dos BLC - Boletim de Licitações e Contratos e BDA - Boletim de Direito Administrativo, para o Departamento de Administração Geral, desta Secretaria, no valor de R$ 3.315,50 (três mil, trezentos e quinze reais e cinquenta centavos).
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

PROCESSO Nº : 040.010.596/95
INTERESSADO : Secretaria de Fazenda e Planejamento
ASSUNTO : Renovação de Assinatura

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da EDITORA NDJ LTDA., objetivando atender despesa com a renovação de 01 (uma) assinatura anual do BLC - Boletim de Licitações e Contratos, para a Subsecretaria de Auditoria, desta Secretaria, no valor de R$ 1.662,50 (um mil e seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 22, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

OS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 01/96-SEA, resolvem:
- Prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo determinado para que o Grupo de Trabalho designado pela Portaria Conjunta nº 14 de 12 de setembro de 1996, apresente o Relatório Conclusivo sobre a revisão, no âmbito da Fundação Educacional do Distrito Federal, de processos de concessão dos adicionais de que tratam as Leis Federais nºs 6.732/79 e 8.911/90, bem como as Leis Distritais nºs 62/89 e 1.004/96 e demais atos regulamentadores da matéria, existentes no âmbito do Distrito Federal.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ATO DO SECRETÁRIO

CONCLUINTES DO CURSO DE 2º GRAU

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Portaria nº 61/91-SE, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236 de 29 de novembro de 1991, torna pública a relação dos concluintes do 2º Grau e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificação em anexo.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

Escola de Estudos Supletivos do CETEB

Ato de Reconhecimento: Portaria n. 21/80-SEC/DF

Nome do Diplomado	Registro	Página	Livro
Ensino Supletivo - Fase IV (Relação n. 048/96)			
Albenides da Cunha Sá	1889	030	015
Alysson Thales Bonfim Vasconcelos	1890	030	015
André Lopes Santos	1891	031	015
Claudianice dos Santos Melo	1892	031	015
Cristiano Sedlmayer Mazala Jorge	1893	031	015
Danielle Patricie Borges de Souza	1894	032	015
Edgar Vinicius Pereira da Silva	1895	032	015
Erika Iaropoli Carneiro	1896	032	015
Elena Steinhorst Damasceno	1897	033	015
Irene Cavalcanti de Andrade de Oliveira	1898	033	015
João Pereira das Neves Souza Lima	1899	033	015
José Pedro	1900	034	015
Gilka Aparecida de Lima Langkammer	1901	034	015
Giselle Marques Ziviani	1902	034	015
Lavinia Mara Santos	1903	035	015
Luiz Alberto dos Santos Cestari	1904	035	015
Marcela de Oliveira Ribeiro	1905	035	015
Patrícia de Alencar Veras	1906	036	015
Rafael Guimarães de Abreu	1907	036	015
Reinaldo José de Miranda	1908	036	015
Rodrigo Figueredo Jericó	1909	037	015
Rodrigo Pertote de Figueiredo D'Almeida Leoni	1910	037	015
Rodrigo Pretel Parente Correia	1911	037	015
Rodrigo Silveira Anjos	1912	038	015
Tais Fernandes Augusto da Rocha Moura	1913	038	015
Wladistein Araújo Steinmetz	1914	038	015
Alessandra Vieira de Oliveira	1915	039	015
Priscila Franco Alves	1916	039	015
Técnico em Transações Imobiliárias (Relação n. 049/96)			
Maiza Araujo Pereira	1917	039	015
Iranilda Bastos dos Santos	1918	040	015
Secretário Escolar - 1° e 2° Graus (Relação n. 050/96)			
Fatima Kiyoko Shimano	1919	040	015

Elinna de Campos
Diretora Reg. 20.789/MEC

Marize de Almeida Mustafá
Secretária Reg.537/GDF-SEC

CENTRO EDUCACIONAL 02 DE SOBRADINHO
RECONHECIDO PELA PORTARIA N.º 17, DE 07/07/80 - SEC/DF.

Nome do Diplomado	Reg.	Folha	Livro
Ensino Supletivo - Fase IV	(Relação n.º 17/96)		
Charlies de Castro Granja	692	031	002
Islene Maria Ferreira	699	033	002
José Soares Magalhães	670	034	002
Joviano Fernandes Borges	671	034	002
Laura Alves da Silva	672	034	002
Luiz Antonio Alves Furtado	673	035	002
Liney Rodrigues dos Reis	693	031	002
Marinilza Lima de Moraes	688	030	002
Milena Carvalho Ferreira	694	032	002
Nelma Feitosa de Melo	689	030	002
Sérvio Túlio Alves Cavalcante	687	029	002
Ronald Florêncio Lima	696	032	002
Valeriana de Oliveira Santos	686	029	002
Zilma Augusta da Silva	697	033	002
Waltina Campos Lustosa	698	033	002
Educação Geral - 2º. Grau	(Relação n.º 18/96)		
Marialdo Alves de Lima	695	032	002
Técnico em Edificações	(Relação n.º 19/96)		
Valéria Cândido dos Santos	691	031	002

Marília Geraldes Oliveira L. Bezerra
Diretora - Reg. MEC - 2513

Rosimar Moreira Bastos
Secretária - Aut. 400 - DIE/DF

Centro Educacional Projeção - Taguatinga Norte

Ato de Reconhecimento: Portaria nº 57/82 - SE/DF

Nome do Aluno	Reg. nº	fl.	nº	Livro nº
Auxiliar de Contabilidade	(Relação Nº 19/96)			
Felipe Rocha Ferreira	762		58	03
Silvia Moraes Costa	764		58	03
Sidney Barros de Sousa	765		58	03
Auxiliar de Processamento de Dados	(Relação Nº 20/96)			
Maria Lucia de Sousa	761		57	03
Marcos Antonio Ferreira Silva	763		58	03
Alessandro Marcelo Carvalho	766		59	03

Antonio Roberto Justino
Diretor - Reg. 612 MEC

Sônia Maria de Sousa
Secretária Aut. 14/DIE/SE

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 29 de novembro de 1996

PROCESSO Nº: 030.010525/84
INTERESSADO: Escola Maternal e Jardim de Infância Pernalonga
HOMOLOGO o Parecer nº 317/96-CEDF, de 25.11.96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "por declarar extinta, "ex-offício", a Escola Maternal e Jardim de Infância Pernalonga, mantida pela sociedade com a mesma denominação, que funcionou na QE 32, Conjunto H, Casa 8, Guará, Distrito Federal".

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 107, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 17 e 41 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de de 13.05.75, nos termos dos Pareceres 248/90-CEDF e 53/89-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.010027/96, resolve:
I-Determinar que a Escola Classe 11 de Planaltina mantenha a matrícula do aluno GEORGE WASHINGTON CARDOSO DE AMORIM na 5ª série do 1º grau.
II-Determinar que a Escola Classe 11 de Planaltina regularize a vida escolar do referido aluno, mediante os seguintes procedimentos:
1.atribuição do resultado final AP (apto) relativo ao término do Ciclo Básico de Alfabetização-CBA.
2.Registro, em ata, de todos os atos escolares praticados para a presente regularização.
3.Registro, no Histórico Escolar, do ano de 1996 como o de conclusão do CBA.
III-Recomendar à Escola Classe 11 de Planaltina que proceda ao registro das observações necessárias ao completo esclarecimento da situação escolar de GEORGE WASHINGTON CARDOSO DE AMORIM, na Ficha Individual e no Histórico Escolar.
IV -Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 28 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 030.002.097/96 (*)
INTERESSADO : CAESB
ASSUNTO : AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

RATIFICO, com base nas informações contidas no presente processo e o que determina o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgotos de Brasília, no valor de R$ 2.423,00 (Dois mil, quatrocentos e vinte e três reais), relativo a Nota de Empenho nº 332/96, de 27.11.96, objetivando o pagamento de fatura de água e esgotos do mês de dezembro/96 da Creche situada a SGAN 611, Bloco "C" de responsabilidade desta Secretaria.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 232, de 29.11.96, pag. 9759).

PROCESSO Nº : 030.006.798/93
INTERESSADO : CAESB
ASSUNTO : PAGAMENTO DE FATURA

RATIFICO, com base nas informações contidas no presente proceso e o que determina o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgotos de Brasília, no valor de R$ 595,56 (Quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), relativo a Nota de Empenho nº 335/96, de 27.11.96, objetivando o pagamento de fatura de água e esgotos do mês de dezembro/96, referente ao imóvel localizado na QR 301 - Centro Urbano - Samambaia, de responsabilidade desta Secretaria.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

Em 29 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 030.013.175/94
INTERESSADO : AMPARE
ASSUNTO : ABERTURA DE CONVÊNIO

RATIFICO, com base nas informações contidas no presente processo e o que determina o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, em favor da AMPARE - Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais, no valor de R$ 6.476,80 (Seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), relativo ao Convênio firmado com a referida Entidade, conforme Nota de Empenho nº 336/96, de 27.11.96, com objetivo de atender portadores de deficiência mental e múltipla.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no "caput" do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 29 de dezembro de 1996

PROCESSO : 101.001229/96
INTERESSADO: CIP/GRANJA DAS OLIVEIRAS
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE BOMBAS

Ratifico, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, a Dispensa de Licitação em favor da firma JOB, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, objetivando a aquisição de bombas para serem utilizadas na usina de leite de soja do Centro de Iniciação Profissional Granja das OLiveiras. A Dispensa de Licitação fundamenta-se no disposto no Art. 24, Inciso VII, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo em vista a justificativa e a documentação constantes do processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administraçao e Finanças para providências complementares.

PROCESSO : 101.001508/96
INTERESSADO: ABRIGO DOS EXCEPCIONAIS DA CEILÂNDIA - AEC
ASSUNTO : Abertura de Convênio
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor do ABRIGO DOS EXCEPCIONAIS DA CEILÂNDIA - AEC, objetivando a firmatura de convênio para atendimento a 41 pessoas portadoras de deficiência, de ambos os sexos, em regime de ABRIGO ESPECIAL DE PROTEÇÃO. A inexigibilidade de Licitação foi efetuada com base no disposto no "CAPUT" do Art. 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do Processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

PROCESSO : 101.001267/96
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DO CHAPADINHA E CIRCUNVIZINHANÇA
ASSUNTO : Abertura de Convênio
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor da ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DO CHAPADINHA E CIRCUNVIZINHANÇA, objetivando a firmatura de convênio para atendimento a 40 crianças, na faixa etária de 02 a 05 anos, em regime de Apoio Sócio-Educativo, em Meio Aberto/ Atendimento Integral de 08 horas diárias. A inexigibilidade de Licitação foi efetuada com base no disposto no "CAPUT" do Art. 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do Processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

PROCESSO : 101.001518/96
INTERESSADO: LAR DA CRIANÇA PADRE CÍCERO
ASSUNTO : Abertura de Convênio
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor do LAR DA CRIANÇA PADRE CÍCERO, objetivando a firmatura de Convênio para atendimento a 50 crianças e adolescentes, na faixa etária de 03 a 18 anos, do sexo feminino e de 03 a 12 anos, do sexo masculino, em regime de ABRIGO. A inexigibilidade de Licitação foi efetuada com base no disposto no "CAPUT" do Art. 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do Processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 25 de novembro de 1996

REFERÊNCIA : Processo nº 050.001.054./96.
INTERESSADO: Secretaria de Segurança Pública.
ASSUNTO : Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação. Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico os atos praticados pelo Departamento de Administração Geral, referentes à inexigibilidade de licitação, fundamentada nos termos do artigo 25, caput do referido diploma Legal, em favor da IMPRENSA NACIONAL, para assinatura semestral do Diário Oficial da União e Diário da Justiça, periodo de dezembro/96 a junho/97.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

SECRETARIA DE TRABALHO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 2 de dezembro de 1996

PROCESSO Nº: 030.008.476/96
INTERESSADO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, nos termos do Art. 26, da Lei 8.666/93, a realização de despesas com inexigibilidade de licitação, em favor do interessado acima, para custear despesas com o Curso Intensivo de pós-graduação em Administração Pública no valor de: R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), referente a Nota de Empenho 00316, de 22.11.96.
A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se o processo a DAG/STb para as providências cabíveis.

LUIS FERNANDO SILVA

COMITÊ DE CRÉDITO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

DELIBERAÇÕES DE 5 DE JUNHO DE 1996

O Comitê de Crédito do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda - FUNSOL/DF,

No uso das atribuições conferidas pelo Artigo 7º da Lei Complementar nº 005, de 14/08/95, combinado com o Artigo 6º, do Decreto nº 16.962, de 22/11/95, resolve:

Dar conhecimento das operações discutidas e deliberadas na reunião de 05/06/96.

REUNIÃO DE 05/06/96

NOME	Nº PROCESSO	LOCALIDADE	VALOR DO PLEITO (R$)	JULGADO
Carlos Magno De Oliveira Povoa	170.BT-00213/96	Santa Maria	5.000,00	Aprovado
Maria Do Amparo De Moura	170.BT-00335/96	Santa Maria	1.090,00	Aprovado
Goncalo Lourenco Da Silva	170.BT-00370/96	Samambaia	500,00	Aprovado
Maria Ines Dos Santos Soares	170.BT-00404/96	Samambaia	1.575,00	Aprovado
Urias Magalhaes Frota	170.BT-00392/96	Samambaia	600,00	Aprovado
Manoel Cordulino Do Egito Lopes	170.BT-00418/96	Samambaia	2.822,18	Aprovado
Rosangela Andrelino Da Silva Quiterio	170.BT-00441/96	Samambaia	1.630,00	Aprovado
Conceicao De Fatima Fonseca	170.BT-00457/96	Samambaia	3.621,80	Aprovado
Eremilton Ferreira Pereira	170.BT-00442/96	Samambaia	3.242,06	Aprovado
Lucia Helena Nunes	170.BT-00587/96	Samambaia	2.861,80	Aprovado
Manoel Luiz Da Silva	170.BT-00615/96	Rec. das Emas	3.212,00	Aprovado

Creusa Maria Da Silva Braz	170.BT-00634/96	Samambaia	3.600,00	Aprovado
Maria De Jesus Vieira Soares	170.BT-00633/96	Samambaia	2.820,00	Aprovado
Benedito Braz De Queiroz	170.BT-00647/96	Samambaia	1.495,74	Aprovado
Iris Teixeira Pavelkonski	170.BT-00668/96	Samambaia	2.350,00	Aprovado
Maria Estacio De Araujo Filha	170.BT-00740/96	Ceilandia	400,00	Aprovado
Antonimar Nunes Do Nascimento	170.BT-00795/96	Ceilandia	1.795,00	Aprovado
Ana Claudia Dos Santos	170.BT-00830/96	Samambaia	895,00	Aprovado
Laurentina Ferreira De Oliveira	170.BT-00877/96	Ceilandia	700,00	Aprovado
Nedina Maria De Azevedo	170.BT-00890/96	Ceilandia	3.030,00	Aprovado
Eliane Araujo Da Silva	170.BT-00947/96	Samambaia	2.305,44	Aprovado
Rosa Leila Da Silva Nunes	170.BT-00994/96	Samambaia	2.100,00	Aprovado
Valmo Alves Pereira	170.BT-01031/96	Samambaia	1.000,00	Aprovado

PAULO ROBERTO PAMPOLHA MENDES FERNANDES Representantes da Secretaria de Trabalho; SUELY TOUGUINHA NEVES MEDINA,Representante do BRB; MARIA ILDA MARINHO CORREA, Representante da Ação da Cidadania.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 26 de novembro de 1996

PROCESSO Nº 056.000.312/96
INTERESSADO : Jarjour Veículos e Petróleo Ltda.
ASSUNTO : Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, inciso I, do referido dispositivo legal, em favor da JARJOUR VEÍCULOS E PETRÓLEO LTDA., referente a aquisição de peças para veículos marca AGRALE.

ROBERTO ARMANDO RAMOS AGUIAR

SECRETARIA DE TURISMO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de novembro de 1996

Processo nº 210.000478/96
Interessado: Secretaria de Turismo

Aplico à firma AP - ACESSORIOS PROFISSIONAIS E ROUPAS LTDA, Multa No Valor de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), em decorrência do cancelamento da Nota de Empenho nº 425/96, emitida em 23/08/96.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

Processo nº: 210.000213/96
Interessado: Secretaria de Turismo
Aplico à firma WSM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, multa no valor de R$ 4,38 (quatro reais e trinta e oito centavos), em decorrência do cancelamento da Nota de Empenho nº 225/96, emitida em 15/05/96.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as devidas providências

Processo n: 210.000190/96
Interessado: Secretaria de Turismo

Aplico à firma WSM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, multa no valor de R$ 6,06(seis reais e seis centavos),em decorrência do cancelamento da Nota de Empenho nº 303/96, emitida em 14/06/96.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

Em 29 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 210.000686/96
INTERESSADO:SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO : REPASSE DE VERBA PARA LIESB - CARNAVAL/97

Autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinqüenta mil reais), bem como o seu pagamento, em favor da LIESB - Liga das Escolas de Samba de Brasília, visando a prestação dos serviços de atividades relativas ao Carnaval de 1997, com fulcro no Caput do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93, combinado com os Incisos II e IV do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.
Ratifico a despesa autorizada na forma do artigo 26, da mesma Lei acima mencionada.
Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as demais providências.

RODRIGO ROLLEMBERG

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 26 de novembro de 1996

PROCESSO Nº: 195.000.010/96
INTERESSADO: SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/JBB
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VALE-TRANSPORTE

DESPACHO: À vista das instruções contidas nos autos e em cumprimento ao disposto no CAPUT do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICO a Dispensa de Licitação a favor de BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB, VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA. e RÁPIDO PLANALTINA LTDA, conforme Notas de Empenho Ordinário nº 96NE00190, 96NE00191 e 96NE00192, respectivamente, para atender despesas com a aquisição de Vale-Transporte para distribuição aos servidores do Jardim Botânico de Brasília, no mês de dezembro de 1996 à conta da dotação orçamentaria daquele órgão, neste exercício no elemento 3.4.90-39-52 - VALE-TRANSPORTE, Programa de Trabalho 04007002121030002, fonte 000, tendo a dispensa sido fundamentada com base no artigo 25 da Lei acima referida.
Publique-se e retorne-se os autos ao Jardim Botânico de Brasília para as demais providências.

Em 28 de novembro de 1996

PROCESSO Nº: 195.000.189/96
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/JBB
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE CARIMBOS
DESPACHO: À vista das instruções contidas nos autos e em cumprimento ao disposto no CAPUT do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **RATIFICO** a Dispensa de Licitação a favor de CARIMBOS BRASÍLIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME, conforme Nota de Empenho nº 96NE00208 para atender despesas com a aquisição de carimbos, para o Jardim Botânico de Brasília, correndo a despesa à conta do elemento 3.4.90-30, fonte 000, Programa de Trabalho 04007002123070002 do orçamento daquele Órgão, para este exercício, tendo a licitação sido dispensada nos termos do inciso V, artigo 24, da Lei mencionada.
Publique-se e retorne-se os autos ao Jardim Botânico de Brasília para as demais providências.

FRANCISCO DANTAS

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 2 de dezembro de 1996

PROCESSO : 193.000.347/96
INTERESSADO : Associação de Apoio à Pesquisa
ASSUNTO : Apoio financeiro ao Evento.
De conformidade com o que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 e as peças que instruem o Processo acima mencionado, ratifico o ato de dispensa de Licitação, emitido com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da mesma Lei.
PROCESSO : 190.000.244/94
INTERESSADO : Leopoldo Luiz dos Santos Neto
ASSUNTO : Apoio financeiro ao pagamento de 2ª parcela de Projeto de Pesquisa.
De conformidade com o que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 e as peças que instruem o Processo acima mencionado, ratifico o ato de inexigibilidade de Licitação, emitido com fundamento no artigo 25, inciso II, da mesma Lei.

MARCEL BURSZTYN

BOLSA-ESCOLA

BRASÍLIA ESTÁ MUDANDO O BRASIL

A idéia é simples e prática. Gastando menos de 1% do seu orçamento, o Governo Democrático e Popular do Distrito Federal mostra como é simples manter todas as crianças em sala de aula.
O programa Bolsa-Escola paga 100 reais por mês para famílias carentes com filhos de 7 a 14 anos na escola pública, desde que eles não faltem a mais de dois dias de aula por mês.
Em apenas um ano, a Bolsa-Escola reduziu, entre seus beneficiados, a evasão escolar para 0,2% e as reprovações para 7,7%.
Hoje são atendidas 15 mil famílias, dando melhores condições de vida a mais de 28 mil crianças que trocaram a rua pela sala de aula.
O BRB é o agente financeiro da Bolsa-Escola. O Banco do Povo de Brasília tem muito orgulho de participar de uma ação que está mudando os conceitos e a prática da educação.
A Bolsa-Escola é hoje realidade no Distrito Federal e uma boa idéia para todo o Brasil.

O BRASIL INTEIRO CABE NA BOLSA-ESCOLA.

BRB BANCO DE BRASÍLIA
O BANCO DA SUA CONTA

INFORMAÇÕES:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI
SALA 914, 9º ANDAR
CEP 70075-900 - BRASÍLIA/DF
TELS.: (061) 213-6341/225-1266
FAX: (061) 322-3902

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

NOVACAP 41 ANOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

*ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214

Aos 21 dias do mês de novembro de 1996, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3213 e Extraordinária Reservada nº 018, ambas de 19.11.96.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 3827/88 (anexos os de nºs 3683/89, 1942/90 e 0428/92) -- Revisões dos proventos da aposentadoria de IZA GALVÃO RIBEIRO DE MELO-SEA. -- DECISÃO No. 10.286/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legais os atos revisórios (fls 101, 113 e 125), com as retificações de fls. 142); b) determinar à SEA/DF a correção do abono provisório de fl. 151, para que ali constem parcelas calculadas com base na tabela do mês de fevereiro/90.

PROCESSO No. 1691/92 -- Termo de Doação firmado entre a Fundação Oscar Niemeyer e o Distrito Federal, mediante o qual a primeira parte doa à segunda, sem quaisquer ônus ou encargos, as benfeitorias edificadas na Área "K", Setor PTP, Praça dos Três Poderes, destinadas ao Espaço Lúcio Costa, assim como os bens móveis descritos no parágrafo único da cláusula segunda do mencionado termo.-- DECISÃO No. 10.287/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos OI's nºs 388 e 018/96-GAB/SCE (fls. 76 e 78), considerando parcialmente cumprida a diligência ordenada na Decisão nº 14.866/95, reiterada pelas de nºs 1.555/96 e 7.154/96; II - reiterar à SCE, para cumprimento em 20 (vinte) dias, o item "b" da Decisão nº 14.866/95, no sentido de que seja informada a Corte sobre a incorporação ao patrimônio do Distrito Federal dos bens recebidos em doação, matéria tratada no Processo nº 150.000231/94, a ela devolvido em 01.04.96, para esse exato fim.

PROCESSO No. 6979/94 -- NE nº 243/94 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.288/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 31 a 35; b) considerar cumprida a diligência determinada através da Decisão nº 5.902/95; c) autorizar o retorno dos autos à 1a. ICE, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 3563/95 (apenso o de nº 054.000860/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento e adulteração de bens de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.289/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE de que cuida o Processo nº 054.000860/95, comunicada à Corte pelo Ofício nº 316/CPTCE, de 17.07.95; b) relevar os atrasos apontados na instrução; c) nos termos do inciso I, artigo 157, do RI/TCDF, considerar suprida a tomada de contas especial em apreço, tendo em conta a reposição do bem extraviado, promovida pelos CB QPPMC João de Deus Barros, matrícula nº 9.347-5; SD QPPMC Francisco Glaydson Magalhães Julião, matrícula nº 10.931-2; SD QPPMC Raimundo Oliveira Gomes, matrícula nº 10.863-4, e SD QPPMC Ailton Pereira de Sousa, matrícula nº 12.034-0, responsabilizados nos autos; d) julgar regulares as contas e considerar os militares elencados na alínea anterior quites com o erário distrital, neste caso; e) autorizar o encaminhamento dos autos à 1ª ICE, para arquivamento, e o retorno do apenso à origem.

PROCESSO No. 4714/95 -- Aposentadoria de MARIA DO ESPÍRITO SANTO MARQUES COSTA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.290/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retifique o ato de aposentadoria para nele inserir o fundamento dos incentivos funcionais incorporados aos proventos; b) elabore novo abono provisório, na forma da DN nº 02/93-TCDF, incluindo-se, separadamente, as parcelas da gratificação de titularidade e do vencimento básico do Padrão 25D e, ainda, fazendo incidir o percentual da gratificação de atividade-inativo apenas sobre o vencimento do aludido padrão; c) verifique se a interessada faz jus à incorporação das parcelas alusivas à regência de classe e à gratificação de alfabetização (que constam de seu demonstrativo de pagamento) e, se for o caso, incluí-las nos proventos, justificando o ato, à luz da legislação vigente; d) torne sem efeito o abono provisório de fl. 21.

PROCESSO No. 5318/95 (apenso o de nº 101.000413/93) -- Prestação de contas de subvenção social concedida pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal à Casa da Criança Ana Maria Ribeiro - CRIAMAR. -- DECISÃO No. 10.291/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da prestação de contas em apreço; b) julgar as contas regulares, com fulcro no disposto no inciso I, do art. 167, do RI/TCDF; c) determinar o arquivamento dos autos; d) autorizar a devolução do apenso à FSS/DF.

PROCESSO No. 6243/95 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.292/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6244/95 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.293/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6420/95 -- Aposentadoria de MARIA LUÍZA DE MESQUITA VIANA-TCDF. -- DECISÃO No. 10.294/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria. Na oportunidade, o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, acompanhado pelos demais membros do Plenário, registrou reconhecimento ao operoso e produtivo serviço prestado ao Tribunal pela servidora MARIA LUÍZA DE MESQUITA VIANA, em inúmeros cargos em comissão, sobressaindo-se, dentre eles, o da Chefia de Gabinete da Presidência.

PROCESSO No. 2858/96 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.295/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2859/96 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.296/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3766/96 (apenso o de nº 054.000515/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.297/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4348/96 (apenso o de nº 054.000640/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.298/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4981/96 -- Representação nº 01/96, da Conselheira MARLI VINHADELI, a respeito da evolução da redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. -- DECISÃO No. 10.299/96.- O Tribunal, acolhendo o voto do Relator, com as alterações apresentadas pela Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI, decidiu: I) de conformidade com a redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, dada pela Medida Provisória nº 1.500, firmar entendimento no sentido de que: a) os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, em virtude da nova redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, introduzida pela Medida Provisória nº 1.500, de 07 de junho de 1996, admitem que seu prazo de vigência seja prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses, desde que comprovada, nos autos, a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, em tais dilações; b) a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos", prevista no texto da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96 (in DOU de 10.06.96), deve ser interpretada como períodos de duração contratual, em conformidade com a redação do **caput** do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e, enquanto exceção legal, com o disposto no parágrafo 1º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, observados os requisitos exigidos pelos arts. 7º, parágrafo 2º, inciso III - nos procedimentos licitatórios - e 55, inciso V - nos instrumentos contratuais -, ambos da Lei nº 8.666/93; c) a prorrogação prevista no art. 57, parágrafo 4º, do diploma supramencionado, inserida pela MP nº 1.081/95 e mantida pela MP nº 1.500/96, quando efetivada, seja de forma cautelosa, observando o caráter excepcional que enseja a dilação; d) por força do art. 121 da Lei nº 8.666/93, poderão ser prorrogados os contratos de prestação de serviços contínuos vigentes quando da publicação da MP nº 1.500/96, desde que preenchidos os requisitos nela exigidos, inclusive o de previsão no ato convocatório; e) as prorrogações dos contratos previstos no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 serão instruídas e julgadas com base na MP nº 1.500, de 07.06.96, tendo em vista que a atual redação conferida ao citado dispositivo legal veio explicitar e, em conseqüência, convalidar as prorrogações constantes das Medidas Provisórias anteriores, nas condições exigidas na letra "d"; II) dar ciência às jurisdicionadas desta decisão. Decidiu, ainda, mandar publicar, em anexo à presente ata, a Representação nº 01/96, fls. 01/04, os votos do Relator de fls. 29/37 e 46/52 e o voto da Revisora de fls. 39/44.

PROCESSO No. 7098/96 -- NE nº 218/96, da Região Administrativa IV - Brazlândia. -- DECISÃO No. 10.300/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar, à vista dos dados constantes da nota de empenho em apreço, correta a classificação das despesas a que se referem; b) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de averiguações futuras.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO No. 0912/91 - Atas de órgãos colegiados da Fundação Educacional do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.301/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 233/257 e do Ofício nº 391/96-PG, de 20/8/96, assinado pela Sra. Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF; II - oficiar à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, solicitando: a) urgência no andamento e desfecho do Processo nº 082.011.799/87, a fim de evitar o agravamento de prejuízo aos cofres públicos com o pagamento de remuneração a servidores, de modo incompatível com os seus direitos; b) encaminhamento de cópia a este Tribunal do parecer conclusivo a ser lavrado no referido processo, tão logo isto venha a ocorrer; III - determinar o encaminhamento do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal, face ao interesse demonstrado via ofício citado, e, querendo, emitir seu valioso parecer.

PROCESSO No. 6764/91 -- Convênio nº 01/91, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e o Banco de Brasília S.A. -- DECISÃO No. 10.302/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar satisfatoriamente cumprido o item III da Decisão nº 15.097/95, S.O. nº 3130, de 5/12/95; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias ao Departamento de Trânsito do DF-DETRAN/DF, para que informe: a) as providências adotadas com relação à alocação de pessoal a que se refere a Cláusula Terceira do Convênio nº 004/92, firmado com a CODEPLAN, por sessenta meses, em 2/4/92, em face da determinação governamental contida no Decreto nº 17.288, de 16/4/96; b) as medidas em andamento para admitir, no quadro de pessoal do DETRAN/DF, mediante concurso público, pessoal capacitado nas especialidades cuja carência gerou a necessidade do referido convênio; III - determinar à 2ª ICE que, concluída a instrução do processo, encaminhe os autos à 4ª ICE para pronunciamento da sua divisão especializada em admissões de pessoal, levando em conta as informações disponíveis com relação aos concursos de interesse do DETRAN/DF.

PROCESSO No. 4444/93 -- Contrato nº 004/93, celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Empresa Coma Bem Alimentação Ltda. -- DECISÃO No. 10.303/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 189/95-PRES-FCDF, fl. 81, e das razões de defesa anexadas, fls. 82/84; II - considerar procedentes as justificativas apresentadas pelo Sr. GEDEAN CAMPELO NUNES e insubsistente a impugnação que lhe foi imposta pela Decisão nº 12.346/95, S.O. nº 3.119, de 17/10/95; III - autorizar o arquivamento do processo, proposto no item 5.c da instrução, fl. 88.

PROCESSO No. 1802/94 -- Convênio nº 051/93, celebrado entre a Secretaria de Turismo do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 10.304/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria programada realizados pela 3ª ICE; b) do 3º termo aditivo ao Convênio nº 51/93 (fls. 50/51), celebrado entre o DF, por meio da Secretaria de Turismo do DF, e a NOVACAP, para execução de obras de reforma e recuperação da Torre de Televisão de Brasília; c) dos documentos de fls. 55/83; II - relevar a publicação intempestiva do 3º termo aditivo; III - recomendar à SETUR: a) estrita observância dos prazos para publicação de convênios, estabelecidos nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira e no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93; b) não celebrar contrato verbal para execução de obras, visto o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93; IV - determinar à: a) SETUR que inste os então dirigentes daquela Secretaria (no período de 1º/11 a 31/12/94) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa ou as suas razões quanto à autorização verbal para execução dos serviços suplementares na Torre de Televisão, os quais foram suprimidos do objeto da TP nº 33/94-SECAL, a fim de que se pudesse celebrar o Contrato nº 564/94; b) NOVACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie os termos de recebimento provisório e definitivo da obra objeto do Contrato nº 564/94 e dos serviços extracontratuais, como preceitua o art. 73 da Lei nº 8.666/93; V - retornar os autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4121/94 -- Renúncia à aposentadoria de CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA-SEDF. -- DECISÃO No. 10.305/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento da homologação da renúncia versada nos autos.

PROCESSO No. 6379/94 (apenso o de nº 030.006737/94) -- Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 10.306/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 14 a 16 dos autos e de fls. 31 a 41 do apenso; II - considerar cumprida a diligência contida no item I da Decisão nº 11.351/95, relevando o atraso ocorrido; III - manter sobrestado o julgamento das contas anuais em apreço, até decisão definitiva sobre o Processo nº 1687/94; IV - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 3817/95 -- Contrato nº 009/95, celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e a empresa Indústria Vilares S.A. -- DECISÃO No. 10.307/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e de seu termo aditivo, assinado pelo IDHAB para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em elevadores; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal -IDHAB/DF para que adote providências saneadoras ou apresente justificativas com relação ao Contrato IDHAB-DF/GP/AJ/nº 009/95, tendo em vista as observações seguintes: a) falta da menção do ato que autorizou a lavratura do contrato, conforme artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21/6/93; b) ausência da cláusula necessária, inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93; c) previsão de prorrogação, em desacordo com o OF.GP. nº 009/94-Circular, expedido por este Tribunal, em 22/12/94, às suas jurisdicionadas; d) lavratura do termo aditivo de 4/3/96 fora do prazo contratual; e) transferência dos direitos e deveres da contratada; III - determinar o encaminhamento do processo diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal, tão logo concluída a instrução decorrente do cumprimento da diligência retromencionada.

PROCESSO No. 4293/95 (apensos os de nºs 040.004859 e 040.001741/95) -- Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa XVI - Lago Sul, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 10.308/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual, bem como dos documentos acostados às fls. 3/36 dos autos; II - determinar à Região Administrativa do Lago Sul - RA-XVI que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos para a não execução, em níveis satisfatórios, do Programa de Trabalho 10.058.0323.1021.0003 - Execução de Obras de Urbanização, quando, desde julho de 1994, havia créditos orçamentários e recursos financeiros disponíveis para essa utilização; III - autorizar o encaminhamento do Processo apenso nº 040.004.859/95 àquela Regional para cumprimento da diligência referida no item anterior; IV - determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, inclusive confirmação da existência de processo em curso no Tribunal a respeito do subitem 2.1 do relatório de auditoria, fls. 56 do Processo nº 040.004859/95, apenso.

PROCESSO No. 4513/95 -- Contrato nº 515/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a empresa Engrenagem Construção e Urbanização Ltda. -- DECISÃO No. 10.309/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria concernentes à 2ª etapa de fiscalização e controle do ajuste e dos documentos acostados às fls. 171/182; II - determinar à NOVACAP que, no prazo de 60 (sessenta) dias, formalize o termo de recebimento definitivo da obra objeto do Contrato nº 515/95, caso não haja pendência técnica ou de pagamento, deixando a cargo da contratada a obtenção da "carta de habite-se"; III - recomendar à NOVACAP que, doravante, após o decurso do prazo de observação ou vistoria e comprovada a execução do objeto conforme avençado, providencie o respectivo recebimento definitivo no período estabelecido no parágrafo 3º, do artigo 73, da Lei nº 8.666/93, alertando-a para a sanção prevista no inciso II, do artigo 57, da Lei Complementar nº 1/94; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para continuidade do trabalho fiscalizatório tratado no processo.

PROCESSO No. 4519/95 (anexo volume I) -- Contrato nº 505/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Carneiro & Antônio Ltda. -- DECISÃO No. 10.310/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 876/96-AUD/PRES - NOVACAP e documentação anexa, acostados às fls. 212/218; II - considerar atendida a diligência expressa na Decisão nº 4960/96, no tocante apenas à letra "a" do item IV; III - reiterar à NOVACAP os termos da letra "b", do item IV, da mencionada decisão, comunicada via OF.GP. nº 1404/96, alertando-a sobre a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57 da Lei Complementar nº 01/94; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4870/95 (apensos os de nºs 040.004858 e 040.003615/95) -- Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa XVIII - Lago Norte, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 10.311/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa XVIII - Lago Norte, referente ao exercício de 1994, e dos documentos acostados às fls. 03 a 27 dos autos; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias à Secretaria de Fazenda e Planejamento para que remeta ao Tribunal, com vistas à juntada às referidas contas, os elementos seguintes: a) esclarecimentos, justificativas ou providências saneadoras com relação à observação e às ressalvas lançadas no relatório e certificado de auditoria; b) documentos comprobatórios da efetiva regularização do Inventário Patrimonial da RA-XVIII-Lago Norte no que se refere aos bens não compreendidos na carga geral, relacionados no O.I. nº 95/95-DEGEPAT/SEFP, de 12/4/95, promovendo as gestões necessárias junto às unidades cedentes e cessionárias e dando ciência ao Tribunal; c) justificativas ou acertos necessários quanto à transposição, para os meses subseqüentes, do saldo de R$ 1,47 (hum real e quarenta e sete centavos) registrado na Conta 2.1.1.1.1.02.00-INSS de servidores (CLT); d) indicação das causas que inviabilizaram a execução dos subprojetos 1012.0001 - Construção do Parque Recreativo e Desportivo Varjão do Torto e 1014.0001 - Construção de Galerias e Redes de Captação de Águas Pluviais no Varjão do Torto; III - autorizar a desapensação dos Processos 040.004.858/95 e 040.003.615/95 para cumprimento da diligência, de acordo com o item IV da instrução, fl. 39.

PROCESSO No. 5974/95 (apenso o de nº 054.001396/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.312/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE de que trata o Processo nº 054.001.396/95, comunicada à Corte pelo Ofício nº 568/CPTCE, de 22/11/95 - acidente com a viatura FIAT ELBA WEEKEND NO-55.1112, tombamento nº 50.206-02; II - dar por suprida a TCE em apreço, com base no artigo 157, inciso II, do Regimento Interno, Resolução-TCDF nº 38/90, tendo em vista que a recuperação do bem patrimonial em referência foi realizada às expensas do SD.QPPMC MARCOS VARELA SAMPAIO; III - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE e do apenso à origem.

PROCESSO No. 0188/96 -- Contrato nº 529/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Conterc - Construções, Terraplenagem e Consultoria Ltda. -- DECISÃO No. 10.313/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 529/95-NOVACAP e dos seus respectivos termos de aditamento "A", "B", "C" e "D", acostados às fls. 2/27; II - determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações; III - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0189/96 -- Contrato nº 519/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Transterra de Brasília Ltda. -- DECISÃO No. 10.314/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos de aditamento "B", "C" e "D" ao Contrato nº 519/95, acostados às fls. 31/42; II - autorizar a 3ª ICE a incluir os autos em roteiro de inspeção junto à NOVACAP para verificação dos motivos das sucessivas prorrogações de prazo, concedidas à Transterra de Brasília Ltda., para execução dos serviços objeto do Contrato nº 519/95; III - restituir o feito à 3ª ICE para cumprimento desta decisão.

PROCESSO No. 0192/96 -- Contrato nº 521/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda. -- DECISÃO No. 10.315/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos de aditamento "B", "C", "D" e "E" ao Contrato nº 521/95-NOVACAP, acostados às fls. 30/45; II - autorizar a 3ª ICE a incluir os autos em roteiro de inspeção junto à NOVACAP para verificação dos motivos das sucessivas prorrogações de prazo concedidas à TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., com vistas à execução dos serviços objeto do Contrato nº 521/95; III - restituir o feito àquela unidade para cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 0197/96 - Contrato nº 533/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma B.M. Silva Construções Ltda. -- DECISÃO No. 10.316/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos de aditamentos "B", "C" e "D" ao Contrato nº 533/95-NOVACAP, acostados às fls. 31/42; II - relevar o atraso verificado na publicação e no encaminhamento do termo aditivo "B"; III - autorizar a 3ª ICE a incluir os autos em roteiro de inspeção junto à NOVACAP, para verificação dos motivos das sucessivas prorrogações de prazo concedidas à B.M. Silva Construções Ltda., para execução dos serviços objeto do Contrato nº 533/95; IV - restituir o feito à 3ª ICE para cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 1591/96 (apenso o de nº 054.000108/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.317/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas instaurada para apurar responsabilidade por dano em viatura acidentada, conforme o Ofício 073/CPTCE, de 31/1/96, do Comandante-Geral da Polícia Militar do DF; II - dar por suprida a TCE em apreço, com base no artigo 157, inciso II, do RI/TCDF, em vista da recuperação da viatura VW GOL NO-55.913, tombamento nº 27.179-36, às expensas do SD QPPMC WARLLEY DO CARMO ROCHA, considerando-o quite com o Erário distrital, em relação ao valor para tanto despendido; III - autorizar a devolução do Processo PMDF nº 054.000.108/96 à origem para efeito de liberação da responsabilidade e permanência, pelo prazo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle.

PROCESSO No. 1952/96 -- NE nº 819/95 e outras, da Região Administrativa IX - Ceilândia. -- DECISÃO No. 10.318/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) das Notas de Empenho nºs. 819/95, 73 e 117/96, considerando correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, fls. 2/4; b) dos resultados obtidos nesta etapa de fiscalização e controle; c) dos documentos juntados às fls. 62/92; II - recomendar à RA IX - Ceilândia, que a) nos editais ou convites que vier a elaborar, faça constar item prevendo: a.1) a possibilidade de participação de interessados não cadastrados que atendam às condições exigidas para tal, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas - no caso de tomada de preços -, e de licitantes cadastrados e não convidados que manifestem interesse com antecedência mínima de 24 horas da apresentação das propostas - no caso de convite - conforme parágrafos 2º e 3º, artigo 22, da Lei nº 8.666/93; a.2) a apresentação de certidão negativa de débito, expedida pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma do inciso III, artigo 29, da citada lei; a.3) em caso de empate no julgamento das propostas, somente o critério estabelecido nos parágrafos 2º e 3º, artigo 45, da lei de licitações e contratos administrativos, ou seja, o sorteio; a.4) corretamente os limites para acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratado, na forma do parágrafo 1º, artigo 65, c/c o inciso II, artigo 40, da multifalada lei; a.5) a obrigatoriedade de constar o valor expresso do ISS nas propostas dos licitantes, de acordo com o artigo 10 do Decreto nº 14.122/92; a.6) foro competente para dirimir quaisquer pendências havidas na execução dos serviços, inclusive no caso dos convites, em cumprimento ao disposto no

parágrafo 2º, artigo 62, da Lei nº 8.666/93; b) observe o disposto na Lei nº 8.666/93, artigo 62 e parágrafo 1º, c/c o artigo 40, parágrafo 2º, inciso III, que dizem respeito à obrigatoriedade da celebração do contrato para concorrência e tomada de preços, bem como da anexação da minuta do futuro ajuste aos respectivos editais, respectivamente; c) nos processos licitatórios que realizar, atente para o previsto na Lei nº 8.666/93, artigo 38, **caput**, e seu parágrafo único, que versam, dentre outras disposições, sobre a necessidade de constar do referido processo a autorização da autoridade competente para licitar e a aprovação das minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou ajustes pela assessoria jurídica da administração; d) para cada novo convite realizado para objeto idêntico ou assemelhado, convide, no mínimo, mais de um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações, em cumprimento ao parágrafo 6º, artigo 22, da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 8.883/94; e) além da definição precisa do objeto, programe suas obras e serviços de engenharia sempre na totalidade, prevendo seus custos atual e final, considerando os prazos de sua execução na forma do artigo 8º, da Lei nº 8.666/93, após o que selecione a modalidade de licitação a ser empregada e, no caso de executá-los parceladamente, na forma do parágrafo 1º, artigo 23, da lei antes citada, preserve a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação como se fosse executado globalmente, para cada etapa ou conjunto de etapas, conforme o parágrafo 2º do mesmo artigo e lei. Outrossim, não utilize a modalidade de convite ou tomada de preços, **para parcelas de uma mesma obra ou serviços ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência**, respectivamente, nos termos do parágrafo 5º, artigo 23, da lei precitada; f) observe as disposições da Medida Provisória nº 1.488, de 7 de junho de 1996, e suas reedições ou conversão em lei, no que tange à **impossibilidade de quaisquer estipulações de pagamento de obrigações pecuniárias referentes a reajuste ou correção monetária em contratos com duração inferior a um ano**; III - autorizar a 3ª ICE a realizar inspeção junto a Região Administrativa IX - Ceilândia, para verificação do cumprimento dessas determinações.

PROCESSO No. 1954/96 -- NE nº 576/95, da Região Administrativa II - Gama. -- DECISÃO No. 10.319/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Nota de Empenho nº 576/95-RA-II, considerando correta a classificação orçamentária da despesa, fl. 2; b) do Convite nº 025/95-RA-II e demais documentos atinentes, fls. 5/27; c) dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria realizada na RA-II, consubstanciados no relatório de fls. 28/40; II - relevar o atraso verificado no encaminhamento da NE nº 576/95 a este Tribunal; III - recomendar à Região Administrativa II - Gama que, em licitações que vier a realizar, **em observância à Lei nº 8.666/93,** a) detalhe cada serviço a ser contratado em seu orçamento, de acordo com o disposto no inciso II, parágrafo 2º, do art. 7º; b) especifique nos instrumentos convocatórios para contratação se há disponibilidade de projeto executivo à época de sua emissão, em observância ao inciso V, do art. 40, ou mencione se tal projeto será desenvolvido pelo licitante vencedor, conforme mandamento do parágrafo 1º do art. 7º; c) indique o prazo de pagamento, não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do inciso XIV do art. 40; d) preveja foro competente para decidir quaisquer litígios decorrentes da execução do ajuste, com base no parágrafo 2º do art. 62; e) atente para o disposto no parágrafo 2º do art. 71, com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/95, segundo o qual a Administração responderá solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários; f) observe o prazo para impugnação do edital ou instrumento similar pelos licitantes, o qual findar-se-á no segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, de acordo com o parágrafo 2º do art. 41; g) consigne a obrigatoriedade de, nas propostas dos licitantes, constar o valor do ISS a ser pago, conforme o art. 10 do Decreto nº 14.122/92; h) inclua item que estabeleça o reconhecimento dos direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, conforme determina o inciso IX do art. 55, c/c o art. 80, bem como a obrigação de o contratado manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o disposto no inciso XIII do art. 55; i) faça constar nos processos de pagamento documento formal de medição das etapas, contendo quantitativos empregados na execução de obras ou serviços ajustados, principalmente em se tratando de regime de execução por preços unitários; j) considere o conteúdo expresso na alínea "b", inciso I, do art. 73, acerca do recebimento definitivo, cabendo esclarecer que, decorrido o prazo de observação, a iniciativa do processo de recebimento fica a cargo da Administração, sem necessidade de provocação pelo contratado; k) observe as disposições da Medida Provisória nº 1.138, de 28/9/95, e reedições subseqüentes, quanto à vedação de correção monetária e reajustamento de preços em contratos cuja duração seja inferior a um ano; IV - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE para dar continuidade ao acompanhamento do objeto do Convite nº 025/95-RA-II, notadamente no que se refere ao respectivo recebimento definitivo.

PROCESSO No. 2641/96 -- NE nº 57/96 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.320/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos - fls. 2/32; II - relevar os atrasos apontados; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, com exceção da NE nº 65/96; IV - determinar ao CBMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente justificativas no tocante: a) à divergência entre as propostas apresentadas pelos fornecedores e o anexo único da Carta Convite nº 08/96 - Processo nº 053.000.106/96, em discordância com o princípio da vinculação ao ato convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93); b) ao pagamento integral da despesa referente à NE nº 65/96, por intermédio da OB nº 96OB07399/96, de 11/3/96, sem o recebimento de todos os bens e serviços, objeto da realização da despesa, tais como: corrimãos e instalações elétrica e hidráulica, constantes da Nota Fiscal nº 0084 (fl. 37); V - restituir os autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4028/96 -- Relatório das atividades desta Corte de Contas, referente ao 3º trimestre do ano em curso. -- DECISÃO No. 10.285/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do relatório em apreço; II - determinar o seu encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 78, parágrafo 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

PROCESSO No. 4485/95 -- NE nº 268/95 e outras, da Região Administrativa V - Sobradinho. -- DECISÃO No. 10.321/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados obtidos na 2ª e última etapa de auditoria programada, concernentes ao acompanhamento e controle da execução dos serviços consignados nas Notas de Empenho nºs 268, 274 e 278/95, emitidas pela RA V - Sobradinho, bem assim dos documentos acostados às fls. 60 a 68; II - relevar a falha apontada, referente à não-emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços avençados dentro do prazo legal de noventa dias; III - recomendar à RA V - Sobradinho que, doravante, executado o serviço, providencie os respectivos recebimentos provisório, quando couber, e definitivo, nas condições e prazos previstos nos artigos 73 e 74 da Lei nº 8.666/93; IV - determinar o arquivamento do processo, sem prejuízo de averiguações futuras; V - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4522/95 -- Contrato nº 509/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Vértice Engenharia e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 10.322/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 878/96-AUD/PRES - NOVACAP e da documentação acostada aos autos nas fls. 79/94; II - considerar parcialmente atendida a Decisão nº 4963/96, comunicada à NOVACAP via OF.GP. 1347/96, fls. 77/78; III - reiterar à NOVACAP os termos da Decisão nº 4963/96, item III, no que tange ao encaminhamento a esta Corte, o mais brevemente possível, da carta de "Habite-se" relativa ao Contrato nº 509/95, recomendando à jurisdicionada efetuar gestões junto aos órgãos competentes, de forma a obter o documento, atendendo às exigências da Região Administrativa de Santa Maria, estabelecidas no Alvará de Construção nº 65/95, de 11/8/95, condicionando a expedição da carta à apresentação do termo de concessão de uso firmado entre a TERRACAP e o concessionário; IV - restituir o feito à 3ª ICE para dar continuidade ao acompanhamento da questão.

PROCESSO No. 4524/95 -- Contrato nº 511/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Santa Alice Construções e Incorporações Ltda. -- DECISÃO No. 10.323/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria realizada pela 3ª Inspetoria de Controle Externo, concernentes à última etapa de fiscalização e controle do ajuste, bem como dos documentos acostados às fls. 77/92; II - considerar satisfatoriamente atendida a diligência expressa na Decisão nº 4965/96, fl. 75; III - relevar a não-observância do prazo máximo de 90 (noventa) dias, para recebimento definitivo da obra, estabelecido no artigo 73, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de recomendar à NOVACAP que, doravante, observe com rigor o dispositivo legal mencionado; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4525/95 -- Contrato nº 512/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a PH Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 10.324/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 881/96-AUD/PRES da NOVACAP e dos documentos que o acompanham, fls. 87/101; II - considerar parcialmente cumprida a diligência expressa no item III da Decisão nº 4966/96, encaminhada à NOVACAP via OF GP nº 1341/96, de 26/6/96; III - reiterar à NOVACAP os termos do item III da Decisão nº 4966/96, fixando prazo de 60 (sessenta) dias para seu cumprimento; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE para dar continuidade ao seu acompanhamento.

PROCESSO No. 4842/96 -- Resultado de auditoria programada realizada na Região Administrativa XVI - Lago Sul, objetivando o exame dos atos de admissão de pessoal compreendidos no período de outubro de 1988 até o término dos trabalhos. -- DECISÃO No. 10.325/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da informação nº 145/96-A da 4ª DT/4ª ICE, fls. 6 a 12; II - determinar o encaminhamento dos autos à 4ª ICE para esclarecimentos acerca da situação dos contratados pelo Convênio nº 03/91 e atendimento do requerido pelo Ministério Público no item 8 do seu parecer, fls. 22/23; III - autorizar, desde logo, o retorno da equipe de auditoria aos órgãos onde se fizerem necessárias verificações complementares, a juízo da sra. Inspetora da 4ª ICE.

PROCESSO No. 4943/95 -- NE nº 181/95 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.326/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos constantes dos autos - fls. 2/20; II - relevar os atrasos apontados; III - considerar corretas as classificações orçamentárias das despesas a que se referem; IV - autorizar a inclusão dos autos em roteiro de auditoria com vistas à verificação da regularidade da dispensa de licitação das despesas especificadas nas NsE nºs 181, 182/95 e reforços; V - restituir os autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5036/95 -- NE nº 853/95 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.327/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho constantes nas fls. 43 a 48; II - relevar o atraso apontado; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas; IV - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 5632/96 -- Contrato nº 556/96, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Construtora Burity Ltda. -- DECISÃO No. 10.328/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 556/96-NOVACAP e CONSTRUTORA BURITY LTDA., fls. 02/13; II - relevar a não-indicação na publicação do extrato do ajuste dos itens concernentes ao **"valor da nota de empenho"** e à **"unidade orçamentária"**, tidos como obrigatórios pelo artigo 82, parágrafo primeiro, do Decreto nº 10.996/88; III - autorizar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações; IV - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5633/96 -- Contrato nº 554/96, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma PREMOL - Construções e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 10.329/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 554/96-NOVACAP e Premol Construções e Comércio Ltda., fls. 2/13; II - relevar a não-indicação na publicação do extrato do ajuste dos itens concernentes ao **"valor da nota de empenho"** e à **"unidade orçamentária"**, tidos como obrigatórios pelo artigo 82, parágrafo primeiro, do Decreto nº 10.996/88; III - autorizar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações; IV - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 0220/94 (apenso o de nº 040.004793/93) -- Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1992. -- DECISÃO No. 10.330/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 012/96-GAB e dos documentos que o acompanham para considerar atendida a diligência ordenada à SEFP, objeto da Decisão Plenária nº 14.214/95; II) julgar REGULARES, em conformidade com os artigos 17, inciso I, da Lei Complementar 01/94, c/c o art. 167, I, do RI/TCDF, as Contas Anuais da Ordenadora de Despesas da Coordenação do Sistema de Material - CSM - da Secretaria de Administração, relativa ao exercício financeiro de 1992, autorizando, em conseqüência, a expedição do competente certificado de quitação à Senhora GILSA MARQUES GUIMARÃES, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1992; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, bem como a devolução do apenso em epígrafe à SEFP.

PROCESSO No. 2276/94 (apensos os de nºs 040.012690/95 e 133.000026/94) -- Tomada de contas anual dos agentes de material da Região Administrativa IV - Brazlândia, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 10.331/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos encaminhados pela SEFP mediante o Processo nº 040.012690/95, apenso; b) considerar cumprida a diligência proposta pelo OF. GP nº 2163/95,

de fl. 15; c) determinar à Administração Regional de Brazlândia que apresente circunstanciados esclarecimentos, em 45 dias, acerca das divergências no movimento de entrada e saída de material nos registros do Demonstrativo Sintético de Movimentação de Material (SIGMA/93) e nos do SIAFEM/93; devolvendo o processo à Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF, para novo pronunciamento; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes e o envio dos apensos e do inteiro teor da instrução de fls. 18/20 àquela Jurisdicionada para subsidiar o cumprimento da diligência acima.

PROCESSO No. 3700/95 -- Relatório de auditoria programada realizada na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em cumprimento ao Plano Geral de Auditoria - GAPLAN. -- DECISÃO No. 10.332/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento do resultado da auditoria programada levada a efeito na Secretaria de Segurança Pública - SSP/DF; II) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE e determinar que esta diligencie junto à SSP/DF, buscando: 1) anexar aos autos cópia autenticada dos documentos necessários à comprovação das irregularidades detectadas e apontadas nos itens 2, "d" e "f" (fls. 121/122), e no quadro demonstrativo indicado à fl. 119; 2) coletar cópias autenticadas dos documentos probantes das incorreções inseridas nos itens 2, "e", e 5 (fls. 121/122) e carreá-los a seguir para os respectivos processos, ainda em tramitação no Tribunal; 3) juntar aos autos cópia(s) da(s) decisão(ões) ou do(s) ofício(s), de forma a justificar a reiteração suscitada nos itens 3 e 4 (fl. 122).

PROCESSO No. 5261/95 -- Contendo a NE nº 2045/95 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.333/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho em apreço para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) devolver os autos à 1ªICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 5476/95 (apensos os de nºs 4137 e 5475/95) -- Contrato nº 036/95 e outros, celebrados entre o Serviço de Limpeza Urbana e terceiros. -- DECISÃO No. 10.334/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento dos Contratos nºs 036/95 (Proc. 5476/95), 038/94 e de seus 05 (cinco) Termos Aditivos (Proc.4137/95) e 035/95 (Proc. 5475/95), por se encontrar expirado o prazo de validade dos mencionados contratos; b) recomendar ao SLU que, nos casos de contratos de prestação de serviços por preço unitário, faça incluir no instrumento contratual o valor unitário, a quantidade estimada e a estimativa do valor do ajuste; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0383/96 -- NE nº 18/95 e outras, do Jardim Zoológico de Brasília. -- DECISÃO No. 10.335/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) devolver os autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0388/96 -- NE nº 1/95 e outras, da Região Administrativa VII - Paranoá. -- DECISÃO No. 10.336/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0587/96 -- NE nº 339/95 e outras, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.337/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem as NEs constantes dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno do processo à 1ª ICE.

PROCESSO No. 0588/96 -- NE nº 1/95 e outras, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.338/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0909/96 -- NE nº 845/95 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.339/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem as NEs constantes dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno do processo à 1ª ICE.

PROCESSO No. 0910/96 -- NE nº 190/95 e outras, da Região Administrativa XI - Cruzeiro. -- DECISÃO No. 10.340/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento das NEs em apreço; b) considerar correta a classificação orçamentária, à vista dos dados nelas constantes; c) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 1424/96 (apenso o de nº 074.000020/94-3) -- Prestação de contas da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento S.A., relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 10.341/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3116/96 -- Inspeção especial realizada na Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A., objetivando obter informações para subsidiar a elaboração do Relatório Analítico sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1995. -- DECISÃO No. 10.342/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) recomendar a CEASA que: a) cumpra fielmente as Normas de Execução Orçamentária, no que se refere às alçadas para deferimento de alterações do Orçamento de Dispêndio; b) adote controles para acompanhamento do Orçamento de Dispêndios, no que se refere à receita; II) determinar àquela empresa encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, justificativas para os remanejamentos referidos no O.I. nº 025/95, aprovados em desacordo com o disposto no inciso II, do art.35, do Decreto nº 16.098/94; III) devolver os autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes, bem assim para exame conjunto do processo em apreço com a Prestação de Contas do exercício de 1995.

PROCESSO No. 5406/96 -- Reclamação trabalhista interposta por servidor da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, postulando percepção de gratificação instituída pelo Conselho Deliberativo daquela Fundação. -- DECISÃO No. 10.343/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do Ofício TRT-3ª Turma nº 56/96 e determinou o arquivamento do processo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 2392/89 -- Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília. -- DECISÃO No. 10.344/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados de inspeção, bem assim dos documentos de fls. 139/148; II - autorizar a apensação do processo em apreço ao de nº 0826/87.

PROCESSO No. 3315/91 -- Aposentadoria de JACOB ARNO LENZ-FEDF. -- DECISÃO No. 10.345/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5999/93 -- Concurso público para os empregos de Extensionista Rural - NM e Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 148/93-IDR. -- DECISÃO No. 10.346/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2993/94 -- Aposentadoria de HELENITA BARROS BRITO-FHDF. -- DECISÃO No. 10.347/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu enviar o processo à 4ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1080/95 -- Aposentadoria de SEBASTIÃO MARTINS DE LIMA-SEA. -- DECISÃO No. 10.348/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - elabore: a) nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição à de fl. 31, para excluir o cômputo para Adicional de Tempo de Serviço no período (4233 dias) de trabalho prestado à NOVACAP, conforme a Lei nº 4242/63, artigo 40, **caput**, e parágrafo 10; b) novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 21, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para alterar o percentual relativo a Anuênios, em função da alteração de que trata a letra anterior; II - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 1946/95 -- Aposentadoria de CLEUZA TEREZINHA DOS SANTOS LELES-FEDF. -- DECISÃO No. 10.349/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - autentique o documento de fl. 30; II - retifique o ato de fl. 27, para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de "Incentivos Funcionais"; III - justifique o direito da ex-servidora à percepção "Parcela Autônoma", instituída pela Lei nº 771/94, acrescentando declaração do setor competente de sua não utilização para obtenção da parcela "Incentivos Funcionais" ou progressão por merecimento; IV - verifique o direito da inativa à incorporação das gratificações de Regência de Classe (Lei nº 696/94) e Ensino Especial - GATE (Lei nº 540/93).

PROCESSO No. 2921/95 -- Aposentadoria de MARIA GLÓRIA ARAÚJO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.350/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - retifique o ato de fl. 28, a fim de incluir a fundamentação legal relativa à incorporação Incentivos Funcionais; II - elabore: a) declaração atualizada até a data da aposentadoria, em substituição à de fl. 26, certificando a carga horária da interessada; b) novo Abono Provisório, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para alterar o percentual relativo a anuênios para 23% e, se for o caso, incluir a Gratificação de Regência de Classe; III - verifique o direito da servidora à percepção da Gratificação de Regência de Classe, nos termos da Lei nº 696/94.

PROCESSO No. 2942/95 -- Aposentadoria de ANA MARIA EUSTÁQUIO FONSECA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.351/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - junte aos autos: a) cópia do comprovante de rendimento do mês de fevereiro de 1995; b) documentação comprobatória do direito da ex-servidora à percepção da Gratificação de Titularidade, nos termos da Lei nº 771/94; II - retifique o ato de fl. 13, para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de Incentivos Funcionais; III - verifique o direito da interessada à incorporação da Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94); IV - autentique o documento de fl. 17; V - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3334/95 -- Aposentadoria de MARIZA DA SILVA SALERNO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.352/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - retifique o ato de fl. 14 para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de "Incentivos Funcionais"; II - justifique o direito da ex-servidora à percepção da Gratificação de Titularidade; III- verifique o direito da ex-servidora à percepção da Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94) e da Gratificação de Alfabetização (Lei nº 654/94); IV - autentique o documento de fl. 08; V - elabore novo Abono Provisório, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 2/93, para que: a) os proventos sejam calculados com base no nível 01, Padrão 25A; b) a Gratificação de Atividade e os Incentivos Funcionais sejam calculados sobre o vencimento básico, excluindo-se da base de cálculo a Gratificação de Titularidade; c) a Gratificação de Titularidade seja calculada com base na diferença entre o Nível 03, Padrão 25-C e o Nível 01, Padrão 25-A; d) se for o caso, incluir a Gratificação de Regência de Classe e a Gratificação de Alfabetização; VI - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3422/95 -- Aposentadoria de JOSELY GONÇALVES DE SOUZA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.353/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - afira junto ao INSS a autenticidade da certidão de fl. 3, que discrimina tempo de serviço prestado na qualidade de trabalhador rural; II - esclareça o cômputo do tempo de serviço prestado pelo servidor ao tempo em que era menor de quatorze anos, em aparente desacordo com a Constituição Federal de 1946; III - caso não seja justificada a averbação do tempo prestado como menor de quatorze anos, exclua esse período do tempo total considerado para a aposentadoria, elaborando nova Certidão de Tempo de Serviço e novo Abono Provisório, tornando sem efeito os documentos substituídos, e apurando os valores indevidamente pagos ao interessado, a título de proventos, para fins de ressarcimento do erário.

PROCESSO No. 3430/95 -- Aposentadoria de MARA REGINA MARQUES CARVALHO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.354/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do

Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - anexe aos autos documento comprobatório de: a) efetivo exercício em funções de magistério, no período de 03/03/76 a 02/03/80; b) direito da servidora à Gratificação de Titularidade, nos termos da Lei nº 771/94; II - verifique o direito da servidora à percepção da Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94); III - retifique o ato de fl. 16, para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de Incentivos Funcionais; IV - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 4767/95 -- NE nº 009/95 e outras, do Fundo de Assistência da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.355/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1615/96 -- Contrato nº 079/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma L. COSTA ENGENHARIA LTDA. -- DECISÃO No. 10.356/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Of. nº 1076/96-GDG/DER/DF, considerando cumprida a diligência determinada no item III da Decisão nº 6185/96; b) do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato em apreço; II - determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que observe o prazo previsto no artigo 113 do Regimento Interno do Tribunal, quando do encaminhamento de cópia de seus ajustes; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 1616/96 -- Contrato nº 070/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a empresa Freitas Terraplenagem e Pavimentação Ltda. -- DECISÃO No. 10.357/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Of. nº 1193/96-GDG/DER/DF, fl. 28, considerando cumprida a diligência constante do item III da Decisão nº 7247/96; b) dos Segundo e Terceiro Termos Aditivos ao Contrato nº 070/95; II - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6958/96 -- Contratos nºs 40 e 41/96, celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e terceiros. -- DECISÃO No. 10.284/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos Contratos nºs 40 e 41/96, relevando os atrasos na sua publicação e na sua remessa ao Tribunal; II - autorizar a realização de inspeção junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de licitação e contratação dos serviços objeto dos Contratos nºs 40 e 41/96.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 0071/91 -- Aposentadoria de EMERSON BARBOSA MOTTA-FCDF. -- DECISÃO No. 10.358/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos à Fundação Cultural para que, em sessenta dias, demonstre a forma do cálculo da parcela incorporada referente às horas extras, informando se foi congelado o seu valor e se houve a transformação em vantagem pessoal, bem como se houve absorção da referida parcela na nova estrutura remuneratória do servidor quando da transposição para a carreira de Técnico de Administração Pública daquela Fundação.

PROCESSO No. 2170/91 -- Aposentadoria de NIUZETE DE AQUINO PARENTE-DER. -- DECISÃO No. 10.359/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2958/92 -- Aposentadoria de IONE MARIA ANTONIETTA PARCA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.360/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4381/92 -- Pensão civil concedida a MÉRCIA DO CARMO CORREIA PEREIRA e outra-FEDF.-- DECISÃO No. 10.361/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 0625/93 (apensos os de nºs 040.010207/95, 040.003841/92 e 01 volume) -- Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa III - Taguatinga, relativa ao exercício de 1991. -- DECISÃO No. 10.362/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação acostada às fls. 3/54 do apenso nº 040.010207/95; b) considerar satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada na Decisão nº 10.440/95; c) julgar regulares as contas em apreço, determinando a expedição das respectivas provisões de quitação aos servidores FROYLAN PINTO SANTOS e JOSÉ MARIA GONÇALVES COELHO, referentes ao exercício de 1991; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 5542/93 -- Pedido de prorrogação de prazo para remessa de tomada de contas especial, formulado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.363/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do Ofício nº 656/96-PRESI, subscrito pelo Diretor-Presidente da EMATER; 2 - autorizar, em caráter excepcional, a prorrogação do prazo, por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1178/95 (apensos os de nºs 303/89, 2752/90 e 4672/90) -- Auditoria programada realizada na Secretaria de Administração do Distrito Federal, em cumprimento ao GAPLAN/95. -- DECISÃO No. 10.364/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento: a) da resposta oferecida pela SEFP ao item 2 da Decisão nº 13.038/95, reiterada pela Decisão nº 5194/96; b) do encaminhamento dos Procs. nºs 2752/90, 4672/90, 303/89 e 2384/91, feito pela SEA, considerando parcialmente cumprida a determinação constante do item 1, b, da decisão supra; 2) determinar à SEA que no prazo de 60 dias: a) manifeste-se sobre as conclusões da 4ª ICE e do MP/TCDF a respeito da Gratificação de Desempenho prevista na Lei nº 785/94; b) encaminhe para exame o Processo nº 4848/90; 3) autorizar o envio à SEA de cópias do relatório e do parecer sobre cujas conclusões se requer manifestação.

PROCESSO No. 5723/95 (apensos os de nºs 040.004899 e 040.001104/95 e 01 anexo) -- Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa III - Taguatinga, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 10.365/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento da tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa da Administração Regional de Taguatinga, exercício de 1994, e dos documentos acostados às fls. 03 a 45 dos autos; II) determinar à Região Administrativa de Taguatinga que, em 30 dias: a) justifique a não execução dos subprojetos 11.260.001 - Ampliação do Sistema de Iluminação Pública e 11.840.002 - Ampliação das avenidas Comercial e SAMDU, apesar da disponibilidade de cota financeira para atendê-los parcialmente; b) justifique a ausência de registro contábil da maioria das linhas telefônicas adquiridas; c) explique porque a niveladora tombamento nº 24.986 e o rolo compressor e propulsor, tombamento nº 31.600, encontram-se sem utilização há mais de 6 anos; d) apresente os motivos pelos quais as obras discriminadas no subitem 1.1.3.2.0 do Relatório de Tomada de Contas nº 16/95-SEFP, realizadas em 1994, não foram imobilizadas e porque os bens imóveis relacionados no subitem 1.1.3.2.1 do citado relatório não foram contabilizados nem incorporados; e) esclareça, ainda, as razões pelas quais a conta de água e esgoto do mês de novembro/94 não foi paga integralmente; III) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE e autorizar a devolução do apenso a RA III para cumprimento da diligência proposta.

PROCESSO No. 5860/95 -- Resultado de auditoria programada realizada no Departamento de Pessoal da Diretoria Geral de Administração desta Corte, visando examinar as aposentadorias e pensões concedidas pelo Tribunal. -- DECISÃO No. 10.366/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação acostada às fls. 30 a 137, bem como das Informações de nºs 580/96 (138 a 142), 209/96 (fls. 143/4) e 969/96 (146/7); b) considerar cumpridas as providências determinadas nos itens "a", "b", "c" e "d" da Decisão nº 0832/96 (fl. 29); c) rever a decisão supra no tocante ao item "e", a fim de que seja mantida a atual forma de apresentação dos processos de aposentadorias e pensões dos servidores desta Corte, uma vez que atendem satisfatoriamente aos requisitos exigidos para o exame da legalidade dos atos praticados.

PROCESSO No. 2934/96 -- Contrato nº 96/005, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF. -- DECISÃO No. 10.367/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do contrato em apreço; 2) recomendar ao Banco de Brasília que defina, nos contratos celebrados objetivando a realização de cursos, a data em que a contratada deverá iniciar a prestação dos serviços objeto do ajuste.

PROCESSO No. 2995/96 -- Resultado de auditoria programada realizada no Departamento de Trânsito do Distrito Federal, objetivando analisar a legitimidade, legalidade e economicidade dos atos e fatos referentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial. -- DECISÃO No. 10.368/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Auditoria Programada em apreço; II - recomendar ao Governo do Distrito Federal que dote a Junta de controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF dos meios necessários ao desempenho de suas competências regimentais e daquelas estabelecidas pelo Decreto nº 11.531, de 25/4/89; III - determinar ao DETRAN/DF que, em trinta dias, apresente circunstanciadas justificativas acerca da inclusão, no objeto do Contrato nº 054/94, da locação de equipamentos de informática, à vista da inexistência de respaldo legal para a inexigibilidade de licitação, indicando de logo, o responsável, face à possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inc. II, da Lei Orgânica desta Corte, instituída pela Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994; IV - recomendar ao DETRAN/DF que: a) evite nomear para compor a Comissão Permanente de Licitação servidores responsáveis pela execução de contratos ou aqueles que, devido ao exercício da função, tenham relacionamento direto e freqüente com fornecedores de bens ou serviços, atendendo, dessa forma, o princípio da segregação de funções; b) observe, no caso de modificação de editais, as disposições do art. 21, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93; c) especifique, futuramente, nos editais relativos à contratação de manutenção de veículos com aplicação de peças, que a vigência das tabelas de tempo padrão e de preço das peças deverá ser fixada em um ano, com vista ao atendimento do disposto na Lei nº 8.880/94, que veda o reajuste de contratos em períodos inferiores a um ano; d) faça constar, doravante, nos atos de dispensa de inexigibilidade de licitação a disposição do art. 40, inc. XIV, alínea c, da Lei de Licitações; e) dê fundamentação adequada aos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, evitando erros como o ocorrido no Contrato 032/95, cuja fundamentação adequada era o art. 25, inc. II, da Lei de Licitações; f) segregue, nas próximas contratações, a locação de equipamentos de informática da locação de programas de informática, devendo, no primeiro caso, obrigatoriamente, preceder à contratação a realização de licitação, e no segundo, verificada a existência de programas similares, também deve ser objeto de licitação; g) dê fundamentação legal adequada e necessária ao correto procedimento administrativo, a fim de evitar equívocos como o ocorrido com a contratação direta, sem licitação, do serviço de segurança e vigilância com base no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, na ocasião da revogação do Processo Licitatório nº 055005715/95, quando deveria ter sido prorrogado o Contrato anterior, de nº 001/94, com base no art. 57, parágrafo 4º, dessa Lei, tendo em vista o fato excepcional e superveniente ocorrido; h) implante normas internas que estabeleçam as rotinas e o controle de licitações e contratos, de tal forma que sejam definidas: a antecedência necessária para se iniciar o procedimento licitatório de contratos com vigência em vias de expirar; o responsável pela provocação desse procedimento; o acompanhamento da execução dos contratos; etc; i) observe com rigor a data de expiração de um contrato e o início da vigência do que venha a sucedê-lo, principalmente daqueles de serviços a serem executados de forma contínua, essenciais às atividades do Órgão, evitando, assim, a existência de períodos sem cobertura contratual, como ocorrido com o Contrato 011/96, ou a interrupção na prestação do serviço; j) na medida das suas possibilidades, promova maior divulgação de licitações de valor significativo e cujo objeto tenha maior grau de complexidade e especialização, como a da emissão da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, utilizando-se de meios de comunicação além daqueles exigidos pela Lei 8.666/93, como, por exemplo, de "fac-símiles" e cartas dirigidas às associações comerciais e entidades representativas de classe e de publicações em jornais de grande circulação nos Estados onde se concentrem os fornecedores de bens ou serviços que se quer contratar, visando ampliar a área de abrangência e atingir maior número de interessados; k) exija as tabelas padrão de tempo/serviço nos contratos de manutenção de veículos, as quais deverão ficar sob a guarda da Supervisão de Transporte e Administração de Sede-STAS e do encarregado pela execução dos contratos; l) estude a implantação de manutenção preventiva nos veículos e o controle das manutenções realizadas; m) estude a adoção, no que couber, das disposições do Decreto nº 16.109, de 01.12.94, especialmente as disposições dos artigos 28 a 30 e 56, inserindo essas normas no Manual de Material, Patrimônio e Compras do DETRAN, já existente, como meio de descentralizar a responsabilidade sobre bens dispersos geograficamente; n) antes da abertura de tomada de contas especial objetivando apurar danos e responsabilidades pelo extravio de bens patrimoniais, verificado na ocasião da realização do inventário, assine prazo aos responsáveis pela guarda e conservação para a localização desses bens, a fim de evitar a abertura de processos desnecessários.

PROCESSO No.3663/96 -- Relatório de auditoria programada realizada na área de licitações da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.369/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos resultados da presente auditoria Programada; 2) relevar o fato de não terem sido especificados os serviços objeto do Contrato nº 092/95 (Processo 061.011332/94), em razão da expiração do ajuste; 3) recomendar à FHDF que: a) leve a efeito análise de mercado, consultando, no mínimo, 2 empresas, além de manter-se informada sobre os preços praticados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta, até a implantação do SIREP; b) promova o treinamento de todos os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao parágrafo 2º do art. 51 da Lei 8.666/93; c) observe, nas licitações, o parágrafo 5º do art. 43 da citada Lei, que veda a desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, após a fase de abertura das propostas, salvo em-

razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, considerando que tal dispositivo não foi observado no Processo nº 061.001.292/92; d) alerte a Procuradoria Jurídica para que observe o disposto no inciso VI do art. 38 da Lei 8.666/93, com vista a evitar a ocorrência de falhas nos processos de licitação, como as apuradas nesta auditoria; 4) determinar à FHDF que: a) elabore, quando das licitações, planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo 2º do art. 7º da Lei 8.666/93; b) observe, na fase de habilitação, o disposto no parágrafo 2º do art. 32 da citada lei, quanto à obrigatoriedade da exigência da qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes; c) submeta o processo licitatório à autoridade superior da Fundação para que homologue e adjudique o objeto da licitação, observando os incisos XVI do art. 6º e VI do art. 43 da Lei nº 8.666/93; d) consigne no ato convocatório, de acordo com o disposto no art. 40 da mesma Lei, o regime de execução, mesmo nas licitações realizadas sob a modalidade de Convite, tendo por objeto a prestação de serviços; e) promova a abertura de novas licitações para a contratação dos serviços de limpeza e conservação e de vigilância, bem como para o fornecimento de alimentação no âmbito das unidades hospitalares; 5) determinar à FHDF que, em 30 dias: a) informe à Corte, com relação ao Proc. nº 061.011332/94, as medidas adotadas, com vista à correção da falha causada pela emissão equivocada da N.E. nº 373/96, além de promover aditamento do Contrato nº 92/95 para especificar a localização e o registro dos veículos em que serão executados os serviços pactuados; b) identifique o responsável pelo descumprimento do item "b" da Decisão nº 6412/94, com vista a eventual aplicação da multa prevista no artigo 57, IV, da Lei Complementar nº 01/94, o qual poderá, em 30 dias, apresentar as justificativas que julgar pertinentes; c) identifique o responsável pela situação irregular consistente na prestação de serviços de limpeza e conservação e de vigilância sem a necessária cobertura contratual, com vista a eventual aplicação da multa prevista no artigo 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, o qual poderá, no prazo de 30 dias, deduzir as justificativas que reputar cabíveis; 6) determinar, ainda, à jurisdicionada que colha junto à autoridade responsável pela celebração dos Contratos de nºs 119 e de 121 a 128/95, sem a observância do disposto no inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/93, que veda a prorrogação por emergência pelo mesmo fato ensejador da primeira contratação direta, o então Presidente da entidade, no prazo de 30 dias, as razões de justificativa acerca do procedimento adotado, com vista a eventual aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO No. 6000/96 -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens de sua propriedade (O.I. nº 505/96-CH/GAB). -- DECISÃO No. 10.370/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 1 a 3 dos autos, considerando regulares as contas, face à recuperação dos bens; b) autorizar o arquivamento do processo; c) informar à Senhora Chefe de Gabinete da SE/DF que os expedientes de interesse da Secretaria de Educação devem ser encaminhados à Corte pelo Secretário.

PROCESSO No. 6035/96 -- Acompanhamento e análise do Edital de Tomada de Preços nº 2/96, da Região Administrativa XVII - Riacho Fundo. -- DECISÃO No. 10.371/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Edital de Tomada de Preços nº 2/96 e do Aviso de Anulação (fl. 3), da Administração Regional do Riacho Fundo, e autorizou o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6229/96 (apenso o de nº 054.001100/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo extravio de bem de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.372/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE em apreço, considerando regulares as contas, à vista da localização dos bens; b) autorizar o encaminhamento dos autos à 1ª ICE para arquivamento e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 6978/96 (apenso o de nº 053.000558/96) -- Consulta formulada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sobre dúvida levantada no Parecer nº 91/96-4ªSPR, quanto a validade da contagem do tempo prestado como aluno-aprendiz. -- DECISÃO No. 10.373/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) deixar de conhecer da consulta em apreço, à falta de observância da norma regimental pertinente; 2) determinar a devolução do Processo nº 53.000558/96 à origem.

PROCESSO No. 7224/96 -- Relatórios consolidados de Notas de Lançamento Mensal, da Região Administrativa VI - Planaltina. -- DECISÃO No. 10.374/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a realização de auditoria especial na Região Administrativa VI - Planaltina, com o fim de verificar a correção das despesas objeto dos Processos nºs 135.000034/96, 135.000135/96, 135.000127/96, 135.000125/96, 135.000128/96, 135.000126/96, 135.000366/96, 135.000332/96, 135.000129/96, 135.000221/95 e 135.000448/96.

PROCESSO No. 7537/96 -- Pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.375/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do Ofício nº 2756/96, subscrito pelo Secretário de Administração; 2 - autorizar a prorrogação do prazo, por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 7538/96 -- Pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.376/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 2757/96, 2758/96 e 2759/96-GAB/SEA, subscritos pelo Secretário de Administração; 2 - autorizar a prorrogação do prazo, por 60 dias, na forma solicitada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 2961/83 -- Revisão dos proventos da aposentadoria de ABEL LUIZ DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 10.377/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça o valor encontrado na parcela "Total de Proventos" vista à fl. 83 e a forma de cálculo dos reajustes da parcela referente aos 4/5 do EC-14 indicados à fl. 84, bem como a tabela realmente em vigor em novembro/89, se a de fl. 80 ou 94; b) dirimidas as dúvidas suscitadas no item anterior, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 83, com os valores corretos; c) junte demonstrativo das parcelas porventura pagas a maior, providenciando o seu ressarcimento ao erário, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 4100/92 -- Aposentadoria de PAULO WILSON GUARACIABA-SEA.-- DECISÃO No. 10.378/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3449/93 -- Pensão civil concedida a OLÍVIA PEREIRA CAMPOS-SEA. -- DECISÃO No. 10.379/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) autentique os documentos de fls. 03/06 e 08; b) apense aos autos em apreço o processo de aposentadoria do instituidor da pensão, tendo em vista a Decisão nº 5793/95, adotada no Processo nº 1636/92- SO nº 3080, de 23.05.95; c) anexe aos autos declaração do órgão da Previdência sobre o valor da pensão paga no mês de junho/89; d) elabore outra certidão de tempo de serviço, em substituição a de fl. 19, objetivando excluir os 1451 dias computados em dobro nos termos da Lei nº 22/89, visto que o óbito do servidor antecedeu a edição do mencionado diploma legal; e) observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fls. 20, com vistas a fazer constar os valores corretos dos proventos, na forma demonstrada à fl. 24; f) junte o contracheque do servidor relativo ao mês anterior do seu óbito; g) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3459/93 (apenso o de nº 3046/88) -- Pensão civil concedida a ALMERINDA RODRIGUES DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 10.380/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore nova certidão de tempo de serviço, em substituição a de fl. 12, fazendo constar da mesma licença especial computada no processo de aposentadoria, equivalente a 365 dias; b) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 14, incluindo a parcela referente à vantagem prevista no artigo 184, item II, da Lei nº 1711/52; c) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3582/94 (anexos 03 volumes) -- Termo de Contrato de Concessão de Uso nº 002/94, celebrado entre a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. e a Tartuce Construtora e Incorporadora S.A. -- DECISÃO No. 10.381/96.- Havendo a representante do Ministério Público junto à Corte, Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 0427/95 -- Pensão civil concedida a OLINDA LUZIA DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 10.382/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) substitua os documentos de fls. 02 e 06 de tal modo que seu conteúdo esteja legível; b) autentique os documentos de fls. 11 e 15/16; c) esclareça a divergência entre as certidões de tempo de serviço contidas no processo de pensão (fl. 09) e no de aposentadoria (fl. 16), no tocante à contagem de Licença Especial para fins de aposentadoria; d) confeccione nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fls. 09, considerando o tempo de serviço prestado ao Distrito Federal até 13.06.87 (data em que o servidor completou 70 anos de idade) e atentando para o disposto no item anterior; e) inclua ficha de dependentes, se houver; f) providencie declaração de não acumulação de pensão, para fins do disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90, conforme modelo sugerido às fls. 25; g) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 2615/95 -- Pensão civil concedida a MARIA APARECIDA DA SILVA ROCHA e outro-FEDF. -- DECISÃO No. 10.383/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6173/95 -- Pensão civil concedida a VALDELICE DE JESUS SILVA e outro-SEA. -- DECISÃO No. 10.384/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) apense aos autos em apreço o processo de aposentadoria do instituidor da pensão em exame, em cumprimento à Decisão nº 5793, de 23.05.95, que considerou indispensável a existência nos autos de dados que espelhem fielmente as parcelas integrantes do benefício concedido; b) anexe aos autos o contracheque do instituidor, no mês anterior ao do óbito, em cumprimento ao disposto no artigo 133, inciso V, da Resolução - TCDF nº 38/90; c) junte declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8112/90, observando modelo sugerido às fls. 17; d) retifique o ato concessório de fls. 13/14 e altere o título de pensão de fls. 15, com relação à vigência da concessão em exame, que deve ser considerada a partir de 14.07.94 (data do óbito), conforme consta na certidão de fl. 03.

PROCESSO No. 0129/96 -- Aposentadoria de JOÃO ARTARXERXES MATTOS-TCDF. -- DECISÃO No. 10.385/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 1788/92 -- Aposentadoria de FRANCISCA RODRIGUES ACÂMPORA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.386/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) justifique, circunstanciadamente, à vista do disposto na Lei nº 66/89, a retificação de que tratam o Decreto nº 16.127, de 5.12.94 (fs. 36 e 37), e a Instrução de 9.11.95, da Diretoria Executiva da FEDF (fs. 39 e 41), elevando o Nível do cargo em que se deu a aposentadoria, de 1 para 2, devendo ser elaborado, se comprovado o direito ao novo nível funcional, outro demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 43, observado o item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, corrigindo o valor da parcela "Incentivos Funcionais", cujo percentual deve incidir apenas sobre o valor do provento básico indicado (702.149,68) e, em conseqüência, o valor da vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, bem como o total dos proventos; b) se verificada incorreção no novo posicionamento (Nível 2), torne sem efeito a retificação a que se referem o Decreto e a Instrução citados na alínea anterior, elaborando-se novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 43, para adequar os valores das respectivas parcelas à situação anterior (Nível 1), observado o que consta à f. 23 e da referida Decisão Normativa, bem como da alínea anterior, no tocante à forma de cálculo dos "Incentivos Funcionais", devendo, ainda, ser apurada a quantia paga indevidamente à inativa, para fins de ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO No. 2530/93 -- Aposentadoria de ANTONIO FERREIRA DE MESQUITA-FZDF. -- DECISÃO No. 10.387/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o efetivo atendimento da Decisão nº 13830/95 (f. 22), elaborando novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 24, para, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, considerar, no cálculo e indicação dos valores das respectivas parcelas, o vencimento vigente no mês de abril de 1993 para o **Padrão II** da Classe Especial do cargo em que se deu a aposentadoria, devendo, ainda, ser apurado o valor indevidamente pago à inativa, para o acerto financeiro cabível, com ressarcimento de diferença, se houver, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO No. 4611/93 -- Pensão civil concedida a CARMOZINA MARIA DOS SANTOS e

outra-SLU. -- DECISÃO No. 10.388/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão versada nos autos.

PROCESSO No. 0107/94 -- Aposentadoria de ALTAMIRO BOLBA-FZDF. -- DECISÃO No. 10.389/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0324/94 -- Aposentadoria de AVANI JUPÉRA DE VITA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.390/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1166/95 -- Contendo o Ofício nº 2443/96-GAB, mediante o qual o Departamento de Trânsito do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para cumprimento de determinação da Corte. -- DECISÃO No. 10.391/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 37 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o atendimento da diligência expressa na Decisão nº 8445/96 (Of. GP nº 2473/96).

PROCESSO No. 2575/96 -- Contendo o Ofício nº 1940/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000265/96. -- DECISÃO No. 10.392/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2604/96 -- Contendo o Ofício nº 1941/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000241/96. -- DECISÃO No. 10.393/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2606/96 -- Contendo o Ofício nº 1942/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000243/96. -- DECISÃO No. 10.394/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2613/96 -- Contendo o Ofício nº 1939/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000259/96. -- DECISÃO No. 10.395/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2630/96 -- Contendo o Ofício nº 1943/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000252/96. -- DECISÃO No. 10.396/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2631/96 -- Contendo o Ofício nº 1944/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000253/96. -- DECISÃO No. 10.397/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO No. 2449/87 (apensos os de nºs 1322/88 e 2100/93 e anexos 05 volumes) -- Contendo o Ofício nº 696/96-PRESI, mediante o qual a Companhia Imobiliária de Brasília solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para conclusão da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 111.001200/95. -- DECISÃO No. 10.398/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do referidó expediente, concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 0090/91 -- Aposentadoria de MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA MACHADO-SEA. -- DECISÃO No. 10.399/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3291/91 -- Aposentadoria de LAURO PINTO CARDOSO JUNIOR-SEA. -- DECISÃO No. 10.400/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - relevar as falhas apontadas pela instrução; II - considerar legal a concessão para fins de registro do respectivo ato de fls. 67; III - determinar à Secretaria de Administração, posteriormente, proceder a correção do Abono Provisório, desta concessão, nos termos apontados pela instrução.

PROCESSO No. 3217/92 -- Aposentadoria de JOSÉ ABBADE DOS SANTOS-FEDF. -- DECISÃO No. 10.401/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, posicione-se, conclusivamente, a respeito da progressão prevista nas Leis nºs 66/89 e 108/90, substituindo o documento de fl. 33, se for o caso, referente ao tempo de serviço de 1.069 dias prestados pelo interessado na função de professor na Polícia Militar do Espírito Santo. Caso confirme o Padrão 25F, atenda o exposto à fl. 36.

PROCESSO No. 4909/93 (apenso o de nº 2354/91) -- Pensão civil concedida a CECILIA FERREIRA CHAVES e outros-FEDF. -- DECISÃO No. 10.402/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - elabore, nos termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, novo título de pensão, para calcular o adicional por tempo de serviço à razão de 12% sobre o vencimento básico, tendo em vista que o tempo de serviço do ex-servidor, apurado nos autos de aposentadoria, era de 12 anos; II - junte ao processo a Certidão de Tempo de Serviço adequada à Lei nº 8.112/90, que alterou a concessão da gratificação por tempo de serviço de "qüinqüênio" para "anuênio".

PROCESSO No. 5714/93 -- Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO DE MACEDO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.403/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) autentique o ato de fls. 10; b) interceda junto ao INSS, com a finalidade de aferir a autenticidade da Certidão de fls. 03, bem como a ratificação das informações contidas na referida certidão, tendo em vista determinação feita pelo Tribunal, no tocante à comprovação de tempo de serviço (trabalhador rural), ao examinar o Processo nº 3.483/93 (Auditoria Programada).

PROCESSO No. 0951/94 (apenso o de nº 053.000428/94) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.404/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1149/94 (apenso o de nº 082.018989/93) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.405/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2272/94 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.406/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fls. 37/38 e determinou diligência, para que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe informações acerca das providências adotadas para obter o ressarcimento do prejuízo noticiado no Processo nº 030.001.318/94.

PROCESSO No. 3193/94 (apenso o de nº 030.006400/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.407/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço, julgando-as regulares; b) determinar o arquivamento dos autos; c) recomendar à Secretaria de Administração a observância dos prazos previstos no Regimento Interno.

PROCESSO No. 3640/94 -- Aposentadoria de JOSÉ AMÂNCIO SOARES-SEA. -- DECISÃO No. 10.408/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal a presente concessão, para fins de registro do respectivo ato de fls. 25; II - determinar à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, confeccione nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição a de fls. 37, para efetuar as correções reclamadas pela instrução.

PROCESSO No. 5178/94 (apenso o de nº 082.011691/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.409/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do documento de fls. 41; II - relevar os atrasos apontados pela instrução; III - determinar à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, junte aos autos documento comprobatório do registro da incorporação ao seu patrimônio da máquina de escrever marca Olivetti, modelo ET 2250, número de fabricação 1091934, entregue à entidade pelas servidoras responsabilizadas nas contas em apreço, em reposição à máquina desaparecida; IV - remeter os autos à 2ª ICE e devolver o apenso à origem.

PROCESSO No. 6817/94 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no Processo nº 030.011719/94. -- DECISÃO No. 10.410/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o órgão de origem remeta os comprovantes do ressarcimento.

PROCESSO No. 1962/95 (apenso o de nº 053.000372/95) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 053.000372/95. -- DECISÃO No. 10.411/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento das contas em apreço; II) determinar a restituição do processo apenso à origem, para que o CBMDF, no prazo de 30 (trinta) dias: a) esclareça o valor total das ligações de caráter particular efetuadas na linha nº 325.1417 no mês de janeiro de 1995; b) envide esforços no sentido de apontar os responsáveis pelos prejuízos decorrentes das ligações telefônicas noticiadas nos autos; c) identifique os responsáveis pelo descumprimento do prazo regimental na condução dos trabalhos da TCE.

PROCESSO No. 2572/95 (apenso o de nº 054.000605/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 10.412/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das contas em apreço; II - relevar os atrasos ocorridos no andamento da referida TCE; III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe à Corte sobre a existência de Ação de Reparação de Danos movida contra o Distrito Federal pelo Sr. WATERLOO MALVA SANTARÉM, proprietário do Escort Hobby, placa JED 2043-DF, em razão do acidente com a viatura VW/kombi, tombamento nº 33.800-36, ocorrido no dia 06.05.95.

PROCESSO No. 2934/95 -- Aposentadoria de TEREZINHA MARIA DO AMARAL NOVAIS-FEDF. -- DECISÃO No. 10.413/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) autentique os documentos de fls. 17 e 30; 2) retifique o ato de fls. 26, a fim de incluir a fundamentação legal referente aos incentivos funcionais; 3) esclareça se a servidora faz juz às gratificações de: a) regência de classe (Lei nº 696/94); b) alfabetização (Lei nº 654/94); c) titulação (Lei nº 521/94); 4) elabore novo Ato Concessório de Abono Provisório, para fazer constar as gratificações a que tenha direito a inativa, ou apenas corrigir o total dos proventos no ato de fls. 31, no caso de não serem devidas as gratificações mencionadas no item anterior.

PROCESSO No. 3965/95 -- Aposentadoria de JOAQUIM AMORIM-SEA. -- DECISÃO No. 10.414/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça a divergência entre a data de admissão constante das informações cadastrais de fl. 04 e a apresentada no documento de fl. 10; b) esclareça a que órgão foi prestado o tempo de serviço compreendido entre 17.07.61 a 31.05.63.

PROCESSO No. 0204/96 (apenso o de nº 081.000036/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades por prejuízos causados aos seus cofres, em decorrência da exoneração de servidor. -- DECISÃO No. 10.415/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) julgar regulares as contas do Sr. EURÍPEDES ALVES BEZERRA e determinar a baixa na inscrição contábil de responsabilidade, efetuada em seu nome; c) determinar o arquivamento dos autos.

Encerrada a fase de julgamento de processos ordinários, o Senhor Presidente convocou Sessão Extraordinária, de caráter reservado, a realizar-se nesta data, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matéria sigilosa.

A seguir, o Senhor Presidente formulou proposta no sentido de que a partir desta sessão passe a constar na respectiva ata o total dos processos apreciados.- O Tribunal aprovou a proposta.

Finalmente, o Senhor Presidente informou aos membros do Plenário que a partir desta sessão a Secretaria das Sessões implementará, em caráter experimental, o novo sistema de automatização de atas, decisões e súmula de jurisprudência, desenvolvido pelo NIPD e solicitou a colaboração de todos para que se possa, no menor tempo possível, utilizar definitivamente a nova sistemática.

Nada mais havendo a tratar, às 13h05, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 132 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

* Republicada por haver saído com incorreção no original publicado no DODF nº 232, edição de 29.11.96.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DAS SESSÕES

Anexo da Ata da Sessão Ordinária nº 3214
Sessão Ordinária de 21.11.96

GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

REPRESENTAÇÃO Nº 01/96
Assunto: Prorrogação de contratos administrativos. Medida Provisória nº 1.500/96.

A nova redação dada ao inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, pela Medida Provisória nº 1.500, de 07/06/96, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, de 10.06.96, veio dirimir, definitivamente, a controvérsia, até então existente, entre juristas e doutrinadores, quanto à legalidade de prorrogação de contratos administrativos, quando se referirem "à prestação de serviços a serem executados de forma contínua".

Para a perfeita compreensão do comando do referido inciso II do artigo 57 supracitado, é importante observar a evolução desse dispositivo, desde a sua redação original até a presente data, conforme a seguir demonstrado.

Na sua redação original, a Lei nº 8.666/93 estabelecia:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
I - .....
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, os quais poderão ter a sua duração estendida por igual período;"

Com as alterações incorporadas à Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 8.883/94, o referido inciso II passou a ter a seguinte redação:

"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua que deverão ter a sua duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a duração a sessenta meses;"

A Medida Provisória nº 1.081, de 28 de julho de 1995, embora não tenha alterado o texto anterior do referido inciso II, em relação à duração dos contratos administrativos, acrescentou ao Art. 57 da Lei nº 8.666/93 um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser prorrogado em até doze meses."

As Medidas Provisórias ns. 1.108/95, 1.140/95, 1.173/95, 1.207/95, 1.242/95, 1.318/96, 1358/96 e 1.400/96 reeditaram o supracitado § 4º com sua redação original.

Agora, a Medida Provisória nº 1.500/96, além de manter o § 4º do Art. 57, introduzido pela MP nº 1.081/95, alterou o texto do multicitado inciso II, do mesmo artigo 57, que passou a ter a seguinte redação:

"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;"

Dessa forma, não remanesce mais nenhuma dúvida quanto à legalidade de prorrogações desses contratos administrativos, desde que tais atos sejam praticados "com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração", limitadas a sessenta meses, com possibilidade de prorrogação por mais doze meses.

Conjugando-se a atual redação do inciso II do Art. 57 com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93, conclui-se que ditos contratos, obedecidos os critérios e exigências estabelecidos nos citados dispositivos, poderão ser prorrogados em até setenta e dois meses.

A primeira exigência, conforme estipulado no texto do inciso II do Art. 57, é que a prorrogação atenda "à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração".

Para atender a essa exigência, o Administrador terá que motivar e justificar a prorrogação, demonstrando que os preços praticados no mercado, para os mesmos serviços, são superiores aos estabelecidos no contrato que pretende prorrogar, caso em que a realização de nova licitação importaria, fatalmente, em obtenção de custos mais elevados para a Administração, no caso da celebração de novo contrato.

A obtenção dos preços correntes de mercado poderá ser feita por qualquer das modalidades disponíveis, como, por exemplo, mediante coletas de preços e condições, entre empresas prestadoras dos serviços de que se trata.

A segunda exigência, estabelecida no § 4º do mencionado artigo 57, para a dilação contratual por mais doze meses, constitui-se na obtenção de autorização de autoridade superior, somente se justificando, também, se atendida a condição imposta no inciso II, isto é, que a prorrogação atenda "à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração".

Andou bem o legislador, ao permitir a prorrogação dessa espécie contrato administrativo, com as cautelas fixadas para essa permissão.

Sem a possibilidade de estender os prazos contratuais e a fim de evitar grande volume de procedimentos licitatórios, muitas vezes em curto espaço de tempo, a tendência natural da Administração seria a de celebrar contratos com prazos mais longos, podendo alcançar até sessenta meses.

Embora o País esteja convivendo, atualmente, com uma taxa muito baixa de inflação, o setor privado, ao ser contratado pelo Serviço Público, por uma questão até de autodefesa, procurará embutir em seus preços certa margem de segurança, para garantir-se de qualquer aumento de preços dos insumos.

Dessa forma, quanto mais longo o prazo de vigência contratual, maiores serão os riscos do setor privado de obter os insumos a custos majorados e, em conseqüência, tenderá sempre a apresentar preços mais elevados para o fornecimentos dos serviços, em prejuízo do Setor Público.

Este Tribunal, mediante interpretação das disposições do multicitado inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, vem, até a presente data, considerando ilegais as prorrogações de contratos administrativos de prestação de serviço de forma contínua, em razão da Decisão nº 7032/94, tomada na Sessão Ordinária nº 3046, de 01.12.94, relativamente ao processo nº 1417/94, do seguinte teor, na parte referente à matéria sob exame.

"O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - *omissis*; II - recomendar à Fundação Hospitalar e aos demais jurisdicionados, mediante ofício circular, que observem o seguinte: a) os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua não comportam, a teor do disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, prorrogação, devendo o prazo de duração ser fixado, a partir do ato convocatório da licitação, levando-se em conta a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, observado o limite de sessenta meses; b) revejam os seus procedimentos, adequando-os a esse enquadramento legal.

Em obediência à referida Decisão, foi expedido o Ofício nº 9/94 - CIRCULAR, de 22.12.94, a todos os jurisdicionados.

Ante todo o exposto, proponho que este Plenário, à vista da nova redação do inciso II do Art. 57, dada pela Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.94, reveja a referida Decisão, a fim de estabelecer que:

I - os contratos administrativos de prestação de serviço de forma contínua, em face do preceituado na MP nº 1.500, de 07.06.94, somente poderão ser prorrogados, com fundamento no inciso II, do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 desde que tais prorrogações sejam devidamente motivadas e justificadas, a fim de que fique comprovada a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;

II - as prorrogações amparadas pelo § 4º do Art. 57, além da condição especificada no inciso II do mesmo artigo, deverão ter caráter excepcional, também devidamente justificado, bem como celebradas mediante autorização da autoridade superior.

Brasília, 18 de junho de 1996
MARLI VINHADELI
Conselheira

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO (A) Nº 4981/96
ÓRGÃO DE ORIGEM: CONSELHEIRA MARLI VINHADELI (135-0)
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO (7191-8)
EMENTA : Representação nº 01/96, da ilustre Conselheira MARLI VINHADELI, a respeito da evolução da redação do inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Rever a Decisão nº 7.032/94. Conhecimento pelas jurisdicionadas da nova decisão da Corte.

Teve origem o processo na Representação nº 01/96 (fls. 01/04), da ilustre Conselheira MARLI VINHADELI, onde descreve a evolução do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde sua redação original até a última conferida pela Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96.

Na referenciada Representação, a nobre Conselheira tece considerações sobre as diversas Medidas Provisórias que regulamentaram o citado art. 57, inciso II, das quais destaco:

I- conjugando-se a atual redação do inciso II do art. 57 com o disposto no 4º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93, conclui-se que ditos contratos, obedecidos os critérios e exigências estabelecidos nos citados dispositivos, poderão ser prorrogados em até setenta e dois meses;

II- o Administrador terá que motivar e justificar a prorrogação, demonstrando que os preços praticados no mercado, para os mesmos serviços, são superiores aos estabelecidos no contrato que pretende prorrogar, caso em que a realização de nova licitação importaria, fatalmente, em obtenção de custos mais elevados para a Administração;

III- quanto mais longo o prazo da vigência contratual, maiores serão os riscos do setor privado de obter os insumos e custos majorados e, em conseqüencia, tenderá sempre a apresentar preços mais elevados para o fornecimento de serviços, em prejuízo do Setor Público;

IV- este Tribunal, mediante interpretação das disposições do multicitado inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, vem, até a presente data, considerando ilegais as prorrogações de contratos administrativos de prestação de serviço de forma contínua, em razão da Decisão nº 7.032/94, tomada na Sessão Ordinária nº 3.046, de 01.12.94, relativamente ao Processo nº 1.417/94.

Nas suas conclusões, a ilustre Conselheira Marli Vinhadeli propõe ao Plenário, à vista da nova redação do inciso II do art. 57, dada pela Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96, que reveja a referida Decisão (7.032/94), a fim de estabelecer que:

I- os contratos administrativos de prestação de serviço de forma contínua, em face do preceituado na MP nº 1.500, de 07.06.96, somente poderão ser prorrogados com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que tais prorrogações sejam devidamente motivadas e justificadas, a fim de que fique comprovada a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;

II- as prorrogações amparadas pelo 4º do art. 57, além da condição especificada no inciso II do mesmo artigo, deverão ter caráter excepcional, também devidamente justificado, bem como celebrados mediante autorização de autoridade superior.

O processo foi examinado em conjunto pelas 1a. e 2a. Inspetorias de Controle Externo que, na sua análise, levantaram a preliminar de que não seria adequado, "in casu", ao Tribunal rever, conforme proposto nesta Representação, as suas Decisões proferidas anteriormente à edição da MP nº 1.500/96, visto que foram amparadas no ordenamento jurídico vigente à época.

Prosseguindo na apreciação da Representação, o Corpo Técnico (1a. e 2a. ICE's) faz um histórico do art. 57 da Lei das Licitações, desde a sua redação original até a atual, fazendo judiciosos comentários sobre cada alteração realizada no citado dispositivo legal.

Em razão da análise realizada nos elementos constantes da representação, o corpo instrutivo chegou às seguintes conclusões:

"a) o texto original do inciso II do **caput** do art. 57 da Lei nº 8.666/93, permite mais de uma interpretação, em decorrência da expressão "igual período";

b) a interpretação correta do citado dispositivo deve respeitar vedação constitucional (art. 167, II), segundo a qual a Administração não pode realizar despesas ou assumir obrigações que excedam a vigência dos respectivos créditos orçamentários, expressão do princípio da anualidade do orçamento;

c) o dimensionamento do prazo de duração do contrato estabelecido no inciso II do **caput** do art. 57, alterado pela Lei nº 8.883/94, viola o preceito constitucional citado na alínea precedente e os dispositivos constantes no art. 7º, 2º, III e do art. 55, V, ambos da Lei nº 8.666/93. Teria amparo legal, neste caso, somente a vigência e execução do contrato no exercício financeiro em que foi celebrado;

d) a redação atual do art. 57, **caput**, inciso II, introduzida pela Medida Provisória nº 1.500/96 guarda consistência com o ordenamento jurídico que rege a matéria, sendo aplicado seu dispositivo, por força do art. 121 da Lei nº 8.666/93, aos contratos vigentes em 10.06.96, data de publicação da referida MP;

e) deve ser cautelosa a aplicação do 4º do art. 57 inserido pela MP nº 1.081/95 e mantido pela MP nº 1.500/96, a fim de não comprometer recursos orçamentários de exercícios financeiros posteriores ao da vigência do contrato."

Louvo a iniciativa da nobre Conselheira Marli Vinhadeli pois a matéria de sua Representação, prorrogação de contratos, de natureza contínua, é controvertida e precisa de um juízo atualizado por parte deste Tribunal, o que está sendo tentado no presente processo.

Perfilho-me com o entendimento da Conselheira, que a decisão deste Tribunal sobre o assunto deve ser revista, com o objetivo de melhor orientar às jurisdicionadas e, em especial, os órgãos de controle interno e externo.

A decisão desta Corte, até a edição da MP 1.500/96, decorreu de interpretações da legislação da época, no sentido de que as prorrogações para os contratos previstos no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 não eram permitidas. Com a edição da referida Medida Provisória, as dúvidas foram espancadas, considerando a permissão, dela constante, de se prorrogar por iguais e sucessivos períodos os contratos de prestação de serviços, a serem executados de forma contínua.

A maior prova de que a questão versada no processo está diretamente ligada à interpretação de texto legal - e não à legislação vigente à `época - é o Parecer nº 237/96, exarado no Proc. nº 4986/95, da lavra da ilustre Procuradora-Geral, Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, em 28.03.96, antes da edição da MP nº 1.500/96, com as seguintes passagens:

"..... 15. Referida Medida Provisória foi reeditada duas vezes até o presente momento (MP nºs 1108/95 e 1.279/96);

16. A tormentosa questão encontra adeptos em um e ou sentido;

.....

20. A opinião do Ministério Público é idêntica a do Egrégio TCU. Ora, se a Lei posterior permitiu a retroatividade expressa, nesta parte, é porque quis admitir também a prorrogação contratual em período de até 60 meses, pois se assim não fosse, o dispositivo editado teria pouco alcance prático, permitindo que os contratos tivessem maior prazo de duração, inclusive retroativamente, sem que pudessem ser prorrogados. A prorrogação contratual está umbilicalmente contida na locução "em até 60 meses"; é lógico que qualquer burla ao princípio da moralidade e da razoabilidade não pode ser aceita. A prorrogação do inciso II, do art. 57, portanto, é possível desde que justificada com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.....".

A ilustre Procuradora-Geral conclui, no referido parecer, com entendimento que veio mais tarde a ser consagrado pela MP nº 1.500/96:

".....a decisão nestes autos implicará mudança de orientação (Decisão nº 7.032/94) e que urge ser comunicada imediatamente a toda Administração Distrital".

Comungo com o entendimento de ser viável a prorrogação de prazo dos contratos de prestação de serviços, de natureza contínua, desde a edição da primeira MP que dispôs, confusamente, sobre o assunto e que veio a ser pacificada com a MP nº 1.500/96. Assim, aquela decisão deve ser expressamente revista, como deixei claro ao relatar o Proc. no 4361/94, afirmando que "a Decisão nº 7.032/94 desta Corte, que veda a prorrogação de contratos, não serve mais de parâmetro, considerando a atual legislação sobre a matéria."

Infere-se, dessa forma, que a Decisão nº 7.032/94, que vedou as prorrogações desses contratos (II, 57, Lei 8.666/93), está totalmente revogada por não retratar mais a atual interpretação da legislação que rege o assunto.

É o relatório.

VOTO

Nesse passo, entendo que o melhor caminho a ser seguido por esta Corte seria o de firmar entendimento no sentido de que os processos referentes à prorrogação de contratos previstos no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 sejam instruídos e julgados com base na MP nº 1.500, de 07.06.96, e que veio finalmente a ser por esta explicitada.

Dessa forma, estaria sendo atendida a necessidade de ser revista a decisão desta Corte, contrária à prorrogação de contrato de serviços de execução continuada e, ainda, evitando-se a penalização do administrador que, em razão de interpretação diversa, tenha prorrogado seu contrato, embora divergindo do entendimento do TCDF à época, mas obedecendo a prática estabelecida pela Medida Provisória nº 1.500/96.

Ressalte-se por oportuno que a Decisão desta Corte, ora com proposta de revisão, foi adotada em razão do entendimento da época, no sentido de que o inciso II do art. 57 não admitia prorrogação, o que só veio a ser esclarecido com a edição da MP nº 1.500/96. Não poderia ser outra a deliberação do Tribunal que elegeu a alternativa mais rígida, dentre as suscitadas pelos estudiosos da matéria.

Enaltecendo mais uma vez a Conselheira Marli Vinhadeli pela iniciativa da Representação, visando a pacificação do assunto controvertido, bem como o Corpo Técnico pela pesquisa realizada sobre a matéria, VOTO no sentido de que o Egrégio Plenário:

I - à vista da redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, dada pela Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96, reveja a Decisão nº 7.032/94, tomada na Sessão Ordinária nº 3.046, de 01.12.94, relativamente ao Processo nº 1.417/94;

II - firme entendimento no sentido de que:

a) os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, em virtude da nova redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, introduzida pela Medida Provisória nº 1.500, de 07 de junho de 1996, admitem que seu prazo de vigência seja prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses, desde que comprovada, nos autos, a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, em tais dilações;

b) a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos" prevista no texto da MP nº 1.500/96, deve ser interpretada como períodos orçamentários, em atenção à vedação constante do art.167, inciso II, da Constituição da República e dos requisitos exigidos pelos arts. 7º, 2º, inciso III, e 55, inciso V, ambos da Lei nº 8.666/93;

c) a prorrogação prevista no art. 57, 4º, do diploma supramencionado, inserida pela MP nº 1.081/95 e mantida pela MP nº 1.500/96, quando concedida, seja de forma cautelosa, observando:

c.1- o caráter excepcional que enseja a dilação; e

c.2- a vigência do respectivo crédito orçamentário;

d) por força do art. 121 da Lei nº 8.666/93, poderão ser prorrogados os contratos de prestação de serviços contínuos vigentes quando da publicação da MP nº 1.500/96, desde que preenchidos os requisitos nela exigidos, inclusive o de previsão no ato convocatório;

e) as prorrogações dos contratos previstos no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 serão instruídas e julgadas com base na MP nº 1.500, de 07.06.96, tendo em vista que a atual redação

conferida ao citado dispositivo legal veio explicitar e, em conseqüência, convalidar as prorrogações constantes das Medidas Provisórias anteriores, nas condições exigidas na letra "d";

f) dê ciência às jurisdicionadas dessa decisão.

Sala das Sessões, em de outubro de 1996

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro-Relator

GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 4981/96-B
ÓRGÃO DE ORIGEM: Gabinete da Cons. Marli Vinhadeli (135-0)
ASSUNTO: Representação (7191-8)
AUTUAÇÃO: 19.06.96

VOTO DE VISTA

Pedi vista deste processo porque não recebi oportunamente, por equívoco cometido no meu Gabinete, cópia do voto de fls. 29/37, prévia e gentilmente distribuída aos membros do Plenário, como sói acontecer quando da votação de matérias que tal providência justifiquem.

Preliminarmente, registro meus agradecimentos ao nobre Relator pela forma elogiosa com que se reportou à nossa iniciativa de representar sobre o tema, objetivando, como percebido, a atualização das decisões desta Corte. Sua Excelência, coerentemente, atuou com muita fidalguia.

Quanto ao mérito do processado, declaro que tudo li com muita atenção, não apenas pela natureza tormentosa do assunto, mas, também, pelo especial significado dele para a dinâmica da Administração.

Louvo o empenho na pesquisa e a competência dos signatários da instrução de fls. 14/26 e de seus respectivos Inspetores de Controle Externo, que a ela acrescentaram qualidade com o adendo de fls. 27.

Reputo primoroso o voto do ilustre Relator. Tal constatação, aliás, não surpreende, dada a reiterada incidência de tal atributo nos votos do Conselheiro Frederico Augusto Bastos.

Não obstante tais zelos e entendendo que sempre é válida a tentativa de aprimorar as decisões plenárias - e é este meu único propósito -, passo a ponderar o item b do robusto voto, verbis:

"b) a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos" prevista no texto da MP nº 1.500/96, deve ser interpretada como períodos orçamentários, em atenção à vedação constante do art. 167, inciso II, da Constituição da República e dos requisitos exigidos pelos arts. 7º, § 2º, inciso III, e 55, inciso V, ambos da Lei nº 8.666/93", significando, na prática, que os contratos de serviços contínuos não poderão ter seu término de vigência além de 31 de dezembro de cada ano.

O **caput** do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21.06.93, anuncia a **regra geral** no sentido de que a **duração** dos contratos administrativos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários (princípio da anualidade orçamentária). **Excetua**, ou seja, afasta do princípio da anualidade orçamentária, nos incisos I, II e IV, a duração de três espécies de acordos relativos: aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual; à prestação de serviços a serem executados de forma contínua; ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Cotejando mencionado dispostivo legal com disposições constitucionais referentes à sistemática orçamentária, pode-se afirmar que sua **regra geral** está para o art. 167, II (princípio da anualidade orçamentária) assim como seus três incisos estão para o parágrafo primeiro do art. 165 (Plano Plurianual para despesas de capital e de **duração** continuada), estes dois últimos da CF vigente.

Essa compreensão sistemática é, no nosso modesto ver, a única que viabiliza, orçamentariamente falando, a extensão de duração (ou vigência) de contratos a exercícios futuros. Assim não fosse, qual teria sido o supedâneo orçamentário da Decisão nº 7.032/94, tomada com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.883/94?

A Carta Política da 05.10.88, ao incluir em plano plurianual as despesas com programas de duração continuada, deu respaldo constitucional às exceções postas nos incisos I, II e IV do multicitado art. 57. Fundamental é que tais despesas constem do PPA.

Este, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, passa a constituir a veste legal do carreamento das despesas de natureza continuada para a Lei de Meios.

Sob o enfoque da classificação funcional programática, e em termos de orçamento anual, os programas comportam Atividades (que a doutrina classifica como de natureza permanente, enquanto os Projetos como de duração limitada no tempo), onde se inserem os créditos que respaldam os contratos de serviços a serem executados de forma contínua.

Atenta à argumentação constante dos autos tenho que com tal programação harmoniza-se o § 2º, inciso III, do art. 7º da Lei nº 8.666/93. Quando da abertura de procedimento licitatório, é exigida por este dispositivo a **previsão** de recursos orçamentários "que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas **no exercício financeiro em curso**, de acordo com o respectivo cronograma", o que permite concluir, no que concerne ao tema em foco, que as obrigações contratuais dos exercícios subseqüentes serão atendidas mediante alocação em cada lei anual dos correspondentes créditos plurianuais aprovados pelo Legislativo, com o conseqüente empenhamento à conta do orçamento vigente.

Conciliado com a compreensão que ora externamos estaria, também, o art. 55, inciso V, do Estatuto das Licitações. Esta norma estatui que, necessariamente, há de constar nos contratos cláusula que estabeleça "o **crédito** pelo qual correrá a despesa, com a indicação da **classificação funcional programática** e da categoria econômica." A nosso juízo, quando da assinatura de um contrato, o **crédito** exigido deve equivaler ao reportado no § 2º, inciso III, do art. 7º, quando da abertura da correspondente licitação. A **classificação funcional programática** há de denotar a natureza continuada dos serviços em foco. O **valor** do contrato corresponderá ao período da vigência inicial, em outra cláusula, na conformidade com tantos ajustes apreciados nesta Casa.

Todo o acima exposto respalda a conclusão de que a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos" constante da MP nº 1.500/96 não deve ser interpretada como períodos orçamentários, que, via de regra, seguem os respectivos exercícios financeiros (art.34 da Lei nº 4.320/64), mas, sim, como período de vigência contratual. Assim não fosse, estar-se-ia devolvendo para a regra geral do caput do art. 57 - duração anual - o que ele próprio excetuou em seus incisos (I, II e IV) - duração plurianual.

Forte no entendimento supra, e com as vênias de estilo, VOTO de acordo com a instrução e o nobre Relator, excluído apenas o subitem c.2 e o teor do item b, que passaria a ter a seguinte redação:

b) a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos", prevista no texto da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96 (in DOU de 10.06.96), deve ser interpretada como períodos de duração contratual, em conformidade com a redação do **caput** do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e, enquanto exceção legal, com o disposto no § 1º do art.165 da Constituição da República Federativa do Brasil, observados os requisitos exigidos pelos arts. 7º, § 2º, inciso III - nos procedimentos licitatórios - e 55, inciso V - nos instrumentos contratuais -, ambos da Lei nº 8.666/93.

Brasília-DF, em 22 de outubro de 1996

MARLI VINHADELI Conselheira

GABINETE CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO (B) Nº 4981/96
ÓRGÃO DE ORIGEM: CONSELHEIRA MARLI VINHADELI (135-0)
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO (7191-8)
EMENTA : Representação nº 01/96, da ilustre Conselheira MARLI VINHADELI, a respeito da evolução da redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Em virtude da edição da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96, modificar a Decisão nº 7.032/94, para admitir que os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua comportam prorrogações. Pedido de vista da ilustre signatária da representação de fl. 01, Conselheira Marli Vinhadeli, com proposta de alteração do texto da letra "b" do inciso II e exclusão do subitem C-2, do relatório e voto deste Relator, fls. 29/37, para interpretar que a expressão "iguais e sucessivos períodos", do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, na sua nova redação, corresponde a períodos de duração contratual e não de períodos orçamentários. Inobstante corrente favorável a esse entendimento pelas razões indicadas, mantenho a decisão de meu Relatório e Voto.

Este processo foi submetido ao Egrégio Plenário em Sessão de 08.10.96, tendo o seu julgamento suspenso, em virtude de pedido de vista formulado pela ilustre Conselheira Marli Vinhadeli, signatária, aliás, da representação de fl. 01.

Retornam-me os autos com inestimável colaboração da insígne Revisora que me honra com duas propostas de modificação de meu Relatório e Voto de fls. 29/37, objetivando:

a) dar nova redação à letra "b" do inciso II (fl. 36); e

b) excluir, em decorrência do disposto na letra anterior, o subitem "C-2" (fl. 37).

A ilustre Revisora justifica, em longo e brilhante arrazoado, o seu entendimento no sentido de que a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos", prevista no texto da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96, deve ser interpretada como períodos de duração contratual e não de períodos orçamentários, socorrendo-se, dentre outros dispositivos legais citados, do § 1º do art. 165 da CF que admite, no plano plurianual, programa de duração continuada.

A Medida Provisória nº 1.500/96 pacificou, definitivamente, o entendimento de que os contratos de prestação de serviços contínuos podem ser objeto de prorrogação de prazo.

Restou, pelo que se depreende dos estudos desenvolvidos nesta Corte, a dúvida sobre a correta interpretação da expressão **"iguais e sucessivos períodos"**, inserta na referida Medida Provisória.

Pessoalmente, penso que o procedimento mais adequado aos serviços administrativos seria o de prorrogações sucessivas e anuais, até completar 60 meses, sempre atento a obtenção de preços e condições mais vantajosas.

E não me parece que a legislação repele a adoção desse procedimento.

Com efeito, em diversas passagens da Lei nº 8.666/93, encontramos uma relação direta entre contratos e licitações com dotações orçamentárias. A licitação de serviços só pode ser feita com a existência de recursos orçamentários (art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93). Os contratos têm que mencionar, necessariamente, o crédito por onde correrá a despesa (art. 55, V, da Lei de Licitações e Contratos). Citar o crédito, entendo, é o já consignado na Lei Orçamentária Anual.

Um outro fato que me chamou a atenção e conduziu-me a interpretar que o período previsto na MP nº 1.500/96 é o do orçamento é que somente a prorrogação anual fica perfeitamente ajustada à expressão **"iguais e sucessivos períodos"**. Se considerar o período de 2 anos, o contrato só poderá ser prorrogado uma vez (não se ajusta à pluralidade da expressão). Se o período for de 3 anos, já não mais poderá ser prorrogado (ultrapassa a 60 meses).

Creio que a divergência ora verificada está diretamente relacionada com o vocábulo **dimensionada**, consignado nas redações anteriores à da Medida Provisória nº 1.500/96.

A instrução, em seu criterioso estudo, assinala:

"..... **percebe-se que dimensionamento não se confunde com prorrogação (art. 57, inciso I), pois não se cogita em dilatação do período estipulado para a conclusão do objeto contratado, mas do preestabelecimento da sua vigência total. O dimensionamento seria, então, uma condição básica para que a Administração obtivesse uma contratação mais favorável aos seus interesses."**

Reforçando o seu estudo, o Corpo Instrutivo da Corte cita Marçal Justen Filho, (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, R. Janeiro, 1995, Editora AIDE, página 364) que, sobre o vocábulo **dimensionada** constante da redação anterior à MP 1500/96, afirma categoricamente "o prazo deverá ser definido, de antemão, pela Administração e não será cabível a prorrogação, mesmo que não tenham decorridos sessenta meses".

Eis aqui o fundamento da Decisão nº 7032/94 que nega a prorrogação de prazo dos contratos da espécie, após o dimensionamento inicial, em excelente condução do ilustre Conselheiro José Milton.

Todos esses enfoques, inclusive o de natureza doutrinária, cairam por terra com a edição da MP nº 1.500/6. Desapareceu, finalmente, o referido vocábulo. A Administração ficou convencida de que a obtenção de maior vantagem não está necessariamente vinculada ao dimensionamento do contrato, e sim às sucessivas negociações nas prorrogações de prazo.

Com o devido respeito e consideração à ilustre Revisora, penso que os créditos exigidos pela Lei nº 8.666/93 são os já consignados na Lei Orçamentária Anual. O Orçamento Plurianual é peça principal de planejamento estratégico, sujeito a sucessivos ajustes, não se prestando para **garantir** a existência de recursos, no dia a dia dos contratos.

Noutro ponto, a ilustre Revisora alega que o reconhecimento de sucessivas prorrogações pelos períodos orçamentários significa retornar ao "caput" do art. 57 - duração anual - o que ele próprio excetuou em seus incisos (I, II e IV). Penso diferentemente. Todos os contratos têm a duração única anual. Nas exceções, principalmente a do inciso II, por tratar-se de serviço de natureza contínua (pagamento de pessoal da limpeza, vigilância, etc), a prorrogação pode ser feita, tantas vezes quantas forem necessárias, se atendidos os interesses da Administração e obedecidos os limites máximos de 60 meses e, excepcionalmente, 72 meses.

Assim, lamentando dissentir da ilustre Revisora, reconhecendo, porém, o mérito de sua proposição, até porque existe corrente favorável ao entendimento por ela exposto, mantenho o Relatório e Voto de fls. 29/37.

É o relatório.

VOTO

Diante do exposto, VOTO por que o Egrégio Plenário, à vista da redação do inciso II do art. 57 da Lei no 8.666/93, dada pela Medida Provisória no 1.500, firme entendimento no sentido de que:

a) os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, em virtude da nova redação do inciso II do art. 57 da Lei no 8.666/93, introduzida pela Medida Provisória no 1.500, de 07 de junho de 1996, admitem que seu prazo de vigência seja prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses, desde que comprovada, nos autos, a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, em tais dilações;

b) a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos" prevista no texto da MP no 1.500/96 deve ser interpretada como períodos orçamentários, em atenção à vedação constante do art. 167, inciso II, da Constituição da República e dos requisitos exigidos pelos arts. 7o, parágrafo 2o, inciso III, e 55, inciso V, ambos da Lei no 8.666/93;

c) a prorrogação prevista no art. 57, parágrafo 4o, do diploma supramencionado, inserida pela MP no 1.081/95 e mantida pela MP no 1.500/96, quando concedida, seja de forma cautelosa, observando:

c.1- o caráter excepcional que enseja a dilação; e

c.2- a vigência do respectivo crédito orçamentário;

d) por força do art. 121 da Lei no 8.666/93, poderão ser prorrogados os contratos de prestação de serviços contínuos vigentes quando da publicação da MP no 1.500/96, desde que preenchidos os requisitos nela exigidos, inclusive o de previsão no ato convocatório;

e) as prorrogações dos contratos previstos no inciso II do art. 57 da Lei no 8.666/93 serão instruídas e julgadas com base na MP no 1.500, de 07.06.96, tendo em vista que a atual redação conferida ao citado dispositivo legal veio explicitar e, em conseqüência, convalidar as prorrogações constantes das Medidas Provisórias anteriores, nas condições exigidas na letra "d"; e

f) dê ciência às jurisdicionadas dessa decisão.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1996

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro-Relator

BRASÍLIA



ONDE TODOS PODEM LER

BRASÍLIA DIZ SIM À ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Um Governo Democrático e Popular se faz com a participação de todos. Por isso, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e, em parceria com a sociedade civil organizada, está lançando o programa BRASÍLIA ONDE TODOS PODEM LER. Uma iniciativa para acabar com o analfabetismo entre jovens e adultos no DF. Para que isto aconteça estamos buscando a parceria com toda a comunidade: estudantes, empresários, funcionários públicos, ONGs, políticos, religiosos, clubes de serviços. Enfim, todo voluntário que quiser participar.

SE VOCÊ PARTICIPAR, TODO MUNDO ASSINA EMBAIXO

Maiores Informações na Divisão Regional de Ensino mais próxima da sua casa

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o disposto na Lei 892, de 26 de julho de 1995, Resolve:
Dispensar HENRIQUE PEIXOTO DE MELO, representante da Central Única dos Trabalhadores da Função de Presidente e Membro Titular do Conselho do Trabalho do Distrito Federal.
Designar FERNANDO PEDRO BRITES, representante da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal para exercer a função de Presidente do Conselho do Trabalho do Distrito Federal.
Designar LUIZ FRANKLIN DE MOURA para exercer a função de Membro Titular, junto ao Conselho do Trabalho do Distrito Federal, na qualidade de representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT.
Reconduzir REJANE PITANGA à função de Membro Suplente junto ao Conselho do Trabalho do Distrito Federal, na qualidade de representante da Central Única dos Trabalhadores.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o disposto na Lei 892, de 26 de julho de 1995, Resolve:
Reconduzir JOSÉ MARIA GONÇALVES COÊLHO à função de Membro Titular junto ao Conselho do Trabalho do Distrito Federal, na qualidade de representante do Ministério do Trabalho.

CRISTOVAM BUARQUE

RESOLUÇÃO Nº 85. DE 7 DE OUTUBRO DE 1996

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL - CDE/DF, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas pelo seu Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa Nº 01/92-CDE/DF, de 03 de agosto de 1992, e ainda, votação ocorrida em sua 68ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de outubro de 1996, resolve:
Designar VICTOR ALEXANDRE DE MEDEIROS LUCAFÓ, representante da Secretaria de Indústria e Comércio, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar LUIZ ROBERTO MATUTINO, representante da Secretaria de Indústria e Comércio, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar PAULO DE TARSO PEREIRA DOS SANTOS, representante do Banco do Brasil, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar RONAN APARECIDO DE FREITAS, representante do Banco do Brasil, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar MARCELLO FURLANETTO GOMES, representante do Banco de Brasília, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar SIRLEI FÁTIMA DE CASTRO CERQUEIRA, representante do Banco de Brasília, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS, representante da Secretaria de Fazenda e Planejamento, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar LEILA OLLAIK DE MAGALHÃES, representante da Secretaria de Fazenda e Planejamento, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar SEBASTIÃO MENDES DA SILVA, representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar LADISLAU MOREIRA VASCONCELOS, representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar LÊNIN FLORENTINO DE FARIA, representante da Secretaria de Trabalho, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar GLAISSON SANTOS COSTA, representante da Secretaria de Trabalho, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar JOSÉ CARLOS MOREIRA DE LUCA, representante da Federação do Comércio do Distrito Federal, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar JOSÉ RENATO RIELLA, representante da Federação do Comércio do Distrito Federal, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ALDEMIR FERREIRA APIO, representante do Sindicato Rural do Distrito Federal, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar REINALDO PETTENGILL, representante do Sindicato Rural do Distrito Federal, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ANTÔNIO LUIZ GASPARINI, representante da Secretaria de Turismo, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ÂNGELO FERNANDO FERNANDES, representante da Secretaria de Turismo, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ANA PAULA MACHADO PESSÔA, representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar TARCÍSIO FRANKLIN DE MOURA, representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ANTÔNIO ADRIANO BANDEIRA CHAVES, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ANTÔNIO AUGUSTO DANTAS DA COSTA, representante da Federação das Associações das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de todas as categorias do Distrito Federal e Entorno, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar SEBASTIÃO GABRIEL DE OLIVEIRA, representante da Federação das Associações das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Todas as Categorias do Distrito Federal e Entorno, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar SAULO NERY PERTENCE, representante da Secretaria de Agricultura, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ALVINO FERNANDES DE OLIVEIRA, representante da Secretaria de Agricultura, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar FRANCISCO JOSÉ DE CAMPOS AMARAL, representante da Secretaria de Obras, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar MANOEL BRANDÃO BARROS, representante da Secretaria de Obras, como membro suplente Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar ALAIR LUIZ DOS SANTOS, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, como membro efetivo da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Designar FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, como membro suplente da Câmara Setorial Especializada em Análise de Projetos do CDE/DF.
Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.Brasília, 07 de novembro de 1996. ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO, JOSÉ SOARES DE PAIVA, MÁRIO TINOCO DA SILVA, JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO, LUIZ PHILIPPE TORELLY, CARLOS MARCOS SOARES DURÃES, IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES, LÊNIN FLORENTINO DE FARIA, JOSÉ NEVES FILHO, FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA, JOAQUIM PEREIRA BORGES, FLÁVIO AUGUSTO D'ARAÚJO COUTO, ORLANDO ALVES GERTRUDES, CARLOS ALBERTO ALTINO, ROBERTO ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA. Homologo a presente Resolução nos termos do art. 17, do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992. CRISTOVAM BUARQUE, Governador do Distrito Federal. (Republicada por haver saído com incorreção no DODF nº 231, de 28 de novembro de 1996, página 9723).

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF de 28-11-96, pág. 9723.

CASA MILITAR

PORTARIAS DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993 e de acordo com o Decreto nº 17.140, de 06 de fevereiro de 1996, resolve:
NOMEAR o ST QPPMC ZEDEKUIAS DE REZENDE, Mat. 03.770/2 da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Assistente Militar na Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
NOMEAR o CB QPPMC CARLOS RIBEIRO DE FARIA, Mat. 05.117/9 da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Auxiliar Militar na Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, e de acordo com o Decreto nº 17.140, de 06FEV96, resolve:
NOMEAR os Soldados QPPMC FELISBERTO MARTINS DE OLIVEIRA - Mat. 07.337/7 e JOÉDSON TRINDADE LIMA - Mat. 18.281/8, da Polícia Militar do Distrito Federal, na função de Auxiliar Militar na Assessoria para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Artigo 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

ANTONOFRE DE ANDRADE ALVES - CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e o constante da Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995, resolve:

CESSAR o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, na Categoria de Assessor, a LILIANA BALDUINO DE SOUZA GONZAGA, matrícula nº 30.138-8, a disposição da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a partir de 28 de novembro de 1996.

JACY AFONSO DE MELO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 322, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item XXV, do artigo 64, do Regimento interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:
CONCEDER o adicional de **QUINTOS** previsto na Lei nº 8.911/94, transformando-os para **Décimos** a partir de 01.02.96, conforme preceitua o art. 7º,do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, ao servidor(a) abaixo relacionado(a).

Identificação do Servidor	Quintos		Transformação para Décimos	
	Fração	Vigência	Fração	Vigência
Nome: HELENA AMANO **Matrícula: 21.779-4** **Processo: 141.004.041/96**	5/5 do DFG-10	15.07.94	10/10 do DFG-10	01.02.96

WALTER NEI VALENTE

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, *no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXV, do Regimento* Aprovado pelo Decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994 e tendo em vista o disposto no Artigo 12 do Decreto 17.182, de 06.03.96, resolve:
CONCEDER o adicional de DÉCIMOS, previsto na Lei 1.004, de 11.01.96, regulamentada pelo Decreto 17.182 de 06.03.96. conforme discriminação abaixo;

IDENTIFICAÇÃO	RESUMO DA CONCESSÃO	
	FRAÇÃO	VIGENCIA
NOME ; ROGÉRIO DORNELAS DE SOUZA MATRÍCULA ; 33.255-0 PROCESSO ;030.003.963/93	1/10 DFG-08	15.11.96

JOSÉ EUDES OLIVEIRA COSTA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESMPENHO, da Adminsitração Regional de Ceilândia, designada pela Ordem de serviço de 06 de novembro de 1996, DODFnº 219 de 11 de novembro de 1996, resolve:

PUBLICAR o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores abaixo relacionados, referente ao período de 01 de outubro de 1995 a 30 de setembro de 1996:

MATRÍCULA	NOME	PONTOS	CONCEITO
19.813-7	ARZ WARD DE OLIVEIRA	4.70	EXCELENTE
19.869-2	FRANCISCO ASSIS DE MEDEIROS	5.00	EXCELENTE
21.893-6	PAULO JOSÉ DA SILVA	4.60	EXCELENTE
21.928-2	JOSÉ WILSON DO NASCIMENTO	5.00	EXCELENTE
22.401-4	JULIA BRANDÃO DE SANTANA	4.80	EXCELENTE
22.547-9	AMILTON JORGE MARES DE OLIVEIRA	4.70	EXCELENTE
22.601-7	JOSÉ BATISTA DA NATIVIDADE	5.00	EXCELENTE
23.297-1	JORGE AFONSO DA SILVA	4.80	EXCELENTE
24.764-2	CLEUMA JENUINA DE SOUZA	5.00	EXCELENTE
24.766-9	WILLIANS MIGUEL FREIRE	5.00	EXCELENTE
24.801-0	MARIA DAS DORES SANTOS	5.00	EXCELENTE
24.834-7	EDUARDO GOMES DA SILVA	5.00	EXCELENTE
24.839-8	OSMAR PEREIRA MENDES	3.50	BOM
24.921-1	DIVINO RUFINO DE CARVALHO	4.25	BOM
24.942-4	MARIA DE FÁTIMA GOMES	5.00	EXCELENTE
24.944-0	JOSÉ RILDO GUIMARÃES	5.00	EXCELENTE
25.039-2	PAULO FURTADO ALVARENGA JUNIOR	4.46	BOM
25.042-2	GEOVANI BESERRA DE LIRA	5.00	EXCELENTE
25.123-2	HELENO ARNOBIO DA COSTA	4.55	EXCELENTE
25.615-3	ARISTIDES MARIZ NETO	4,91	EXCELENTE
26.008-8	MARIA RITA NUNES FERREIRA	4.63	EXCELENTE
26.055-X	TEREZA CRISTINA LEMOS NONATO	4.70	EXCELENTE
26.382-6	NIZA PINTO DE SENA	4.60	EXCELENTE
26.542-X	RUTE GOMES DE MELO	5.00	EXCELENTE
26.784-8	LINDAURA RITA TEIXEIRA	4.80	EXCELENTE
26.948-4	LECI FERREIRA DE ALMEIDA	5.00	EXCELENTE
30.464-6	GILSON JOSÉ DE OLIVEIRA	4.56	EXCELENTE
30.580-4	SANDRA ZÉLIA GARCÊZ	5.00	EXCELENTE
30.609-6	FRANCISCO CORDEIRO RAMOS	4.90	EXCELENTE
30.623-1	RITA DE CÀSSIA SOARES SILVA	4.57	EXCELENTE
30.625-8	ROSANGÊLA AMARAL GONÇALVES	4.55	EXCELENTE
30.657-6	LUCICLEIDE REGINA VIEIRA DA SILVA	5.00	EXCELENTE
30.684-3	MARILDA MARIS DA SILVA	4.70	EXCELENTE
30.736-X	ANTÔNIO ARNÓBIO DA COSTA	4.72	EXCELENTE
30.934-6	CLAUDÊMIO COSTA SILVA	5.00	EXCELENTE
31.067-0	VANDECY DA CRUZ	4.80	EXCELENTE
31.330-0	MARIA EUNICE DE ARAÚJO	4.57	EXCELENTE
31.499-4	MARIA DO LIVRAMENTO GONÇALVES	3.90	BOM
31.743-8	ELIZABETE MOURA DE CARVALHO	4.70	EXCELENTE
31.765-9	MARLENY NASCIMENTO OLIVEIRA	4.60	EXCELENTE
31.913-9	GISÊLIA SOUZA DOS SANTOS	4.57	EXCELENTE
32.797-2	MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA	5.00	EXCELENTE
32.925-8	ROBERTO CARLOS GABRIEL	4.60	EXCELENTE
32.927-4	HELENITA JOSÉ DOS ANJOS	4.70	EXCELENTE
32.928-2	MARISA DOS REIS LISBOA	4.80	EXCELENTE
32.950-9	WÂNIA MARCIA DE ANDRADE CASSIMIRO	5.00	EXCELENTE
33.183-X	IRINEU DE OLIVEIRA	4.50	EXCELENTE
33.255-0	ROGÉRIO DORNELAS DE SOUZA	4.90	EXCELENTE
34.636-5	FRANCISCO VIANEZ SIQUEIRA MELO	4.60	EXCELENTE
34.642-X	JOSÉ RIBEIRO DA SILVA	4.72	EXCELENTE
34.651-9	ALDECY ANDRADE DA FONSECA	5.00	EXCELENTE
34.683-7	ISABEL CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	5.00	EXCELENTE
34.697-7	ANTÔNIO CRUZ SARMENTO	4.64	EXCELENTE
34.699-3	SOLANGE COIMBRA DE SOUZA	4.70	EXCELENTE
34.715-9	OSVALDO TAVARES DA SILVA	4.90	EXCELENTE
34.716-7	GENESIO BERNARDES GOMES	4.90	EXCELENTE
34.720-5	DELMIRO RIBEIRO ALVES	4.60	EXCELENTE
34.724-8	JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	4.72	EXCELENTE
34.733-7	ELIZ REGINA MOURA XAVIER	4.90	EXCELENTE
34.739-6	ANTÔNIO DE SOUZA LIMA	4.72	EXCELENTE
34.740-X	MARIA DAS GRAÇAS C. DOS SANTOS	5.00	EXCELENTE
34.778-7	JAZONE JOSÉ BARBOSA	4.90	EXCELENTE
34.785-X	ELIANA DE SOUZA DIAS	4.80	EXCELENTE
34.815-5	JOSÉ MARIA FERNANDES	4.80	EXCELENTE
34.828-7	CELINO PEREIRA	4.80	EXCELENTE
34.903-8	NILTON COSTA MACÊDO	4.90	EXCELENTE
35.064-8	ANTÔNIO REIS MATOS	4.64	EXCELENTE
35.100-8	GERALDO JOAQUIM DOS SANTOS	4.72	EXCELENTE
35.102-4	RAIMUNDO NONATO C. BARROZO	4.72	EXCELENTE
35.148-2	JOSÉ FRANCISCO DA MOTA	4.80	EXCELENTE
35.258-6	MILTON FERREIRA BARROS	4.64	EXCELENTE
35.259-4	JOÃO ANTÔNIO DA SILVEIRA	4.55	EXCELENTE
35.288-8	LUIZ MARIO ALVES DE SOUZA	4.90	EXCELENTE
35.313-2	JULIO SOARES DA SILVA NETO	4.90	EXCELENTE
35.493-7	LIEZER ROSA DE FREITAS	4.72	EXCELENTE
36.252-2	ANTONIO LUIZ VIANA RIBEIRO	4.80	EXCELENTE
36.436-3	FRANCISCO BARROS CABRAL	4.90	EXCELENTE
37.128-9	JURANDI GUIMARÃES CAXIAS	4.90	EXCELENTE
38.730-4	MARIA RAMOS DAMASCENA	5.00	EXCELENTE
37.800-3	JOSÉ BOBÔ JALES	4.80	EXCELENTE
38.675-8	ANGELITA BRAGA DA SILVA	4.50	EXCELENTE
38.730-4	MARIA IDMA RIBEIRO PETERS	5.00	EXCELENTE
38.823-8	TEREZINHA SOARES LUSTOSA RODRIGUES	4.20	BOM
38.873-4	MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	4.72	EXCELENTE
38.887-4	JOÃO BOSCO PANTALEÃO	4.70	EXCELENTE
39.038-0	MARIA DO AMPARO RODRIGUES PEREIRA	5.00	EXCELENTE
39.186-7	GENILZA CARDOSO DIAS VICTOR	4.63	EXCELENTE
39.724-5	EVERALDO EMILIANO SILVA JARDIM	4.50	EXCELENTE
39.819-5	MANOEL SOARES ANDRADE	4.90	EXCELENTE
39.864-0	VICENTE DA TRINDADE FERNANDES	4.90	EXCELENTE
39.942-6	FLÁVIA NERY DE ALBUQUERQUE	4.50	EXCELENTE
40.022-X	MANUEL PAIXÃO DE OLIVEIRA BARBOSA	4.72	EXCELENTE
40.167-6	MILTON LUIZ OLIVEIRA LIMA	4.64	EXCELENTE
40.183-8	LENILÇO DOS SANTOS	4.80	EXCELENTE
40.319-9	JOSÉ ROBERTO COELHO DA SILVA	4.83	EXCELENTE
40.342-3	JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA	5.00	EXCELENTE
40.558-2	RENATA AVELINO DA AMARAL	4.80	EXCELENTE
40.620-1	MAURÍCIO RIBEIRO DE SANTI	4.96	EXCELENTE
40.622-8	ROBSON BRÁZ DE SOUZA	4.70	EXCELENTE
40.632-5	MARILENE SERAFIM DE OLIVEIRA	4.80	EXCELENTE
40.640-6	LUCILENE ABREU DA SILVA	5.00	EXCELENTE
40.654-6	ANTÔNIO BENVINDO DE OLIVEIRA	5.00	EXCELENTE
40.674-0	VIDAL MARTINEZ FERNANDES	5.00	EXCELENTE
40.693-7	HILTON FERREIRA DOS SANTOS	5.00	EXCELENTE
40.813-1	ARY FAUSTO FERREIRA GALDINO	5.00	EXCELENTE
40.895-6	PAULO PATROCÍNIO DE SOUZA	3.00	REGULAR
40.959-6	VALTERSON DA SILVA	5.00	EXCELENTE
41.011-X	ADILSON SERAFIM DE OLIVEIRA	4.76	EXCELENTE
41.045-4	JUSCIMAR BARBOSA NEVES	4.80	EXCELENTE
41.047-0	GILDO LUIS ALVES OMENA	5,00	EXCELENTE
41.225-2	APARECIDA CLEUDA GUIMARÃES	5.00	EXCELENTE
41.245-7	LUCIANA GUIMARÃES	5,00	EXCELENTE
41.346-1	EXPEDITA DE FÁTIMA AMARAL GOMES	4.73	EXCELENTE
41.602-9	CLÁUDIO GOMES DE OLIVEIRA	4.10	BOM
41.950-8	BEN HUR JOSÈ DE OLIVEIRA SILVA	4.66	EXCELENTE
41.957-5	CÉLIA CARLA CARDOSO	3.00	REGULAR
41.974-5	MANOEL PRUDÊNCIO DA SILVA JÚNIOR	4.60	EXCELENTE
42.030-1	IVANILDE ALVES FÉLIX	4.70	EXCELENTE
42.109-X	MARCOS FERREIRA DA SILVA	4.76	EXCELENTE
42.110-3	ROSICLEIA DE ABREU FILGUEIRA	5.00	EXCELENTE
42.118-9	NOÉ REZENDE DE MELO	4.76	EXCELENTE
42.416-1	REGINA MOREIRA DE AZEVEDO	4.30	BOM
42.456-0	LUIZ CARLOS PEREIRA MARINHO	4.80	EXCELENTE
42.461-7	KÉLIA GENEROSO DE ANDRADE	5.00	EXCELENTE
42.489-7	MILVANE DE CAMPOS QUEIRÓZ	5.00	EXCELENTE
42.567-2	JOÃO PEREIRA DE ANDRADE	4.60	EXCELENTE
42.645-8	GLAUCIA MARIA DE JESUS	4.90	EXCELENTE
42.705-5	IOLANDA DOURADO DE OLIVEIRA	5.00	EXCELENTE
42.710-1	MÁRCIA MANGUEIRA DE ASSIS	5.00	EXCELENTE
42.725-X	FRANCISMAR DE SOUSA LOPES	4.80	EXCELENTE
42.744-6	ZELY VASCONCELOS LIMA	5.00	EXCELENTE
42.785-3	CLÉIA MARIA FERREIRA ALVES	5.00	EXCELENTE
42.801-9	MARCELO JORDÃO	4.46	BOM
42.859-0	DORALICE PINTO AGUIAR BRASILEIRO	4.65	EXCELENTE
42.919-8	DAVID LEITE DA SILVA	4.40	BOM
42.966-X	MARCO ANTÔNIO SANTIAGO	4.95	EXCELENTE

WÂNIA MÁRCIA DE ANDRADE CASSIMIRO
Presidente

ELIANA DE SOUZA DIAS
Membro

FRANCISCA LÚCIA GOMES DE SOUSA
Membro

MILVANE DE CAMPOS DE QUEIROZ
Membro

TERESINHA LUISA ROSA
Membro

DESPACHOS DA CHEFE DE PESSOAL

Nos termos do Artigo 208 da Lei 8.112/90, Parágrafo Único, concede Licença Paternidade ao servidor abaixo:
MATRÍCULA: 24.607-7
NOME : MILTON BEZERRA DE SOUSA
DESPACHO : Concedo Licença Paternidade de 15.11.96 a 19.11.96, pelo nascimento da dependente LUDMILA VON LWS BRAGA ALVES DE SOUSA, filha nascida em 15.11.96, conforme documentação apresentada.

Nos termos do Artigo 196 da Lei 8.112/90, Parágrafo Único, concede Auxílio Natalidade ao servidor abaixo:
MATRÍCULA : 24.607-7
NOME : MILTON BEZERRA DE SOUSA
DESPACHO : Concedo o Benefício de Auxílio Natalidade, pela dependente LUDMILA VON LWS B. ALVES DE SOUSA filha nascida em 15.11.96, conforme documentação apresentada.

Nos termos do artigo 197 da Lei 8.112/90, Parágrafo único, concede o Benefício Salário Família, ao servidor abaixo:
MATRÍCULA : 24.607-7
NOME : MILTON BEZERRA DE SOUSA
DESPACHO : Concedo o Benefício de Salário Família, pela dependente LUDMILA VON LWS B. ALVES DE SOUSA, filha nascida em 15.11.96, conforme documentação apresentada.

ELIANA DE SOUZA DIAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XL, do Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:

Conceder Salário Família aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo nº 197, da Lei nº 8.112/90.

NOME: VANDEIR RODRIGUES MOREIRA
MATRÍCULA: 44.455-3
DEPENDENTE: GABRIEL BARBOSA MOREIRA
DATA DE NASCIMENTO: 25.09.93

ASSINATURA TRIMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 22,93

Remessa via Correios
R$ 46,90

INFORMAÇÕES E VENDAS:
Anexo do Palácio do Buriti
Telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

NOME: VANDEIR RODRIGUES MOREIRA
MATRÍCULA: 44.455-3
DEPENDENTE: ADRIEL BARBOSA MOREIRA
DATA DE NASCIMENTO: 29.10.96

NOME: ISABELLA CAMPOS VERSIANI
MATRÍCULA: 48.664-7
DEPENDENTE: GABRIEL VERSIANI MAFRA
DATA DE NASCIMENTO: 12.11.96

NOME: FRANCISCO BARROSO FILHO
MATRÍCULA: 46.640-9
DEPENDENTE: GIOVANNI GRAMSCI BARROSO
DATA DE NASCIMENTO: 16.09.96

NOME: CHRISTINE BEATRIZ NASCIMENTO CARNEIRO PEREIRA
MATRÍCULA: 45.015-4
DEPENDENTE: LUCAS CARNEIRO NASCIMENTO PEREIRA
DATA DE NASCIMENTO: 26.05.96

MAURO ALVES PINHEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 139, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único, do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, resolve:
CONCEDER a servidora VANESSA FABIANE MALTA FERRAZ, matr. nº 43.184-2,Técnico de Administração Pública(Limpeza Urbana),do Serviço de Fiscalização de Posturas, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, da Administração Regional do Guará, a INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE prevista no Decreto acima mencionado. Cabe a Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas a observância das normas estabelecidas.

ALÍRIO NETO

RETIFICAÇÃO

No DODF nº 230 de 27.11.96, pag. 9679, onde se lê: Ordem de Serviço nº 38, de 25 de novembro de 1996; leia-se Ordem de Serviço nº 138, de 25 de novembro de 1996.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 64, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL/RA-XVI, no uso das atribuições legais e considerando o artigo 6º da Lei nº 1.004 de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1.996, resolve:

CONCEDER o Adicional previsto no Decreto supra citado, ao servidor abaixo relacionado.

IDENTIFICAÇÃO	RESUMO DA CONCESSÃO		
	FRAÇÃO	CÓDIGO	VIGÊNCIA
RUBENS DO AMARAL MATRÍCULA Nº 40.704-6 PROCESSO Nº 146.000.161/96	1/10	DFG-02	20.12.96

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO PARANOÁ, no uso de suas atribuições Regimentais e observando o Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1.991, e seus artigos. resolve:

CANCELAR o pagamento de Indenização de Transporte, previsto no Decreto acima mencionado do servidor abaixo discriminado à partir de 26.11.96.

MATRÍCULA:	NOME:	CARGO:
40.734-8	ROMMEL LÍVIO C. BRANCO LEAL	DIRETOR DIV. EXA. e APROVAÇÃO PROJETOS

CANCELAR o pagamento de Indenização de Transporte, previsto no Decreto acima mencionado da servidora abaixo discriminado à partir de 12.11.96.

MATRÍCULA:	NOME:	CARGO:
43.088-9	VALÉRIA Mª FIALHO DE OLIVEIRA	TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/SLU

MARIA DELSIONE DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso de suas regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto 17.182, de 06 de março de 1996, resolve:

Conceder o adicional de DÉCIMOS, previsto no artigo 1º da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto 17.182, de 06 de março de 1996, alterado pela Lei nº 1.141 de 10 de julho de 1996, ao servidor abaixo relacionado:

Identificação do Servidor	Décimos	
	Fração	Vigência
Nome: Enilton Corrêa de Menezes Matrícula: 40.535-3 Processo nº: 142001592/96	1/10 do DFA-03	26/11/96

LUIZ ROBERTO VIEIRA
Substituto

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o artigo 53, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247/94, Resolve: Elogiar o servidor Gilberto Silva Diniz, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 18.920-0, pelo excelente trabalho e dedicação do mesmo, no Evento intitulado I TORNEIO LIONS 24 HORAS, realizado pelo Lions Clube de Taguatinga Liberdade, nos dias 23 e 24 de novembro de 1996, no Estádio Serejão de Taguatinga.

MAURÍCIO DUTRA GARCIA





SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, obedecidos os preceitos da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, e ainda o que consta da A.O. nº 8.397/95, 3ª. VFP/DF, do OI nº. 511/96 - IDR, e do Edital de Resultado Final nº. 242 de 21 de novembro de 1995, publicado no DODF nº. 225 de 23 de novembro de 1995, e republicado no DODF nº. 145, de 29 de julho de 1996, resolve:
Nomear o candidato abaixo,habilitado no Concurso Público a que se refere o Edital de Resultado Final nº 242/95, publicado no DODF nº 225/95 e republicado no de nº. 145/96, para exercer o cargo de Agente de Polícia , 2ª classe , da Carreira de Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária, observada a ordem de classificação. 225º, AUGUSTO CÉSAR DE MAGALHÃES FARIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, obedecidos os preceitos da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, e ainda o que consta da AC nº. 38.667/96 da 4ª. VFP/DF, do OI nº. 510/96 - IDR , e do Edital de Resultado Final nº 213, de 27 de outubro de 1995, publicado no DODF nº 209, de 30 de outubro de 1995, e republicado no DODF nº. 219, de 11 de novembro de 1996, resolve:
Nomear o candidato abaixo,habilitado no Concurso Público a que se refere o Edital de Resultado Final nº 213/95, publicado no DODF nº 209/95, e republicado no de nº. 219/96, para exercer o cargo de Escrivão de Polícia, 2ª classe, da Carreira de Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária, observada a ordem de classificação: 210º, ROBERTO ANTONIO RODRIGUES INACIO.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item III, do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, resolve:
RETIFICAR na Portaria Coletiva de 08 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 237, de 12 de dezembro de 1994, o ato que concedeu pensão vitalícia, à MARIA CÍCERA DE ARAÚJO LOPES, viúva , e temporária à CAMILA DE ARAÚJO ALVES, filha do ex-servidor JOSÉ PEDRO ALVES, matrícula nº 50.413-0, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Distrito Federal, para considerar a viúva com o nome de MARIA CÍCERA DE ARAÚJO ALVES, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.012.267/94.

RETIFICAR a Portaria de 26 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 107,de 29 de maio de 1992/Suplemento, que concedeu pensão vitalícia à EDILMA GOMES DO CARMO, viúva, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor JOÃO GONÇALVES DO CARMO, matrícula nº 60.075-X, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, para excluir EDILMA GOMES DO CARMO do rol dos beneficiários, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 094.000.626/92.

EXCLUIR da Portaria de 21 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 164, de 22 de agosto de 1991, que concedeu pensão vitalícia, à LUCIA ONIVES DE MATTOS, viúva, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor HOMERO CEZÁRIO DE MATTOS, matrícula nº 12.249-1, Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos, Código ART-502, Classe Especial, Referência NM-28, os beneficiários da pensão temporária GERALDO MAJELA ONIVES DE MATTOS, a contar de 26 de abril de 1993, e HOMERO CEZÁRIO ONIVES DE MATTOS, a contar de 19 de maio de 1995, com fundamento no artigo 7º, da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958. Processo nº 030.008.854/91.

RETIFICAR a Portaria de 22 de maio de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 98, de 23 de maio de 1991, que concedeu pensão vitalícia à ANA ROSA BONIFÁCIO, viúva, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor JOSÉ BONIFÁCIO NETO, matrícula nº 50.211-1, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Departamento de Educação Fisica, Esportes e Recreação do Distrito Federal, para excluir do rol de beneficiários SANDRA BONIFÁCIO, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.004.109/91.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia à JOANA PEREIRA ROSA, viúva do ex-servidor QUINTINO ROSA DE SOUZA, matrícula nº 14.533-5, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 11 de setembro de 1996. Processo nº 030.009.131/96.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia à CREMILDA CARIBÉ DE CARVALHO, viúva do ex-servidor ARISTIDES ALVES DE CARVALHO PIRES, matrícula nº 04.573-X, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 2º, Parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, a contar de 14 de agosto de 1996. Processo nº 030.008.070/96.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia à MARIA DE JESUS SOARES, viúva do ex-servidor MANOEL SOARES, matrícula nº 16.816-5, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 07 de julho de 1996. Processo nº 030.008.166/96.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária à RAFAEL ALVES FERNANDES, MARCOS ALVES DA COSTA, LUCIMAR ALVES FERNANDES, LUCILENE COSTA FERNANDES, ANA MARIA DA COSTA OLIVEIRA e MARIA APARECIDA DA COSTA OLIVEIRA, filhos da ex-servidora SEVERINA ALVES DA COSTA, matrícula nº 50.422-X, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Distrito Federal, a contar de 30 de agosto de 1995. Processo nº 062.000.831/96.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia à SILDA FERNANDES, companheira do ex-servidor JOAQUIM ALVES VASQUES, matrícula nº 12.989-5, Analista de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 26 de setembro de 1993. Processo nº 030.007.947/96.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia à AMINE MAMEDE ISRAEL DE LIMA, viúva do ex-servidor MÁRIO ALVES DE LIMA, matrícula nº 09.944-9, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, de acordo com o disposto no Parágrafo único, do artigo 5º, da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, a contar de 11 de setembro de 1996. Processo nº 030.008.790/96.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia à EDITE LEITE LIMA SILVA,viúva do ex-servidor SEBASTIÃO FERNANDES DA SILVA, matrícula nº 05.548-4, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 19 de agosto de 1996. Processo nº 060.002.571/96.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve :
Designar os servidores NEURACY DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 23.860-0, PAULO SÉRGIO PEREIRA, matrícula nº 45.960-7 e EDILSON EUFRÁSIO SOBRINHO, matrícula nº 30.713-0, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Tomada de Contas Especial, incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a responsabilidade pelo desaparecimento dos bens patrimoniais de que trata o processo nº 030.006.036/93.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, e o que consta do Processo nº 030.004.677/96, resolve:
Homologar o pedido de renúncia à aposentadoria de GENIVAL CORDEIRO, matrícula nº 13.919-X, aposentado no cargo de Cabista, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, conforme Decreto de 14/04/78, publicado no DODF nº 75, de 20/04/78, estando atualmente posicionado no Cargo de Técnico de Administração Pública, na 2ª Classe , Padrão I.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 2 de dezembro de 1996

PROCESSO Nº: 031.000.203/94. INTERESSADA: Elizabeth Danziato Rego Lima ASSUNTO: Dispensa de Ponto

Autorizo, de acordo com a competência que me foi delegada pelo artigo 1º, inciso III, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, o afastamento para o estudo no País, da servidora ELIZABETH DANZIATO REGO LIMA, Auxiliar de Administração Pública, Classe 1ª, Padrão III, matrícula nº 80.059-7, do Quadro de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, para participar do Curso de Mestrado em Educação, oferecido pela Universidade Católica de Brasília, na cidade de Brasília, no período de 30 de dezembro de 1996 a 04 de abril de 1997, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.

PROCESSO Nº : 030.010.322/96. INTERESSADO: CONSIN. ASSUNTO: Dispensa de Ponto.

DESPACHO: Autorizo, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, e de acordo com a competência que me foi delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, com alteração dada pelo Decreto nº 16.691, de 17 de agosto de 1995, a dispensa de Ponto dos servidores do Distrito Federal que, comprovadamente, participarem do VI CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA INTEGRAL-CONSIN, no período de 19 a 21 de março de 1997, a ser realizado no Centro Mineiro de Promoções-Minascentro, na cidade de Belo Horizonte, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 923, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O Secretário de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, resolve:

Conceder o adicional de Décimos, previsto no artigo 1º da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, ao servidor abaixo relacionado:

	DÉCIMOS	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: Caio Abbott Matrícula: 42.595-8 Processo nº 040.011.975/94	1/10 R.T. do DFG-10	16.05.96

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 120, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

A DIRETORA DO INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL - ISDF, no uso de suas atribuições regimentais, resolve :
DESIGNAR os servidores JOSÉ FÉLIX DA SILVA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº100.181-7; MAURÍCIO ROLO FILHO, Bioquímico, matrícula nº 123.405-6 e MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 100.515-4, para sob a presidência do primeiro, apurar no prazo de 30(trinta) dias, os fatos relacionados no processo 062.000029/96, após a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

LÍDIA MARIA PINTO DE LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 121, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

A DIRETORA DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - ISDF, no uso de suas atribuições regimentais, resolve :
DESIGNAR os servidores ADALBERTO ROSA DO NASCIMENTO, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 100.353-4; TÂNIA HELY DA SILVA, Farmacêutica, matrícula nº 100.387-9 e MARIA AILZA BRANDÃO DA SILVA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 100.651-7, para sob a presidência do primeiro, apurar no prazo de 30(trinta) dias, os fatos relacionados no processo 062.000994/96, após a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

LÍDIA MARIA PINTO DE LIMA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, e tendo em vista o constante no processo nº 0061009439/96. resolve:
Aplicar pena de Advertência a servidora CÉLIA LUCAS DIAS, Matrícula 134116-2, Agente Administrativo AI-33, Classe 3A, padrão III, por ter infringido o disposto no artigo 116 - incisos I, III, IV e IX ; artigo 117, inciso XV da Lei 8.112/90.

CID LUIS DE SOUSA VALE

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA , no uso das atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço de 14 de agosto de 1995 publicada no DODF de 23 de agosto de 1995 . resolve:

Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo, lotados no Hospital de Apoio de Brasília, nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90 combinado com a Lei 221/90 condicionados os períodos de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses por ventura usufruídos.
Nome: Jussara Oliveira Santa Cruz de Almeida
Matrícula: 117 208-5 Processo nº 061. 006876/96
QUINQUÊNIO (s): 3º 09.09.91 a 08.09.96
Nome: Antônio de Jesus Ramos
Matrícula: 131377-1 Processo nº 061. 006877/96
QUINQUÊNIO (s): 1º 24.09.91 a 23.09.96
Nome: Maria Conceição Silva Costa
Matrícula: 116865 -7 Processo nº 061. 0330037/93
QUINQUÊNIO (s): 1º 24.04.81 a 26.04.86 2º 27.04.86 a 11.05.91 3º 12.05.91 a 11.05.96
Tornar sem efeito publicação do DODF nº 52 de 12.03.93. página 13, por motivo de incorreção
Nome: Patrícia Beatriz Beutel Semenzato
Matrícula: 126214 - 9 Processo nº 061.022009/93
QUINQUÊNIO (s): 2º 23.03.91 a 21.05.96
Nome: Sônia Vilas Boas Lemos Saad
Matrícula: 121822 - 1 Processo nº 061. 001526/93
QUINQUÊNIO (s): 2º 08.09.88 a 23.10.93

WELLINGTON ANTÔNIO DA SILVA

HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 13/95, de 01 de agosto de 1995, e tendo em vista no Processo nº 061. 023642/96, resolve: Autorizar o pagamento de horas extras eventuais dos servidores relacionados no mês de Novembro, nos totais abaixo especificados, nos termos do Decreto nº 11 386/88 de 26 de dezembro de 1988, alterado pelo Decreto nº 11.452/92 de 15 de fevereiro de 1992 de acordo com o limite previsto:

01-UCIVASA, com 55 horas, sendo:		
118.334-3	Geraldo Felipe Junior	55 horas
02-NEFROLOGIA com 51 horas, sendo:		
115.901-0	Odimary Reis Silva	39 horas
128.184-1	Adolfo Henrique R.Simon	12 horas
03-S.LAVANDERIA com 192 horas, sendo:		
125.339-5	Alcione Veloso	33 horas
115.395-1	Geraldo Moreira dos Santos	33 horas
104.096-1	Wilson Teixeira Lima	33 horas
118.355-9	Leandro Joaquim da Silva	30 horas
122.754-8	Virgílio da Silva Souza	30 horas
105.737-5	Antônio Rodrigues	33 horas
04-OTORRINOLARINGOLOGIA com 37 horas, sendo:		
110.431-4	José Clemente Pereira	13 horas
128.095-3	Lilian Simione F.Cesar	12 horas
110.278-8	Paulo Cesar Marinho Faria	12 horas
05-PEDIATRIA com 56 horas, sendo:		
128.165-8	Ana Eunice Sobral F.Prado	06 horas
109.884-5	Colemar Antônio da Cruz	12 horas
106.673-1	Maria da Consolação A. Franceschini	19 horas
123.334-3	João Rodrigues de Almeida Neto	06 horas
127.039-7	Marcio de Castro Morem	13 horas
06-RADIOLOGIA, com 221 horas, sendo:		
130.149-7	Rubem Oliveira Santos	12 horas
123.282-7	Maria de Jesus Orsando	36 horas
107.411-3	Lindalva Cavalcante Ferreira	96 horas
133.824-2	Joel Louredo Lemos	77 horas
07-UROLOGIA com 32 horas, sendo:		
111.214-7	Hélbio Bonifácio Ferreira	32 horas
08-CARDIOLOGIA com 102 horas, sendo:		
125.851-6	José Flávio Ros-CS nº 02-W3-Sul	102 horas
09-ANESTESIOLOGIA com 69 horas, sendo:		
129.273-1	Jamil Ribeiro Elias	45 horas
118.416-4	Maria de Lourdes F.de Sousa	24 horas
10-CIRURGIA PEDIATRIA com 39 horas, sendo:		
111.245-7	Simônides da Silva Bacelar	13 horas
132.495-1	Marco Aurélio de F.Moreira	13 horas
111.242-2	Ubiratan Moreira Santos	13 horas
11-NEUROLOGIA com 24 horas, sendo:		
132.335-7	Gautama Antúlio Brandão	24 horas
12-HEMATOLOGIA/HEMOTERAPIA(Técnicos) com 220 horas, sendo:		
109.478-5	Manoel Messias de Lima	18 horas
113.718-2	Alba Regina Gomes	30 horas
113.716-6	Maria do Perpetuo Socorro Moura	49 horas
106.162-3	Juranilce Xavier da Silva	19 horas
109.906-6	Ana Nery Andrade Marciel	25 horas
119.071-7	João Rogério Cardoso Oliveira	25 horas
111.723-8	Maria Rodrigues da Silva	18 horas
109.381-6	Juracy Ferreira da Silva	24 horas
114.393-0	Roberto Mendes Cardia	12 horas
13-HENATOLOGIA/HEMOTERAPIA(Médicos) com 13 horas, sendo:		
104.908-9	Maria de Nazareth Petrucelli	13 horas
TOTAL DE HORAS		1.111 horas

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do ítem III da Instrução Nº 13/95 e de acordo com o Artigo 97 da Lei 8.112/90, resolve:
Aoturizar licença Nojo ao servidor Divino José Ribeiro, AIS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 128043-1, a ausentar-se do serviço, no período de 11.10 à 18.10.96, por motivo de falecimento de sua irmã Maria da Gloria Ribeiro.
Autorizar licença Nojo a servidora Ivanda Geralda Pinheiro, AIS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 104530-0, a ausentar-se do serviço, no período de 30.09 à 07.10.96, por motivo de falecimento do seu irmão David Geraldo de Araújo
Autorizar licença Nojo a servidora Francisca Conceição da R. de Souza AIS Agente Administrativo, matrícula 124217-2, a ausentar-se do servico no período de 29.09 à 06.10.96, por motivo de falecimento do seu irmão Marcos Conceição Vale.
Autorizar licença Nojo a servidora Eleni Carvalho Santos, Telefonista, matrícula 114722-6, a ausentar-se do serviço, no período de 14.10 à 21.10 .96, por motivo de falecimento de sua mãe Maria Salomé de Carvalho.
Autorizar licença Nojo a servidora Eunice Barbosa da Silva, AIS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 135800-6, a ausentar-se do serviço, no período de 14.10. à 21.10.96, por motivo de falecimento de seu irmão Gilson Barbosa da Silva.
Autorizar licença Nojo a servidora Maria Odete S. Oliveira, AOSD, matrícula 125381-6, a ausentar-se do serviço no período de 20.10 à 27.10.96, por motivo de falecimento de sua genitora Maria Souza oliveira.
Autorizar licença Nojo ao servidor Márcio Elízio de Moura, AIS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 112122-7, a ausentar-se do serviço no período de 23.10 à 30.10.96, por motivo de falecimento de sua genitora Adinorah Conceição de Moura.
Autorizar licença Nojo a servidora Marli Ferreira Lima, AIS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 110203-6, a ausentar-se do serviço no período de 11.11 à 18.11.96, por motivo de falecimento do seu irmão Nilton Ferreira Lima.
Autorizar licença Nojo a servidora Antônia de Oliveira Braga, AIS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 120934-5, a ausentar-se do serviço no período de 10.11 à 17.11.96, por motivo de falecimento de sua mãe Elvira Sardinha da Costa.

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 40 item XVII, do Regimento Interno em vigor; resolve:

Tornar sem efeiro a Ordem de Serviço de 05 de abril de 1994, que aplicou a **pena de suspensão** de 03 (três) dias ao servidor **MILTON FORTU ROMERO ESCUDERO,** Assistente Superior de Saúde - Médico, matrícula nº 120853-5, absolvendo-o das irregularidades que lhe foram imputadas no processo nº **061.022.184/94.**

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

ORDENS DE SERVIÇO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar os servidores abaixo a ausentarem-se do serviço, por motivo de casamento, nos termos do art.97, inciso III, alínea "a", da Lei 8.112/90.
Servidor : NOEMIA MARIA DA SILVA
Matrícula : 131.332-1
Referência: AIS 13-I
Período : de 25.10.96 à 01.11.96
Servidor : YEDA DE JESUS ALVES
Matrícula : 132.356-3
Referência: AIS 34-II
Período : de 11.10.96 à 18.10.96

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Conceder à servidora PENHA ROSANGELA RAMOS, Assistente Intermediário de Saúde, matrícula 120.099-2, 01(uma) hora de descanso durante a jornada diária de serviço, para amamentar seu(a) filho(a) Luisa Maria Ramos da Costa, até a idade de 06 (seis) meses, com base no parecer da SESMT (ou DHSMT) dessa Unidade de Saúde, nos termos do art. 209, da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o(a) servidor(a), OSVALDO DOS REIS BARBOSA, NM 17-I, matrícula nº 125.283-6, a ausentar-se do serviço no dia 25.10.96, por motivo de doação de sangue, nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Paternidade ao servidor abaixo discriminado, nos termos do art. 196, da Lei 8.112/90.
DORGIVAL ALVES DO NASCIMENTO, AIS 31-II, (Motorista), matrícula 135.376-4, no período de 19.11.96 à 23.11.96, por motivo do nascimento de seu filho João Victor Rocha do Nascimento, em 19.11.96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo, nos termos do art. 196, da Lei 8.112/90.
Servidor: ZULENILDA FREIRE PARENTE
Matrícula: 118.741-4
Dependentes: Camila Freire Parente, na qualidade de filha
Data de nascimento: 01.08.96
Servidor: FRANCELIO MARCOS CAMELO
Matrícula: 136.249-6
Dependentes: Eula Paula de Sousa Camelo, na qualidade de filha
Data de nascimento: 15.11.96
Servidor: DORGIVAL ALVES DO NASCIMENTO
Matrícula: 135.376-4
Dependentes: João Victor Rocha do Nascimento, na qualidade de filho
Data de nascimento: 19.11.96

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Aplicar penalidade de SUSPENSÃO, por 20 (vinte) dias a servidora MARIA EUNICE MIRANDA ARAUJO, AIS 05-II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula 115.946-1, conforme artigo 127 inciso II da Lei 8.112/90, a ser cumprido de acordo com o disposto no Art. 130 parágrafo 2º da Lei acima citada, conforme consta no processo nº 061.039651/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Aplicar penalidade de SUSPENSÃO, por 20 (vinte) dias a servidora ANA MARIA TAVARES LEITE, AIS 37-II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula 130.875-1, conforme artigo 127 inciso II da Lei 8.112/90, a ser cumprido de acordo com o disposto no Art. 130 parágrafo 2º da Lei acima citada, conforme consta no processo nº 061.039651/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Conceder Salário Família a servidora abaixo, nos termos do art. 197, da Lei 8.112/90:
Servidor: ZULENILDA FREIRE PARENTE
Matrícula: 118.741-4
Dependentes: Camila Freire Parente, na qualidade de filha
Data de nascimento: 01.08.96
Servidor: FRANCELIO MARCOS CAMELO
Matrícula: 136.249-6
Dependentes: Eula Paula de Sousa Camelo, na qualidade de filha
Data de nascimento: 15.11.96
Servidor: DORGIVAL ALVES DO NASCIMENTO
Matrícula: 135.376-4
Dependentes: João Victor Rocha do Nascimento, na qualidade de filho
Data de nascimento: 19.11.96

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 64, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 25, incisos X e XI, do Decreto nº 4.037-B, de 30 de dezembro de 1977, e tendo em vista o disposto no artigo 71, do Decreto nº 16.098, de 01 de dezembro de 1994, resolve:

I - Designar MARIA SILVA TORRES, matrícula nº 26.087-8, Técnico de Administração Pública; ANTÔNIO CEZARIO DE TORRES, matrícula nº 30.639-8, Técnico de Finanças e Controle; ROSILANDO FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº 37.109-2, Tecnico de Administração Pública; MARILENE CANGUÇU RIBEIRO, matrícula nº 48.822-4, Assistente Básico em Serviços Sociais; FÁTIMA BATISTA DOS SANTOS, matrícula nº 32.944-4, Auxiliar de Administração Pública e SANDRA RAMOS FREITAS, matrícula nº 36.609-9, Técnico de Administração Pública, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituirem Comissão de Inventário dos Bens Patrimoniais desta Secretaria de Estado.

II - Estabelecer no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para conclusão dos Trabalhos da Comissão ora Constituída.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS, no uso de suas atribuições, **resolve**: Designar a Engenheira **MARIA JACYRA DE CASTRO M. BARBOSA**, matricula n.º 58.146-1, EXECUTOR do Contrato n.º 003/96 - SO, nos termos do Padrão nº 010/96, firmado entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Obras e a **SOUZALIMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, objetivando a execução das obras de reforma parcial da Concha Acústica, localizada no SHTN, Plano Piloto - Brasília - Distrito Federal, conforme **processo n.º 112.004.532/96.**

OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 29 de novembro de 1996

PROCESSO:101.000235/96
INTERESSADO: FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DF
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DIVIDA

A vista das Instruçoes contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o item I do artigo 38 combinado com o item II do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realizaçao da despesa, determino a emissao de Empenho, bem como a Liquidaçao e Pagamento no valor de R$ 7.142,40 (sete mil cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos), correspondente a 8.073,245167 URFI's, para cobrir despesas referente a ressarcimento de requisiçao da servidora MARIA DO CARMO ARRUDA FURTADO, mat. 8.365-8, no periodo de agosto a dezembro de 1995.

Publique-se e encaminhe-se à DRF/SAO, para emissao de Empenho, à conta da dotaçao do Elemento Correspondente - 349092 - Despesas de Exercícios Anteriores, Atividade 2.047-0002, Fonte 000-GDF do Orçamento da FSSDF.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 344, DE 31 DE OUTUBRO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem IX, do artigo 26, do Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº **4.708**, de **21** de **junho** de **1979**, combinado com o Decreto nº **14.647**, publicado no DODF de **01** de **abril** de **1993**; resolve: **I** - Conceder progressão funcional aos servidores do quadro de pessoal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, nos termos do Decreto Nº **14.647**, de **01/04/93**, conforme abaixo relacionados;**II** - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Instrução, ocorrerão nas datas indicadas a cada servidor;**III** - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nome	Mat.	Situação Atual			Progressão			Data
		CL	PD	RF	CL	PD	RF	
Alessandra Costa Pires	94.666-4	3ª	I	12B	3ª	II	13B	04.10.96
Nádia Luciana da S. Ternes	94.667-2	3ª	I	12B	3ª	II	13B	07.10.96
Evarice Ferreira da Silva	94.668-0	3ª	I	12B	3ª	II	13B	10.10.96
Fábio Carneiro	94.669-9	3ª	I	12B	3ª	II	13B	10.10.96
Valdirene Pereira da Silva	94.670-2	3ª	I	12B	3ª	II	13B	13.10.96
Mário Batista G. Junior	94.672-9	3ª	I	12B	3ª	II	13B	14.10.96

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de Dezembro de 1978, combinado com o artigo 1º do Decreto nº 4.671, de 01 de junho de 1979, alterado pelo Decreto 11.199, de 15 de agosto de 1988, resolve:

Retificar a Portaria de 25.10.96 publicada no DODF nº 212/96 que cessou o pagamento de Gratificação pela Representação de Gabinete, a partir de 16.10.96, ao servidor ROSIL CELESTINO DE SOUZA, matrícula nº 31.846-9, pelo encargo de Auxiliar de Gabinete, para considerar seus efeitos a partir de 01.10.96.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL,no uso da competência delegada pelo artigo 1o, inciso I,alinea "a", do Decreto no 15.740, de 23 de Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo no 1610/86-TCDF; resolve:
I- Tornar sem efeito os Decretos de 20 de maio de 1987 e de 01 de junho de 1988, os quais alteraram o Decreto de 02 de dezembro de 1975, que tratam da reforma do SBM/1 WALDIR DIAS DE OLIVEIRA, Mat: 14534-3, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
II-Restaurar o Decreto de 02 de dezembro de 1975, que trata da reforma do SBM/1 WALDIR DIAS DE OLIVEIRA, Mat: 14534-3, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em cumprimento à Decisão Judicial proferida nos autos da Apelação Civel no 36.697/95 - TCDF.

SEBASTIÃO LIPARIZI DE CARVALHO - CEL QOBM/Comb.

PORTARIAS DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1o,inciso I, alinea "b", do Decreto no 15.740,de 23 Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo no 053.001.320/96; resolve:
Transferir, a pedido,para a Reserva Remunerada, o 1o SGT BM FRANÇA PINTO DA SILVA, Mat:02090-7, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação e, com os proventos calculados sobre o soldo de SUBTENENTE BM, nos termos dos artigos: 51,inciso II e IV, letra "o", parágrafo 1o, letra "c"; 88, I; 91, I; 92, do ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES; aprovado pela lei no 7.479 de 02 Jun 86. Combinados com os artigos: 92, incisos I, III, IV e V, 94, I e II; 95, I; 102; 103, parágrafo único, 107, I e II, letra "b", e III, todos da lei no 5.906 de 23 Jul 73 - Lei de Remuneração do CBMDF, com as alterações introduzidas pelas leis nos 7.435 de 19 Dez 85 e 7.590 de 29 Mar 87, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo artigo 1°, inciso I, alínea "a", do Decreto n° 15.740 de 23 Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo n° 053.000.691/95; resolve:

Alterar a Portaria de 19 de novembro de 1996, que trata da reforma, ex officio, do Cel. QOBM/Comb. JOSÉ ROBERTO MEGALE VALE, Mat. 00035-3, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para substituir, em sua fundamentação legal, o inciso VI do artigo 97, da Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, pelo inciso V do artigo 97, do mesmo Diploma Legal.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo artigo 1°, inciso I, alínea "b", do Decreto n° 15.740, de 23 de Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo n° 053.001.063/96. Resolve:
Transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, o 1° SARGENTO BM LUIZ BATISTA DOS SANTOS FILHO, Mat. 01418-4, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação e, com os proventos calculados sobre o soldo de SUBTENENTE BM, nos termos dos artigos: 51, II e IV, letra "o", parágrafo 1°, letra "c"; 88, I; 91, I; 92, do ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES; aprovado pela Lei 7.479 de 02 de Jun 86. Combinados com os artigos: 92, I, III, IV e V; 94, I e II; 95, I; 102; 103, parágrafo único, 107, I e II, letra "b", e III, todos da Lei 5.906 de 23 de Jul 73 - Lei de Remuneração do CBMDF, com as alterações introduzidas pelas leis n°s 7.435 de 19 de Dez 85 e 7.590 de 29 de Mar 87, por contar mais de 30(trinta) anos de serviço.

SEBASTIÃO **LIPARIZI** DE CARVALHO - CEL QOBM/Comb.

PORTARIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1o, inciso I, alínea "b", do Decreto no 15.740, de 23 Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo no 053.001.125/96; resolve:
Transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, o 1o SGT BM GETULIO FERNANDES DA SILVA, Mat:1975-5, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação e, com os proventos calculados sobre o soldo de SUBTENENTE BM, nos termos dos artigos: 51, inciso II e IV, letra "o", parágrafo 1o, letra "c"; 88, I; 91, I; 92, do ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES; aprovado pela lei no 7.479 de 02 Jun 86. Combinados com os artigos: 92, incisos I, III, IV e V, 94, I e II; 95, I; 102; 103, parágrafo único, 107, I e II, letra "b", e III, todos da lei no 5.906 de 23 Jul 73 - Lei de Remuneração do CBMDF, com as alterações introduzidas pelas leis nos 7.435 de 19 Dez 85 e 7.590 de 29 Mar 87, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

SEBASTIÃO LIPARIZI DE CARVALHO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra b, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do processo nº 054.001.505/96, resolve.
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o **Terceiro-Sargento QPPMC OSMANDO CAVALCANTE DOS SANTOS, matrícula 02.142/3,** da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Segundo-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II, § 1º, inciso III; 87, inciso I, 90, inciso I e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigos 96, item 1 e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.
(Republicado por haver saído com incorreção no DODF nº 225, de 20 de novembro de 1996).

LEONARDO LUCIANO LEOI - CEL QOPM

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PORTARIA Nº 52, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Constitui Comissão Especial com vistas a análise de documentos, realização de vistorias, validação de pontuação e classificação das empresas com pleito de incentivos do PRODECON/DF para o Setor Placa da Mercedes, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante.

O Secretário de Indústria e Comércio do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e em face do que dispõe o Art. 40, Inciso XII e XIII da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução Nº 041/94 - CDE/DF, de 27 de abril de 1994, e, considerando a necessidade de se dar andamento aos processos com pleito de incentivos do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PRODECON-DF para o Setor Placa da Mercedes, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, no DF, resolve:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial, com vistas a análise de documentos, realização de vistorias, validação da pontuação constante do Processo nº 160.000.444/95 e classificação das empresas com pleito de incentivos do PRODECON/DF para o Setor Placa da Mercedes, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante.

Art. 2º - A Comissão será integrada pelos servidores José Augusto Ramos Dourado - mat.48.425-3; Rander Bernardes Queiroga - mat.40.769-0; Marcos Alencastro Rabello - mat.40.182-X; Heloísa Pires Costa Rodrigues - mat.41.963-X; Alberto Carlos Bicca - mat.48.555-1; Valdenice Lima dos Santos - mat.39.869-1; Vera Lúcia Gurgel Sasaki - mat.28.834-9; Silvana Maria Martins Lima Evangelista - mat.40.796-8; Cláudio Carlos de Abreu Palmar - mat.43.816-2; Dione Lopes Marçal - mat.48.891-7; e Regina Celia Garcia de Freitas - mat.48.860-7, presidida pelo primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

SECRETARIA DE TRABALHO

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no artigo 27, alínea IV do Decreto nº 16.258, de 29 de dezembro de 1.994, resolve:
1 - Constituir Comissão para no prazo de 50 (cinqüenta dias) realizar o inventário físico dos bens patrimoniais da Secretaria de Trabalho, referente ao exercício de 1.996, devendo observar o constante dos artigos 70 e 72, do Decreto nº 16.609/94, na condução dos trabalhos.
2 - A Comissão será composta pelos seguintes servidores:
- Maurício de Freitas, matricula nº 48.620-5, Presidente;
- Aguinaldo Augusto da Silva, matrícula nº 48.608-6, Vice-Presidente;
- Hildebrando Teles da Silva, matrícula nº 06.427-0.
3 - O Presidente da Comissão será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente.
4 - Fica expressamente proibida a movimentação de Bens Patrimoniais no período.
5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CELSO

PORTARIA DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 27, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.258, de 29 de dezembro de 1994. resolve:

CESSAR, a pedido, o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, na categoria de Assistente, da servidora, DALLE CRISTINA DE MELO MARINHO, matrícula nº 47.849-0, a partir de 01.12.96

PEDRO CELSO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL , no uso das suas atribuições, resolve:
Designar nos termos do artigo 8º, do Decreto 5.004 de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608 de 09 de fevereiro de 1982, CARLOS HENRIQUE COSTA ARAGÃO, matrícula 37.439-3, Assessor, DFA-11, para responder pelo Cargo em Comissão, DFG-13, Chefe da Procuradoria Jurídica do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal.

FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA

Apostando no Futuro

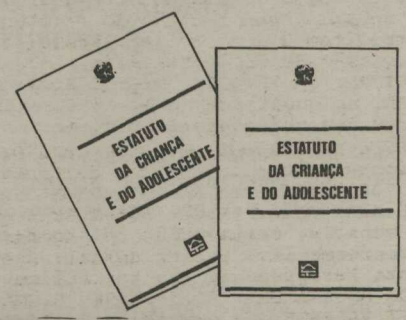


Estatuto da Criança e do Adolescente

Contém a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, retificada no *Diário Oficial* de 27 de setembro do mesmo ano.

A referida Lei dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, como: os direitos à saúde, à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, às convivências familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao esporte, etc.

Abrange temas polêmicos como guarda, tutela, adoção e medidas de proteção. Composta de índice temático e descrição da legislação correlata ao assunto.



IMPRENSA NACIONAL
Sua Editora Oficial

INFORMAÇÕES E VENDAS:
SIG, Quadra 06 Lote 800. Caixa Postal 30.000. CEP 70604-900 Brasília - DF
Telefone: (061) 313-9905 Fax: (061) 313-9528

SEDIV

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE PERMISSÃO DE USO

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 02/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SHCN 208 com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x LUIZ CARLOS TAVARES FREITAS. VALOR: R$1.051,40 (hum mil e cinquenta e um reais e quarenta centavos)mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro)meses conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 10.11.2001. VIGÊNCIA:A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 11.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo Permissionário: ADALBERTO TAVARES FREITAS, na qualidade de procurador.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 12/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SHLN - áréa verde, próximo ao lote 01, com área de 30m². PARTES:DF/RA-I x MEIRE DE FÁTIMA FARIA. VALOR: R$128,87 (cento e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: MEIRE DE FÁTIMA FARIA, na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 16/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situado no SHIGS 715, na calçada entre o bloco A e a via de acesso 714/715, com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x JOSÉ ROBERTO DINIZ LEITE. VALOR: R$ 468,62 (quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo PERMISSIONÁRIO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA, na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 15/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situado no SHCGN/CLRN 710, entre os blocos D e G, com área de 30m². PARTES:DF/RA-I x RAIMUNDO NONATO DA SILVA. VALOR: R$207,90 (duzentos e sete reais e noventa centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo PERMISSIONÁRIO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA,na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 13/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situado no SHIGS 712 entre os bloco P e Q, com 30m². PARTES: DF/RA-I x FLÁVIA GONÇALVES MUNIZ. VALOR: R$125,90 (cento e vinte e cinco reais e noventa centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: FLÁVIA GONÇALVES MUNIZ, na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 11/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situado no SHCGN 716, com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x SIMEI ARNAUD DE LIMA SOARES. VALOR: R$527,20 (quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo PERMISSIONÁRIO: SIMEI ARNAUD DE LIMA SOARES, na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 08/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situado no SHIGS 707/708, com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x EDMAR LOPES DOS REIS VALOR: R$943,60 (novecentos e quarenta e três reais e sessenta centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador.Pelo PERMISSIONÁRIO: EDMAR LOPES DOS REIS, na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 06/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SRTVS 708, em frente ao lote 02 TV,com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x EUNICE DIAS ROSA. VALOR: R$500,80 (quinhentos reais e oitenta centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: NEUMA LOPES ARAÚJO DOS REIS, na qualidade de titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 10/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SCLRN/SHCGN 712, entre os blocos D e G, com 30m². PARTES: DF/RA-I x MÁRCIA XAVIER SANTANA. VALOR: R$106,90 (cento e seis reais e noventa centavos), correspondente a 50% do valor da proposta de 48 (quarenta e oito) meses, conforme anexo III do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador: Pela PERMISSIONÁRIA: MÁRCIA XAVIER SANTANA, MÁRIO ULHOA SANTANA JÚNIOR, na qualidade de Procurador.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 04/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SIG Qd.03 com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x WALDEMAR COSTA JÚNIOR. VALOR: R$117,00 (cento e dezessete reais) correspondente a 50% do valor da proposta, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, conforme anexo III do EDITAL. PRAZO: Até 06.11.2001. VIGÊNCIA:A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 07.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo Permissionário: WALDEMAR COSTA JÚNIOR, na qualidade de titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 03/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SHCGN 708 com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x ADOLFO DE MENEZES CASTRO. VALOR: R$535,98 (quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos)mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro)meses conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA:A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo Permissionário: ADOLFO DE MENEZES CASTRO , na qualidade de titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 01/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SHCN/SQN 310 com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x MARIA DO CARMO DA SILVA. VALOR: R$644,33 (seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos)mensais, com isençao do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 10.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vidor na data de sua assinatura. - DATA DA ASSINATURA: 11.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: MARIA DO CARMO DA SILVA, titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 05796 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SHIGS 708, entre os blocos K e L, com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x NEUMA LOPES ARAÚJO DOS REIS. VALOR: R$986,60 (novecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme étem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: NEUMA LOPES ARAÚJO DOS REIS, na qualidade de titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 07/96 - Ra-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revista situado no SHCGN/CLRN Qd. 715, entre os blocos A e D, com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x MARIA DE LOURDES SOARES. VALOR: R$556,40 (quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses, conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: MARIA DE LOURDES SOARES, na qualidade de titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 09/96 - Ra-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situada no SHIGS 710 com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x MARIA DE FÁTIMA CASTRO LIRA. VALOR: R$207,95 (duzentos e sete reais e noventa e cinco centavos), correspondente a 50% do valor da proposta com isenção de 48 (quarenta e oito) meses, conforme anexo III do Edital. PRAZO: Até 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pela PERMISSIONÁRIA: MARIA DE FÁTIMA CASTRO LIRA, na qualidade de Titular.

PROCESSO: nº 141.001.028/96 - OBJETO: Permissão de Uso nº 14/96 - RA-I, para instalação e exploração de Banca de Jornais e Revistas situado no SHLN Qd. 02, com área de 30m². PARTES: DF/RA-I x ANTONIO SILVEIRA NETO. VALOR: R$585,70 (quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos) mensais, com isenção do pagamento por 24 (vinte e quatro) meses conforme ítem 2.1 do Edital. PRAZO: 07.11.2001. VIGÊNCIA: A presente Permissão de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 08.11.1996. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: WALTER NEI VALENTE, na qualidade de Administrador. Pelo PERMISSIONÁRIO: ANTONIO SILVEIRA NETO, na qualidade de Titular.

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 34/96

Objeto: Execução da Obra de Construção da Praça dos Cedros (Praça -A) na Vila Planalto. Abertura: 09/12/96 às 15:OOH. no Edifício sede da Administração Regional de Brasília - SCN, Quadra 04, Bloco "C", sala 205-A fone: 225.7837. Informações e cópias de Edital diáriamente no telefone e local acima indicados. Custo da repografia: 6,30.

CONVITE Nº 35/86

Objeto: Execução da Obra de construção de Parques Infantis no Plano Piloto. Abertura: 09/12/96 às 10:00H. no Edifício sede da Administração Regi

onal de Brasília - SCN, Quadra 04, Bloco "C", sala 205-A, fone: 225.7837 Informações e cópias de Edital diáriamente no telefone e local acima indicados. Custo da repografia: 7,20.

ELDAQUE MIQUET MATTIOLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 53 do Decreto nº 16.247 de 29.12.94, retifica o extrato do terceiro termo aditivo ao contrato padrão nº 01/94, publicado no DODF nº 123, de 27.06.96, p. 5236 da seguinte maneira: ONDE SE LÊ em reforço à NE nº 058/96, LEIA-SE "em reforço à NE nº 033/96", como ainda retifica o extrato do quarto termo aditivo ao contrato padrão nº 01/94, publicado no DODF nº 123, de 27.06.96, p. 5236 da seguinte forma: ONDE SE LÊ em reforço à NE nº 096/96, LEIA-SE "em reforço à NE nº 033/96", que dizem respeito ao contrato de prestação de serviços entre esta Administração e a firma Maqplan - máquinas para escritório Ltda.

MAURO ALVES PINHEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 36/96

PROCESSO Nº: 137.001.029/96

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de alimentação preparada para atender contrato celebrado entre a Administração Regional do Guará e a FUNAP/DF.

A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que, realizará no dia 10 de dezembro de 1996, às 15 h, no auditório do Edifício Sede desta RA, a sessão de recebimento de documentação e proposta em epígrafe, cujos editais encontram-se à disposição na sala da CPL, na Administração Regional do Guará.

Guará-DF, 29 de novembro de 1996.
VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

AVISO DE ANULAÇÃO
CONVITE Nº 12/96

O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 49 da Lei 8.666/96, de 21 de junho de 1993, combinado com o inciso V do Art. 43 do Regimento Interno, aprovado pelo decreto nº 16.245 de 28 de dezembro de 1994, Publicado no DODF nº 25 de 29 de dezembro de 1994, resolve: I - Anular o convite nº 012/96 - RA XVII, processo nº 148.000.782/96 referente Pavimentação Asfáltica do Balão Central na confluência das Ligações das Avenidas Comercial Norte/Sul - Riacho Fundo, com fulcro no Artigo 49 da Lei 8.666/96.

PEDRO CÂMARA LEÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 29/96

OBJETO : Locação de 01 (uma) máquina copiadora.
DATA : 12.12.96
HORÁRIO: 10:00 horas
LOCAL : O Edital será entregue na Seção de Material de Patrimônio - Quadra 101 Área Especial S/N - São Sebastião, no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:30 horas - fone 335 1065.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE RECURSO
CONCORRÊNCIA Nº 5/96-CL

Processo: 030.005.558/96-SEA, 101.000.755/96-FSS, 150.000.154/96-SCE, 191.000.188/96-IEMA 030.006.791/95-ADM. REG. DA CEILÂNDIA
A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, comunica aos interessados, que foi NEGADO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa GÊNESE INFORMÁTICA LTDA, conforme parecer constante dos autos. O processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados na sala da Comissão de Licitação.

Brasília-DF, 2 de dezembro de 1996
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

COMISSÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CADASTRAIS

COMUNICADO

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessado(S)	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Contal Empreiteira de Serviços e Reformas Ltda	Alteração	Endereço	
Licity Comércio de Materiais para Construção e Copa Cozinha Ltda	Alteração	1001.	
Secal Serviços de Engenharia, Conservação e Asseio Ltda	Renovação	9734,9747,9786.	
Starprint Gráfica e Editora Ltda	Renovação	0803,0805.	
Dourado Materiais Elétricos Ltda	Alteração	5301.	
Formulários Piloto Ltda	Alteração	0801. Procurador	
Elétrica Planalto Ltda	Renovação	1601,1602,1603,1604.	
Encadernadora e Gráfica J N Ltda-ME	Inscrição	0805,9707.	
Papelaria BH Ltda	Renovação	1402,1404,1405,1408,2009, 2401,6001,7001.	2201.
Clínica Shallom de Ecografia SC Ltda	Renovação	9701.	
Distribuidora Hospitalar Dom Bosco Ltda	Inscrição	1904.	0109,0301,0701,1303, 1402,1404,1408,1502, 1701,1702,1703,1704, 1705,1801,1901,1902, 1903,1905,1906,2201, 2301,2302,2401,5401, 5402,6901,6902,6903.
São Paulo Materiais Esportivos Ltda	Alteração	9853.	
Super Varejão Hortifrutigranjeiro 111 Ltda	Inscrição	0101,0108,0113,0115.	0106,0109
Eduardo de Morais Alves - ME	Renovação	1804.	
Immuno Produtos Biológicos e Químicos Ltda	Renovação	1904.	
Celsius Ar Condicionado Ltda	Renovação	5401,9743,9754.	6201,6401.
TTM Comercial de Papéis Limpeza e Material de Expediente Ltda	Renovação	0801,1402,1403,1404,1405, 1406,1407,1408,1503,1504, 1701,1702,1704,1705,2007, 2009,2201,2401,5603,5606, 5701,6001,6603,6803,7001, 5605.	5607.
Eletro Ferragens Araguari Ltda	Inscrição	1601,1602,1603.	
Meng-Engenharia Indústria e Comércio Ltda	Renovação	1601,1602,1801,2003,2006, 5301,9723,6602.	
Prograf Produtos Gráficos Ltda	Alteração	0805.	0801,0802,0803,9742.
Testlab Comércio e Representações Ltda	Alteração	6901.	
Virtual Projetos e Saneamento Ltda	Renovação	2010,7401,9728.	2103,2105,2106,2107, 6401,7402.
Comércio Distribuidora de Equipamentos Militares Ltda	Renovação	0402,0403,0404,0905,1202, 1303,2301,2303,5801,5802, 6503.7501.2302.	1805.
Lavandaria Copacabana Ltda	Renovação	9748.	
Fonseca e Santos Ltda	Inscrição	1013,1001,1002,1005,1006, 1007,1011,1601,1603,1602, 1701.	
Magfrigor Refrigeração e Máquinas Ltda	Recurso	9743	
Minasmed Comércio e Importação Ltda	Alteração	6901	
Sobedesce Elevadores Montagens e Instalações Ltda	Inscrição	9789	
Imagesoft Tecnologia e Informática Ltda	Inscrição	9736	
Taurus Blindagens Ltda	Inscrição	2303	0402,2302.
Urso Branco Engenharia Ltda	Inscrição	5401	9754,9747.
Steckelberg & Irmãos Ltda	Recurso	Indeferimento Total	

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, em cumprimento a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados.

Em 26 novembro de 1996.
ALDA SILVA VIVACQUA
Presidente da Comissão

EVITE O FOGO NO CERRADO

PREVENIR O FOGO É PRESERVAR A VIDA

Coordenação:
SEMATEC
Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/96 .

PROCESSO Nº: 040.011.565/95 - PARTES: DF/SEFP X TBA INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: O Contrato tem por objeto a aquisição de 30 (trinta) Licenças de uso de Software MS - Office Professional, versão 95, word para windows 95, excel para windows 95, schedule para windows 95, consoante especifica o Edital de Tomada de Preços nº 001/96-CEL-SEFP (fls. 101/118) e proposta (fls. 1679/1680 e 1742/1743), que passam a integrar o presente Termo. PRAZO: 18 (dezoito) meses.. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 29.344,20 (vinte e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reaias e vinte centavos), sendo empenhada a importância de R$ 29.344,20 (vinte e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 993/95, de 28/12/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3008003020570001; FR: 000; CÓDIGO U.O.: 19101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 45.90.32. NOTA DE EMPENHO Nº 01275/96, emitida em 02/10/96, sob o evento 400091, na modalidade ordinário, pela Seçao de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 001/96-CEL/SEFP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 01/11/96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: EDERVAN SANTOS RIBEIRO, na qualidade de Representante Comercial.

AVISO DE REVOGAÇÃO
CNVITE Nº 22/96

PROCESSO Nº :040.014.782/96
OBJETO: Contratação de firma para serviço de fornecimento de passagens aéreas e transportes de encomendas para a SEFP.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que foi revogado com fulcro no Art. 49, da Lei 8.666/93 e suas alterações o Convite em epígrafe, Outras informações pelos telefones (061) 3128200, 3128176 ou 3128281.

Brasília-DF., 2 de dezembro de 1996.
MÁRIO GERALDO ABREU DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/96

PROCESSO Nº : 040.011.573/96
OBJETO : Aquisição de Material para Manutenção Predial.
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público o resultado da Tomada de Preços nº 011/96, na forma que se segue:
Empresas vencedoras: Alternativa Ferragens e Ferramentas Ltda (itens 01, 02, 03, 07, 22, 43, 44, 49, 56, 60, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 82, 83, 84, 88, 90, 92, 94, 95, 100, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 119, 120, 121, 156, 157, 163, 185 e 195); A Construtiva Material de Construção Ltda (itens 18, 29, 47, 58, 75, 91, 93, 101, 104, 109 e 191); Aliança Eletricidade e Comércio Ltda ME (itens 125, 130, 131, 132, 133, 138, 142, 160, 176, 178, 179, 180, 181, 187, 189, 190 e 192); Irmãos Soares Ltda (itens 19, 21, 23, 53, 65, 96, 97, 99, 110, 111, 113, 115, 116, 118, 122, 127, 128, 150, 151, 183 e 186); Eletro Rio Ltda (itens 126, 134, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 154, 155, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169 e 184) e Savana Tintas e Ferragens - Ivan Dias Ribeiro ME (itens 35, 57, 85, 98, 102, 170 e 171,). - Os itens 04, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 25, 26, 30, 81, 86, 87 e 103 não foram cotado por nenhuma empresa participante do certame. - Itens não adjudicados por terem sido cotados em desconformidade com o Edital: 020, 027, 028, 059, 089, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 167. - Itens manifestadamente superior aos preços de mercado: 005, 006, 009, 031, 032, 033, 034, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 045, 046, 048, 050, 051, 052, 054, 055, 059, 061, 062, 063, 064, 074, 076, 077, 079, 080, 117, 123, 124, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 153, 167, 172, 173, 174, 175, 177, 188, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211. - Quanto aos itens de nº. 129 e 182, não foi adjudicado a nenhuma empresa por ter havido erro na especificação do material no PAM. Maiores informações poderá ser obtido na Secretaria de Fazenda e Planejamento, 2º andar, Comissão de Licitação nos dias úteis, das 9:00 às 17:00 hs. Telefones (061) 3128200, 3128176 ou 3128281

Brasília-DF., 2 de dezembro de 1996.
MÁRIO GERALDO ABREU DE MACÊDO
Presidente da Comissão

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 021/95, celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/DF. Objeto: a alteração das Cláusulas Primeira, Segunda e Oitava do Contrato Original. Data da assinatura: 26 de novembro de 1996. Assinam pela CODEPLAN: Jorge Haroldo Martins - Diretor-Presidente e Sandra Louise Oliveira Santos Dantas - Diretora Administrativa e Financeira e Edgar da Silva Fagundes Filho - Diretor Técnico. Pela contratada: Lourival Novaes Dantas - Presidente e Carlos Antônio de Almeida e Silva - Diretor Administrativo e Financeiro.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 1/96-

CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS NA CARREIRA MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL-FEDF, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas leis nº 6.366, de 15/10/76, nº 66(DF), de 18/12/89 e nº 108(DF), de 20/06/90, e na Resolução exarada pela 940ª Reunião Ordinária do Conselho de Política de Pessoal do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 110, de 08/06/95, torna pública a abertura de inscrições para os concursos de ingresso na Classe Única, Padrão Inicial, dos Cargos de Professor Níveis 2 e 3 e de Especialista em Educação - Orientador Educacional, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Os concursos, cuja realização se dará em Brasília, Distrito Federal, serão regidos por este Edital , coordenados pela Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e executados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos-CESPE, da Universidade de Brasília-UnB.

A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá o exame de conhecimentos, mediante aplicação de Provas Objetivas, Orais e Práticas, observadas as peculiaridades de cada cargo e especialidade.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Os candidatos concorrerão ao provimento de vagas, conforme o disposto a seguir:

a) Concurso 1:

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	Nº DE VAGAS
Orientador Educacional	47

1.1.1 - REMUNERAÇÃO: R$ 469,49 - carga horária 20 horas
1.1.2 - TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 21,00

b) Concurso 2:

PROFESSOR NÍVEL 2	Nº DE VAGAS
Atividades Agrícolas e Extrativismo	10
Atividades Industriais	05
Atividades Integradas do Lar	10
Atividades de Comércio e Serviço	10
Ciências Físicas e Biológicas	400
Educação Artística	80
Educação Física	80
Francês	05
Geografia	50
Inglês	50
Matemática	400
Português	400
História	33

1.1.3 - REMUNERAÇÃO: R$ 431,20 - carga horária 20 horas
1.1.4- TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 21,00

c) Concurso 3:

PROFESSOR NÍVEL 3	Nº DE VAGAS
Educação Artística: Artes Plásticas	05
Educação Artística: Artes Cênicas	05
Biologia	40
Educação Física	10
Educação Musical	05
Eletrônica	06
Espanhol	02
Estatística	01
Física	50
Francês	03
Inglês	10
Matemática	50
Música/Canto	01
Música/Clarineta	01
Música/Contra baixo	01
Música/Harpa	01
Música/Percussão	01
Músico/Piano Correpetição	01
Música/Saxofone	01
Música/Trompete	01
Música/Tuba	01
Música/Violino	01
Música/Violoncelo	01
Música/Piano	01
Música/Fagote	01
Música/Flauta Transversal	01
Química	50
Sociologia	02
Elementos Processamento de Dados	02
Geografia	05
Português	40

1.1.5 - REMUNERAÇÃO: R$ 497,31 - carga horária 20 horas
1.1.6 - TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 21,00

1.2 - Das vagas destinadas a cada especialidade , 20% (vinte por cento) dessas, computadas isoladamente, serão reservadas aos candidatos abrangidos pelo Art. 1º, da Lei nº 160, de 02 de setembro de 1991, os quais integrarão uma listagem classificatória distinta e constarão também de lista geral de classificação, para a hipótese da não-qualificação como deficientes, quando submetidos à inspeção médica, nos termos da lei.
1.3 - Na aplicação do percentual a que se refere o subitem 1.2 deste Edital, quando o resultado for fração de um número inteiro, arredondar-se-á o valor obtido para o número inteiro imediatamente posterior, se a parte fracionária for igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos) ou para o número inteiro imediatamente anterior, se a parte fracionária for menor do que 0,5 (cinco décimos).
1.4 - O candidato deficiente aprovado no concurso, por ocasião de sua nomeação, será submetido à perícia médica por junta médica oficial da FEDF, que terá decisão final sobre sua qualificação como deficiente ou não e sobre a compatibilidade da deficiência deste com o exercício das atribuições do cargo a assumir.

1.5 - Para efeito dos concursos aqui discriminados, consideram-se deficiências que asseguram o direito de concorrer às vagas reservadas na forma do subitem 1.2 somente aquelas conceituadas na medicina especializada e de acordo com os parâmetros mundialmente estabelecidos.
1.6 - Na inexistência ou no não-preenchimento do percentual de candidatos enquadrados nos critérios definidos no subitem 1.2, ou, ainda, no caso de reprovação ou perda de direito desses candidatos às vagas a eles destinadas, estas serão automaticamente revertidas para a classificação geral.
1.7 - A carga horária de trabalho para as diversas especialidades será de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o disposto no Artigo 8º da Lei nº 66 (DF), de 18/12/89, que poderá ser ampliada para 40 (quarenta) horas, após a investidura no cargo, de acordo com as necessidades da FEDF e interesse do servidor, na forma do parágrafo primeiro do Artigo da Lei aqui mencionado.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA

2.1 - Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos se atendidos os seguintes requisitos básicos:
2.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos nos termos do Art. 12 § 1º da Constituição e dos Decretos nºs 70.391/72 e 70.436/72;
2.1.2 - Gozar dos direitos políticos;
2.1.3 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e se candidato do sexo masculino, também com as obrigações militares;
2.1.4 - Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;
2.1.5 - Ter idade mínima de 18 anos, completos na data da posse;
2.1.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições dos cargos;
2.1.7 - Possuir, no que couber a cada especialidade, a habilitação específica, o registro profissional e o grau de escolaridade a seguir indicados;
2.1.7.1 - **Especialista em Educação - Orientador Educacional** - Licenciatura Plena com Habilitação Específica e Registro Profissional no Ministério da Educação e do Desporto.
2.1.7.2 - **Professor Nível 2** - Licenciatura de 1º grau, de Curta Duração ou Licenciatura Plena com Habilitação Específica ou Registro "E" na disciplina a que desejar concorrer e Registro Profissional no Ministério da Educação e do Desporto.
2.1.7.3 - **Professor Nível 3** - Licenciatura Plena, com habilitação específica ou Registro "E" na disciplina a que desejar concorrer e Registro Profissional no Ministério da Educação e do Desporto.
2.1.7.4 - A comprovação da Licenciatura/Habilitação/Registro, relativos às diversas Áreas/Disciplinas, obedecerá, discriminadamente, ao disposto a seguir:

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO		
OPÇÃO	ÁREA/DISCIPLINA	LICENCIATURA/HABILITAÇÃO/REGISTRO
01	Orientador Educacional	- Pedagogia - Habilitação em Orientação Educacional - Licenciatura Plena

PROFESSOR NÍVEL 2		
OPÇÃO	ÁREA/DISCIPLINA	LICENCIATURA/HABILITAÇÃO/REGISTRO
02	Atividades Agrícolas e Extrativismo	- Artes Práticas-Lic. Curta - Ciências Agrícolas - Lic. Plena
03	Atividades Integradas do Lar	- Artes Práticas - Lic. Curta - Hab. Educação para o Lar ou Economia do Lar - Lic. Plena
04	Atividades Industriais	- Artes Práticas - Lic. Curta com Hab. Artes Industriais
05	Atividades do Comércio e Serviço	- Artes Práticas - Lic. Curta - Organização e Técnica Comercial (Parecer 332/86-CFE) com Habilitação em Tec. Comerciais - Administração / Esquema I - Contabilidade / Esquema I - Economia / Esquema I
06	Ciências Físicas e Biológicas	- Ciências Físicas e Biológicas - Lic. Curta ou Plena - História Natural - Lic. Plena - Ciências Biológicas - Lic. Plena
07	Educação Artística	- Educação Artística - Lic. Curta ou Plena
08	Educação Física	- Educação Física - Lic. Curta ou Plena
09	Francês	- Letras / Hab. Francês - Lic. Curta ou Plena ou Registro "E" (Portaria nº 166/85 - MEC)
10	Geografia	- Estudos Sociais - Lic. Curta ou Plena / Hab. Geografia - Geografia - Lic. Curta ou Plena - História - Lic. Plena / Hab. Geografia 1º Grau
11	Inglês	- Letras / Hab. Inglês - Lic. Curta ou Plena ou Registro "E" (Portaria nº 166/85 - MEC)
12	Matemática	- Matemática - Lic. Curta ou Plena - Biologia - Lic.Plena/Hab. Matemática 1º Grau - Física - Lic. Plena / Hab. Matemática 1º Grau - Química -Lic.Plena/ Hab.Matemática 1º Grau
13	Português	- Letras / Hab. Português - Lic. Curta ou Plena
14	História	- História - Lic. Curta ou Plena - Estudos Sociais - Lic. Curta ou Plena / Hab. História - Geografia - Lic. Plena / Hab. História 1º Grau

PROFESSOR NÍVEL 3		
OPÇÃO	ÁREA/DISCIPLINA	LICENCIATURA/HABILITAÇÃO/REGISTRO
15	Educação Artística: Artes Plásticas	- Educação Artística - Lic. Plena / Hab. Artes Plásticas
16	Educação Artística: Artes Cênicas	- Educação Artística - Lic. Plena / Hab. Artes Cênicas
17	Biologia	- Biologia - Lic. Plena - Ciências Biológicas- Lic. Plena - História Natural - Lic. Plena
18	Educação Física	- Educação Física - Licenciatura Plena
19	Educação Musical	- Educação Artística - Lic. Plena / Hab. Música - Música - Lic. Plena ou Registro Específico expedido pelo Centro de Artes da UNIRIO (Portaria 475/88 MEC)
20	Eletrônica	- Engenharia Elétrica / Esquema I - Engenharia Eletrônica / Esquema I
21	Espanhol	- Letras - Lic. Plena / Hab. Espanhol ou Registro "E" (Portaria 166/85 MEC)
22	Estatística	- Estatística / Esquema I - Administração / Esquema I - Hab. Estatística - Contabilidade / Esquema I - Hab. Estatística - Economia / Esquema I - Hab. Estatística
23	Física	- Física - Lic. Plena - Matemática - Lic. Plena / Hab. Física - Ciências - Lic. Plena / Hab. Física - Química - Lic. Plena / Hab. Física
24	Francês	- Letras - Lic. Plena / Hab. Francês ou Registro "E" (Portaria nº 166/85 - MEC)
25	Inglês	- Letras - Lic. Plena / Hab. Inglês ou Registro "E" (Portaria nº 166/85 - MEC)
26	Matemática	- Matemática - Lic. Plena - Ciências Físicas - Lic.Plena/Hab.Matemática - Física - Lic. Plena / Hab. Matemática
27	Música / Canto / Instrumentos	- Educação Artística - Lic. Plena / Hab. Música - Música - Lic. Plena ou Registro Específico expedido pelo Centro de Artes da UNIRIO (Portaria 475/88 MEC)
28	Química	- Química - Lic. Plena - Ciências Físicas - Lic. Plena / Hab. Química
29	Sociologia	- Ciências Sociais - Lic. Plena / Hab. Sociologia - Filosofia - Lic. Plena / Hab. Sociologia
30	Elementos de Processamento de Dados	- Processamento de Dados / Esquema I
31	Geografia	- Geografia - Lic. Plena
32	Português	- Letras - Lic. Plena / Hab. Português

2.2 - Além da comprovação dos requisitos especificados no subitem 2.1, o candidato deverá apresentar e fornecer os documentos que se fizerem necessários à investidura no cargo, de acordo com o previsto na legislação vigente.

3. DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

3.1. - **Especialista em Educação - Orientador Educacional**: desenvolver atividades de nível superior, compreendendo planejamento, coordenação, execução e avaliação de atividades de Orientação Educacional referentes à educação infantil, ensinos fundamental e médio, regular, especial e educação de jovens e adultos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

3.2 - **Professor nível 2**: desenvolver atividades de regência de classe de ensino de 5ª a 8ª séries de 1º grau, de acordo com a habilitação específica.
3.3 - **Professor nível 3**: desenvolver atividades de regência de classe de ensino de 5ª a 8ª séries do 1º grau e 1.ª a 3.ª séries do 2º grau, de acordo com a habilitação específica.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 - **Período**: de 09 a 14 de dezembro.
4.2 - **Horário**: das 10 às 16 horas (horário corrido).
4.3 - **Locais de Inscrição**: Setor de Recreação Pública Norte - Centro Desportivo Presidente Médici-Estádio Mané Garrincha - Brasília(DF).
4.4 - **Procedimentos para a Inscrição**:
4.4.1 - Preencher a ficha fornecida no local de inscrição.
4.4.2 - Comprovar o recolhimento da taxa de inscrição.
4.4.2.1 - A taxa de inscrição uma vez paga não será restituída, exceto no caso do cancelamento do concurso por conveniência ou interesse da FEDF.
4.4.2.2 - O valor da taxa de inscrição deverá der depositado em favor do CESPE/UnB, na conta nº 870101-9, Agência 219 do Banco de Brasília S.A.-BRB. Haverá no local de inscrição um posto de atendimento bancário para o recebimento das taxas de inscrição.

4.4.2.3 - Caso o cheque utilizado para o pagamento da taxa seja devolvido por qualquer motivo, a inscrição do candidato será considerada sem efeito.
4.4.3 - Apresentar carteira de identidade que contenha fotografia recente e em bom estado, acompanhada de cópia legível, sem a obrigatoriedade de sua autenticação, a qual ficará
retida no CESPE/UnB e cujo original deverá ser apresentado nos dias e locais de realização das provas.
4.4.3.1- São considerados documentos de identidade: os passaportes, as carteiras e/ou cédulas de identidade - expedida pela Secretaria de Segurança, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Militar-, além das carteiras expedidas por órgãos e conselhos, que, por Lei Federal, valem como identidade.
4.4.3.2 - Não são considerados como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade e outros, bem como documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
4.4.4 - Poderão ser aceitas inscrições para mais de uma especialidade, cabendo ao candidato
a responsabilidade por eventual coincidência de horários para a realização das provas das especialidades por ele escolhidas.
4.4.5 - Declarar, em formulário próprio a ser preenchido no ato da inscrição, que os documentos comprobatórios exigidos no presente Edital serão apresentados por ocasião da posse.
4.4.6 - As inscrições para os candidatos portadores de deficiência serão efetuadas em guichês de atendimento exclusivo a esse segmento.
4.4.6.1 - O candidato portador de deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação da prova.
4.4.6.2 - Aos candidatos deficientes, além da documentação e dos procedimentos mencionados no item 4 deste Edital, no ato da inscrição, solicita-se entregar Laudo Médico/Técnico que comprove ser o mesmo portador de deficiência, especificando-a. A inobservância do disposto acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição.
4.4.6.3 - Os candidatos deficientes deverão, no ato da inscrição, solicitar, caso necessário, em formulário próprio, os recursos e a confecção de provas especiais de que necessitar para a realização da prova.
4.4.6.4 - Os candidatos deficientes que não solicitarem a confecção de prova especial no ato da inscrição, não terão a prova preparada, seja qual for o motivo alegado.
4.5 - **Observações Relevantes**:
4.5.1 - Será admitida a inscrição por terceiros, mediante autorização escrita do interessado e apresentação do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, acompanhada da cópia legível e autenticada do documento de identidade do candidato. Não há necessidade de reconhecimento de firma.
4.5.1.1 - O candidato inscrito por autorização assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as conseqüências de eventuais erros quando do preenchimento do formulário de inscrição.
4.5.2 - Não haverá isenção parcial ou total da taxa de inscrição.
4.5.3 - Não será aceita inscrição por via postal, fac-símile, condicional ou extemporânea.
4.5.4 - A inscrição em desacordo com este Edital será anulada em qualquer fase do concurso e implicará a exclusão do nome do candidato da relação dos aprovados e a perda dos direitos decorrentes, mesmo que já tenha ocorrido a homologação do Resultado Final.

5. DO PROCESSO SELETIVO

5.1 - O Processo Seletivo constará de:
5.1.1 - Provas Objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, valendo 100 (cem) pontos e constando de 35 (trinta e cinco) questões, relativas a:

a) para os candidatos aos cargos de Professor Níveis 2 e 3 na disciplina Português:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	Nº DE PONTOS
Prova 1 (P_1) Didática	10	20,00
Prova 2 (P_2) Conhecimentos Específicos	25	80,00
Total	35	100,00

b) para os candidatos dos demais cargos/especialidades:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	Nº DE PONTOS
Prova 1 (P_1) Lingua Portuguesa	10	20,00
Prova 2 (P_2) Didática	10	20,00
Prova 3 (P_3) Conhecimentos Específicos	15	60,00
Total	35	100,00

5.1.2 - Prova Oral, de caráter eliminatório, para candidatos concorrentes às Áreas/Disciplinas de Espanhol, Francês e Inglês, versando sobre conhecimentos específicos;
5.1.3 - Prova Prática, de caráter eliminatório, para as Áreas/Disciplinas de Música/Instrumentos e Canto.
5.2 - Cada questão das Provas Objetivas admite 5 itens, numerados de 1 a 5, que podem estar todos certos, todos errados ou ainda uns certos e outros errados. Os itens são independentes entre si, referindo-se sempre ao mesmo comando, mas são interdependentes para a atribuição de pontos. A resposta a cada item é CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão.
5.3 - As Provas Objetivas para as especialidades abaixo especificadas serão realizadas no dia 12/01/97.

CARGO	ESPECIALIDADE
Especialista de Educação	Orientador Educacional
Professor Nível 2	Ciências Físicas e Biológicas Educação Artística Educação Física Geografia
	Matemática Português
Professor Nível 3	Biologia Eletrônica Física Matemática Química Português

5.4- Os locais e horários das Provas Objetivas das especialidades constantes do subitem 5.3 e as datas, locais e horários das provas das demais disciplinas, serão publicados no dia 07 ou 08/01/97, no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornais de grande circulação de Brasília.
5.5 - As respostas da Prova Objetiva do candidato deverão ser transcritas para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas nas "Instruções ao Candidato" a serem entregues no ato da inscrição. Por erro do candidato, em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas.
5.5.1 - Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos das marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas. São consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com o Edital e com as "Instruções ao Candidato", tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.
5.6 - Não será dada por telefone, nenhuma informação alusiva à realização dos concursos. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e avisos a serem publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornais de grande circulação, assim como as "Instruções ao Candidato".
5.7 - O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas objetivas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta preta, do comprovante de inscrição e de original de documento de identidade, que contenha fotografia, nos moldes dos citados no subitem 4.4.3.1.
5.8- Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade, na forma definida no subitem anterior, será automaticamente excluído do concurso.
5.9 -Em caso de perda ou extravio do documento oficial de identidade, o candidato deverá registrar a ocorrência em órgão policial e apresentar no dia da prova, o documento
comprobatório do registro.
5.10 - Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
5.11 - Não será aplicada prova, em hipótese alguma, em espaço físico, datas ou horários diferentes dos determinados em Edital ou em Aviso.
5.12 - Será automaticamente excluído do concurso, o candidato que durante a realização das provas:
a) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou com qualquer pessoa, utilizando-se de qualquer meio ou forma;
b) utilizar-se de livros, notas ou impressos e máquinas ou equipamentos que não forem expressamente permitidos, tais como: bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, etc.
c) portar-se de forma inadequada para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas ou para com autoridades eventualmente presentes;
d) retirar-se do recinto de aplicação das provas antes de sua ultimação e sem a devida autorização;
5.13 - Será, igualmente, eliminado do concurso, em qualquer etapa do processo seletivo, mesmo que o Edital de Homologação do Resultado Final tenha sido publicado, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, o candidato que:
a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
b) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros;
c) efetuar inscrição fora do prazo estabelecido neste Edital.
5.14 - O não comparecimento do candidato a qualquer das provas acarretará a sua eliminação do concurso.
5.15 - Não haverá segunda chamada para as provas.

6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 - Todos os candidatos terão suas Provas Objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico.
6.2 - A Habilitação nas Provas Orais ou Prática não alterará, diretamente a classificação nas Provas Objetivas, mas de forma indireta o candidato habilitado nestas provas poderá vir a ser beneficiado com a melhoria de sua classificação geral, caso outros candidatos não venham a ser habilitados nas Provas Orais ou Práticas.
6.3 - Os procedimentos de avaliação e classificação nas Provas Objetivas obedecerão as fórmulas abaixo:
6.3.1 - O cálculo, comum a todos os candidatos, do resultado de cada questão - RQ - será assim efetuado:

$$RQ = \frac{C - D}{5},$$

em que: C = número de itens marcados na Folha de Respostas, concordantes com o

gabarito oficial e D = número de itens marcados na Folha de Respostas, discordantes do gabarito oficial.

6.3.1.1 - RQ tem valor máximo de +1 (mais um) ponto e mínimo de -1 (menos um) ponto.

6.3.1.2 - Deixar em branco um item não acarretará concordância nem discordância.

6.3.2 - A nota de cada candidato em cada prova P_i - NP_i - será a soma algébrica dos respectivos resultados de questões - RQs:

$$NP_i = \sum_{j=1}^{N} RQ_j ,$$

em que N = número de questões da Prova P_i.

6.3.3 - Para cada candidato, a nota final - $NFPO$ - será calculada da seguinte maneira:

6.3.3.1 - Para os candidatos à especialidade português (níveis 2 e 3):

$$NFPO = 2NP_1 + 3{,}2NP_2$$

6.3.3.2 - Para os candidatos às demais especialidades:

$$NFPO = 2(NP_1 + NP_2) + 4xNP_3$$

6.3.4 - Serão eliminados os candidatos que não acertarem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens da prova de conhecimentos específicos e, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos demais itens.

6.3.5 - Os candidatos não-enquadrados no item 6.3.4 serão, então, classificados e ordenados, por cargo/especialidade,de acordo com os valores decrescentes das notas finais das provas objetivas $NFPOs$.

6.3.6 - Serão convocados para as provas orais ou práticas (para os cargos/especialidades que as exigirem) os cadidatos classificados em até 20 (vinte) vezes o número de vagas estabelecido para o cargo/especialidade respeitado os empates na última colocação.

6.3.7 - As provas orais e práticas terão apenas caráter eliminatório: os candidatos serão considerados habilitados ou não-habilitados.

6.3.8 - Os candidatos não-habilitados nas provas orais ou práticas estarão automaticamente eliminados do concurso.

6.4 - **Critérios de Desempate**: Em caso de empate na pontuação obtida por dois ou mais candidatos, na especialidade para a qual concorreram , terá preferência, na convocação e demais atos sucessivos, o candidato que , na seguinte ordem, obtiver maior número de pontos na Prova Objetiva de:

a) Conhecimentos Específicos;
b) Língua Portuguesa (se houver);
c) Didática.

6.5 - Persistindo o empate, para qualquer especialidade, terá preferência o candidato mais idoso.

6.6 - O cálculo para obtenção da classificação citada no subitem 6.3.5, será efetuado até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Admitir-se-á recurso pelo candidato, uma única vez, contra, o gabarito oficial das Provas Objetivas.

7.2 - Os recursos serão julgados pelo CESPE/UnB;

7.3 - O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a contar do dia imediato à data de divulgação do gabarito oficial das provas objetivas.

7.4 - O candidato que desejar interpor recurso deverá dirigir-se ao Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE/UnB, no Setor de Atendimento ao Candidato - *Campus* Universitário Darcy Ribeiro - Subsolo ICC - Instituto Central de Ciências , Ala Norte. O recurso deverá ser protocolizado e terá de ser interposto e assinado pelo próprio candidato, em formulário a ser fornecido pelo CESPE.

7.5 - Não será aceito recurso interposto por via postal ou por fac-símile, assim como interposto por procuração.

7.6 - Não haverá qualquer outro recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pelo CESPE/UnB.

7.7 - O recurso deverá ser interposto em formato padrão a ser definido no texto das "Instruções ao Candidato".

7.8 - Em caso de questões/itens anulados, serão atribuídos os pontos correspondentes a todos os candidatos que não os obtiveram na correção inicial, independentemente de terem recorrido.

7.9 - O prazo para interposição de recursos referentes às provas orais e práticas será estabelecido no edital convocatório específico.

7.10 - O recurso apresentado, tempestivamente, terá efeito suspensivo, quanto ao objeto requerido, até que seja conhecida a decisão.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Distrito Federal e jornais de grande circulação local, a publicação de todos os atos, editais e avisos referentes a este processo seletivo.

8.2 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas para o concurso neste Edital, em a outros que vierem a ser publicados, nos avisos e nas "Instruções ao Candidato", em relação aos quais não poderá o concursando alegar desconhecimento.

8.3 - O concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da homologação do Resultado Final, nos termos da Lei 7.515, de 10/07/86 podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Fundação Educacional do Distrito Federal.

8.4 - O Resultado Final do concurso será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, depois da apreciação dos recursos a que se refere o item 7.

8.5 - O Resultado Final do concurso será homologado pelo Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.6 - Os candidatos aprovados serão convocados pela FEDF, para efeito de nomeação , obedecendo a ordem de classificação e o número de vagas existentes por especialidade. Os que não forem convocados ficarão registrados por ordem de classificação na FEDF (Banco de Concursados), durante o prazo de validade do concurso.

8.7 - A Fundação Educacional do Distrito Federal reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes, e dentro do prazo de validade do concurso.

8.8 - A convocação do candidato aprovado e classificado será feita por meio de publicação em jornais de grande circulação do Distrito Federal.

8.9 - Os candidatos que vierem a ser nomeados estarão sujeitos ao Regime Jurídico Único instituído pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observados, ainda, os termos da lei (DF) nº 197, de 04/12/91.

8.10 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto ao CESPE/UnB e à FEDF.

8.11 - Para conhecimento dos interessados, este Edital, assim como os demais, e os avisos relativos aos concursos, após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal encontrar-se-ão afixados nos locais de inscrição, nos quadros de avisos do CESPE/UnB, nas Administrações Regionais, nas Divisões Regionais de Ensino da FEDF e na Sede desta.

8.12 - Todas as informações atinentes ao concurso, até a homologação do Resultado Final, deverão ser obtidas junto ao Setor de Atendimento ao Candidato, no CESPE/UnB.

8.13 - Todas as informações atinentes ao concurso, após a homologação do Resultado Final - convocação, nomeação, posse e exercício - deverão ser obtidas junto à FEDF.

8.14 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos ouvida a Fundação Educacional do Distrito Federal .

JACY BRAGA RODRIGUES
Diretor Executivo

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS NºS 112 E 113/96

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que os resultados de habilitação das Tomadas de Preços nº's 112 e 113/96-FEDF encontram-se afixados no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", 2º andar.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 061.010168/96
Entidade responsável: FHDF
Objeto: aquisição de 6.000 pacotes de absorventes higiênicos hospitalar
Justificativa: inciso IV, artigo 24, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 27.11.96
Responsável pelo ato de ratificação: Dep. Maria José Conceição - Secretária de Saúde

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 061.009774/96
Entidade responsável: FHDF
Objeto: aquisição de 2.500 ampolas de atracurio besilato 10mg/ml e outros
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 27.11.96
Responsável pelo ato de ratificação: Dep. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo: 061.008529/96
Entidade responsável: FHDF
Objeto: prestação de serviços, com fornecimento de peças, nos equipamentos de marca Narcosul
Justificativa: inciso I e caput, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 22.11.96
Responsável pelo ato de ratificação: Dep. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo: 061.023679/96
Entidade responsável: FHDF
Objeto: aquisição de 01(um) Thyratron CX-1159, ref. 2831816, para equipamento Mevatron 12 e outros
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Responsável pelo ato de ratificação: Dep. Maria José Conceição - Secretária de Saúde.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 403/96

Aquisição ACYCLOVIR 200MG e outros, perfazendo o total de 24 itens.
DATA DE ABERTURA: 20/12/96 às 14:30 horas.
Maiores informações estão contidas no Edital à disposição dos inte-

ressados no Ed. Super Venâncio 2000, Bloco "B"-60, Sala 340, nos horári os das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 384/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que foi DEFERIDO o recurso interposto pela empresa VETON ELETROMEDICINA LTDA., contra os termos do Edital referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 384/96, proc. 061.003967/96. Maiores informações poderão ser obtidas junto a esta CPL ou pelo tel. 226 8239.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 371/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que se encontra afixado nos quadros de avisos desta CPL o resultado de julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 371/96, proc. 061.007436/96.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÃO DE COMPRAS
AGOSTO/96

INEXIGIVEL

NE N.	FORNECEDOR/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VAL.UNIT.	TOTAL
1779	CENTRO ESPIRITA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	00001	4.032.00	4.032.00
1783	CENTRO DE ENSINO E REABI LITAÇÃO	00001	460,00	460.00
1784	CENTRO DE ENSINO E REA BILITAÇAO	00001	62.20	62.20
1785	CRECHE PIONEIRA DA VILA PLANALTO	00001	7.90	7.90
1786	CENTRO ESPIRITA "OS SEA REIROS"LAR SÃO FRANCISCO	00001	2.463.55	2.463.55
1787	ASSOIC. BENEF. BATISTA IND. DE BSB	00001	61.00	61.00
1789	ELECTRON - ENG. CONST. E EMPREEND. LTDA	00001	2.463.55	2.463.55
1790	TELMA LEITE ANDRADE MOLE TO AIRES	00001	35.000.00	35.000.00
1791	SOCIEDADE CRUZ DE MALTA	00001	61.00	61.00
1792	NILSPNEIDES PAULA DE QUEIROZ	00001	8.324.50	8.324.50
1793	INSTITUTO CANDANGO DE SOLI DARIEDADE	00001	749.55	749.55
1795	BANCO DE BRASILIA S/A	00001	4.000.00	4.000.00
1798	ANA MARIA F. DA MOTA	00001	7.253.82	7.253.82
1799	DORISMAR DIVINA ALVES DA SILVA	00001	25.000.00	25.000.00
1800	LUCIENE VIANA FERNANDES	00001	3.615.20	3.615.20
1801	ASSISTENCIA SOCIAL CASA AZUL ASCA	00001	2.160.00	2.160.00
1808	ROSECLAY DE MARIA SALAZAR FARIAS	00001	4.904.97	4.904.97
1809	ARCO TRANSPORTES URBANOS LTDA	00001	3.615.20	3.615.20
1810	ARCO TRANSPORTES URBANOS LTDA	00001	30.343.11	30.343.11
1811	AÇÃO SOCIAL N. SENHORA DE FATIMA	00001	1.092.00	1.092.00
1812	ARCO TRANSPORTES URBANOS LTDA	00001	310.00	310.00
1815	CASA TRANST.BSB.- LAR DA CRIANÇA DE LOURDES	00001	110.00	110.00
1816	BANCO DE BRASILIA S/A	00001	1.013.93	1.013.93
1817	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA	00001	158.00	158.00
1818	RAPIDO PLANALTINA LTDA	00001	4.040.70	4.040.70
1819	RAPIDO SANTO ANTONIO LTDA	00001	62.594.56	62.594.56
1820	TRANSAPORTE PROGRESSO LTDA	00001	3.620.64	3.620.64
1822	JOANILDES HENRIQUE SILVA LINHARES	00001	370.60	370.60
1823	MARCIA MARIA DE CARVALHO	00001	389.30	389.30
1824	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	703.20	703.20
1825	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	7.000.00	7.000.00
1826	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	7.566.08	7.566.08
1898	OBRA SOCIAL S. ISABEL	00001	440.00	440.00
1899	AMPARE ASSOC. DE MÃES PROTET. AMIG. E REC.	00001	864.00	864.00
1900	CENTRO COMUNITARIO SÃO LUCAS ENT.ED.FIL.	00001	385.00	385.00
1901	CENTRO DE ENSINO E REA BILITAÇAOO	00001	4.406.25	4.406.25
1902	CEAL CENTRO EDUC.DA AUD. E LING. L. PA	00001	16.481.18	16.481.18
1903	CONGREG. IRMÃS OBLATAS DO S. MENINO DE JESUS	00001	13.704.86	13.704.86
1904	OBRAS SOCIAIS S. SEBAS TIÃO DE BRASLANDIA	00001	7.389.68	7.389.68
1905	CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA	00001	60.605.88	60.605.88
1907	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	22.850.52	22.850.52
1908	CENTRO ESPIRITA 'SEBAS TIÃO O MARTIR	00001	7.270.62	7.270.62
1909	ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE TAGUATINGA	00001	1.457.00	1.457.00
1910	CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAC	00001	385.00	385.00
1911	CENTRO ESPIRITA BOA ARVORE	00001	24.568.01	24.568.01
1915	SEC. DE PLANEJAMENTO DO DF.	00001	1.164.60	1.164.60
1917	TELEBRASILIA-TELECOMUNI CAÇOES DE BRASILIA	00001	1.090.80	1.090.80
1918	CEB - CIA. ENERGETICA DE BRASILIA	00001	11.274.80	11.274.80
1919	CAESB - CIA. DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASILIA	00001	29.832.10	29.832.10
1923	CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA	00001	15.000.00	15.000.00
1924	CRECHE MEDALHA MILAGROSA	00001	100.000.00	100.000.00
1925	DENIS AUGUSTO MENDONÇA	00001	25.000.00	25.000.00
1926	JUDITE KASUE RIBEIRO DA COSTA	00001	14.931.00	14.931.00
1927	ELZA FERNANDES DOS SANTOS SILVA	00001	50.118.00	50.118.00
1928	MARIA DAS GRAÇAS AZEVEDO	00001	500.00	500.00
1929	DIVINO XAVIER DA S. FILHO	00001	1.333.00	1.333.00
1930	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	675.00	675.00
1931	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	672.00	672.00
1932	CEAL-CENTRO EDUC.DA LING. L. PA	00001	500.00	500.00
1933	CENTRO COMUNITARIO SÃO LUCAS ENT. ED. FIL.	00001	555.00	555.00
1934	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	334.00	334.00
1935	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	9.840.00	9.840.00
1971	TEREZA RODRIGUES DE CARVALHO SILVA	00001	3.116.61	3.116.61
1972	DAISY A. BARRETO CONS TANCIO	00001	480.00	480.00
1973	MARIANA DE FATIMA PEREIRA LEMOS	00001	779.50	779.50
1974	NEIDE ALMEIDA GUIMARÃES	00001	9.333.00	9.333.00
1975	ALEXANDRE VALLE DOS RESIS	00001	6.000.00	6.000.00
1977	OBRAS ASSIST. CENTRO ESPI RITA IRMÃO JORGE	00001	5.000.00	5.000.00
1978	LAR FABIANO DE CRISTO - CASA DE LIVIA	00001	3.658.00	3.658.00
1979	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	5.232.50	5.232.50
1980	JOELI FERNANDES DE OLI VEIRA	00001	11.646.45	11.646.45
1981	MARIA GORETTI N. COSTA	00001	22.594.00	22.594.00
1986	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	1.320.00	1.320.00
1987	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	3.600.00	3.600.00
1988	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	293.00	293.00
1991	APARECIDA MARIA DE MOURA	00001	240.00	240.00
1992	JOSE LUIZ MARTINS IRINEU	00001	400.00	400.00
1997	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	400.00	400.00
1998	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	28.64	28.64
1999	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	34.36	34.36
2000	ASSOC.PAIS E AMIGOS EXCEP. DEFIC. DE TAGUATINGA	00001	5.000.00	5.000.00
2001	CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA	00001	5.000.00	5.000.00
2002	OBRA SOCIAL SANTA ISABEL	00001	5.000.00	5.000.00
2003	AMPARE-ASSOC.DE MÃES PRO-TET. AMIG. E REC.	00001	16.241.00	16.241.00
2004	HELIO CARVALHO GONÇALVES	00001	352.50	352.50
2042	HELDER MACEDO LACERDA	00001	881.25	881.25
2043	MARIA DE FATIMA V.SALDANHA	00001	5.900.29	5.900.29
2045	SEC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	00001	7.416.00	7.416.00
2050	ASSCOCIAÇÃO CAMINHO DA LUZ	00001	600.00	600.00
2051	CENTRO ESP.''OS SEAREIROS'' LAR SÃO FRANCISCO	00001	240.00	240.00
2052	CENTRO COMUNITARIO DE ASSIT. A CANDANGOLANDIA	00001	543.00	543.00
2053	LAR FABIANO DE CRISTO CASA DE ABIGAIL	00001	7.191.63	7.191.63
2054	ASSOC. DE MORADORES DE VAR JÃO	00001	12.127.37	12.127.37
2055	APAE-ASSOC. DE PAIS E AMI GOS DOS ECEPCIONAIS	00001	4.807.30	4.807.30
2056	SOCIEDADSE CRUZ DE MALTA	00001	17.523.00	17.523.00
2057	CRECHE PIONEIRA DA VILA PLANALTO	00001	6.767.17	6.767.17
2058	ASSOC.PAIS E AMIGOS EXCEP/ DEFIC. DE TAGUATINGA	00001	29.886.15	29.886.15
2059	AÇÃO PROMOTORA DE ENS. E DES. REGIONAL - AP	00001	9.138.36	9.138.36
2065	ALDA MINIATI P. DOS SANTOS	00001	4.807.80	4.807.80
2095	FRANCISCA FATIMA F.M. DE SOUZA	00001	24.825.58	24.825.58
2097	LIVIA MARIA DE MELO	00001	3.894.25	3.894.25
2110	ASSOCIAÇÃO CAMINHO DA LUZ	00001	31.102.12	31.102.12
2111	ASSISTENCIA SOCIAL CASA AZUL - ASCA	00001	2.220.00	2.220.00
2116	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PROJETO LUCIO COSTA	00001	9.000.00	9.000.00
2117	ASSOC.DE INTEG. DE BSB. CRECHE SORRISO	00001	1.166.50	1.166.50
2118	MARIA AMERICA M. BONFIM	00001	9.401.00	9.401.00
2134	OBRAS ASSIT. CENTRO ESPI	00001	6.110.65	6.110.65
		00001	11.281.20	11.281.20
		00001	3.000.00	3.000.00

	RITA IRMÃO JORGE	00001	11.646.45	11.646.45
2135	FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA - LBA	00001	9.447.95	9.447.95
2136	AAO SOCIAL COMUNT.- AFMA	00001	12.387.12	12.387.12
2137	SERVIO EDUC.FILATROPICO EVANGELICO	00001	18.980.44	18.980.44
2138	ASSOC.BENEF.BATISTA IND. DE BRASÍLIA	00001	8.008.00	8.008.00
2139	CRECHE COMUNITARIA DA QE 38	00001	8.460.90	8.460.90
2140	ASSOC. BRAS.DE ED.LASSA-LISTAS - ABEL	00001	6.365.60	6.365.60
2141	AAO PROMOTORA DE ENS. E DES. REGIONAL - AP	00001	972.02	972.02
2142	AAO SOCIAL COMUNITARIA - AFMA	00001	2.963.35	2.963.35
2143	ASSOC.BRAS.DE ED. LASSA-LISTAS - ABEL	00001	940.10	940.10
2145	AÇÃO SOCIAL COMUNITARIA-AFMA	00001	1.262.80	1.262.80
2147	CENTRO SOCIAL FORMAR	00001	2.194.00	2.194.00
2152	CENTRO COMUNITARIO DA CRIANÇA	00001	9.447.95	9.447.95
2153	VALERIA PINHEIRO	00001	760.00	760.00
2154	ROSELI SANTOS BURMANN	00001	810.00	810.00
2155	MARY DO ROSARIO NEVES ARÃO	00001	1.166.00	1.166.00
2156	MARIA APARECIDA LOPES DE SOUZA	00001	1.166.00	1.166.00
2157	SUELI MAI MARQUES	00001	1.125.00	1.125.00
2158	SONIA MATSUE NOMIYAMA FIGUEIREDO	00001	1.500.00	1.500.00
2159	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	200.00	200.00
2160	OBRAS SOC.DA PAR. SÃO SEBASTIÃO DE BRAZLANDIA	00001	1.483.80	1.483.80
2162	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	460.00	460.00
2163	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	250.00	250.00
2167	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	151.00	151.00
2168	SOC.DE TRANSP.COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	472.00	472.00
2169	SOC.DE TRANSP.COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	150.00	150.00
2170	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	150.00	150.00
2171	CONGREG.IRMAS OBLATAS DO S. MENINO DE JESUS	00001	4.451.40	4.451.40
2172	ASSOC.BENEF.BATISTA IND. DE BRASILIA	00001	1.483.00	1.483.00
2173	OBRA SOCIAL SANTA ISABEL	00001	881.25	881.25
2174	ELECTRON - ENG. CONST. E EMPREEEND. LTDA	00001	105.000.00	105.000.00
2175	CRECHE MEDALHA MILAGROSA	00001	47.036.60	47.036.60
2176	DIVINA ALVES ROCHA	00001	2.500.00	2.500.00
2177	MARIA TEREZINHA P. NUNES	00001	5.520.00	5.520.00
2178	MARLENE DAIGELE S. BARBOSA	00001	5.286.00	5.286.00
2179	ERONIA FRANCISCA RODRIGUES	00001	10.000.00	10.000.00
2180	NERITA DOS SANTOS BELDA	00001	4.505.00	4.505.00
2181	JOÃO ADONIS NASCIMENTO FREITAS	00001	2.000.00	2.000.00
2182	MARGARIDA CRISTINA DE A. SOARES	00001	5.000.00	5.000.00
2183	NAIRA LUIZ DA SILVEIRA	00001	19.000.00	19.000.00
2184	DAVID DEL SARTO	00001	1.930.00	1.930.00
2185	DAVID DEL SARTO	00001	1.792.00	1.792.00
2186	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS MELO	00001	19.000.00	19.000.00
2187	ROSELI SANTOS BURMANN	00001	2.514.66	2.514.66
2188	MARIA INES FREITAS DE OLIVEIRA	00001	2.100.00	2.100.00
2189	CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA	00001	353.00	353.00
2191	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	200.00	200.00
2193	AMPARE-ASSOC. DE MÃES PROTET.AMIG. E REC.	00001	4.767.10	4.767.10
2194	CENTRO ESPIRITA''OS SEAREIROS''LÁR S.FRANCISCO	00001	5.838.25	5.838.25
2195	CASA DA CRIANÇA PÃO DE SANTO ANTONIO	00001	7.362.00	7.362.00
2196	CASA DE ISMAEL	00001	8.754.60	7.754.60
2197	AÇÃO SOCIAL P.FRASINETTI	00001	6.490.00	6.490.00
2198	CRECHE PIONEIRA DA VILA PLANALTO	00001	891.00	891.00
2199	CENTRO DE ENSINO E REABILITAÇÃO	00001	1.671.45	1.671.45
2200	SOCIEDADE CRUZ DE MALTA	00001	1.777.00	1.777.00
2208	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	2.000.00	2.000.00
2209	CEAL-CENTRO EDUC. DA AUD. E LINGUA L. PA	00001	13.061.84	13.061.84
2210	GRUPO DA FRATERNIDADE ''CICERO PEREIRA''	00001	8.770.00	8.770.00
2211	CENTRO COMUNITARIO DA CRIANÇA	00001	2.968.02	2.968.02
2212	CASA TRANSIT.DE BRASILIA LAR DA CRIANÇA DE LOURDES	00001	1.484.10	1.484.10
2233	MARIA DAS GRAÇAS AZEVEDO	00001	672.00	672.00
2234	MARIA IOLETA RIBEIRO DE SALES	00001	1.000.00	1.000.00
2235	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	1.085.00	1.085.00
2236	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	202.00	202.00
2237	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA	00001	198.00	198.00
2238	RAPIDO SANTO ANTONIO LTDA	00001	126.72	126.72
2239	SOC.DE TRANSP.COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	1.259.00	1.259.00
2240	SOC.DE TRANSP.COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	113.90	113.90
2241	SOC.DE TRANSP.COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	85.00	85.00
2242	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	100.05	100.05
2243	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	3.077.00	3.077.00
2244	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	310.00	310.00
2252	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	940.00	940.00
2253	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	885.00	885.00
2258	EUCIANE HELENA S.LUCINDA	00001	5.000.00	5.000.00
2259	CONGREGAÇÃO DE S. JOÃO BATISTA	00001	18.091.00	18.091.00
2260	ASSOC.DE PAIS E AMIGOS EXCEPC/DEFIC. DE TAG.	00001	8.521.00	8.521.00
2261	ASSOC.DOS SENHORES DA CVANDANGOLANDIA	00001	1.833.40	1.833.40
2262	CENTRO ESPIRITA SEBASTIÃO ''O MARTIR''	00001	24.568.01	24.568.01
2263	CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA	00001	1.809.50	1.809.50
2268	DORISMAR DIVINA A. SILVA	00001	2.160.00	2.160.00
2269	DALVA RESENDE G. CASTILHO	00001	5.000.00	5.000.00
2270	CLAUDIA MARIA P. BARREIRA	00001	5.000.00	5.000.00
2271	IRANI DA ROCHA SILVA	00001	2.000.00	2.000.00
2272	WAGNER MARTINS	00001	11.700.00	11.700.00
2273	JESUINA GOMES DA SILVA	00001	5.000.00	5.000.00
2274	DENIS AUGUSTO MENDONÇA	00001	10.000.00	10.000.00
2275	HELIO CARVALHO GONÇALVES	00001	10.000.00	10.000.00
2276	AIDA RIBEIRO DOS SANTOS	00001	5.000.00	5.000.00
2277	PERI DEODATO SILVEIRA	00001	2.430.00	2.430.00
2278	MARIENE JOSE DE SOUZA	00001	5.000.00	5.000.00
2279	IONE AGUIAR VIEIRA	00001	11.000.00	11.000.00
2280	MARIA DO CARMO P.ALBUQUERQUE SILVA	00001	4.886.40	4.886.40
2281	AIDA RIBEIRO DOS SANTOS	00001	2.800.00	2.800.00
2282	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	968.00	968.00
2283	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	1.307.00	1.307.00
2284	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	500.00	500.00
2285	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	1.163.00	1.163.00
2286	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	334.00	334.00
2287	APAE-ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC.	00001	182.00	182.00
2288	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	264.00	264.00
2289	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA	00001	3.566.94	3.566.94
2290	RAPIDO PLANALTINA LTDA	00001	531.00	531.00
2291	RAPIDO SANTOS ANTONIO LTDA	00001	453.90	453.90
2292	TRANSPORTE PROGRESSO LTDA	00001	712.40	712.40
2292	TRANSPORTE PRO00001SO LTDA	00001	7.2.40	712.40
2292	TRANSPORTE PRC00001SO LTDA	00001	712.40	712.40
2293	BANCO DE BRASILIA S/A	00001	54.735.76	54.735.76
2296	TELEBRASILIA TELECOMUNICAÇÃO DE BRASILIA	00001	11.176.30	11.176.30
2312	ASSOC.DE EDUC. HOMEM DO AMANHÃ BSB GUARDI.	00001	1.135.00	1.135.00
2314	CAMILA PEREIRA BATISTA DE SOUSA E OUTROS	00001	2.160.00	2.160.00
2315	MARIA ROSA OZU	00001	2.000.00	2.000.00
2316	SUZI DIAS COUTO	00001	3.000.00	3.000.00
2317	DORECI LUCIA PRUDENCIA DA MOTA	00001	2.220.00	2.220.00
2318	AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO	00001	8.514.00	8.415.00
2319	INSTITUTO DOM ORIONE	00001	3.861.00	3.861.00
2320	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	110.00	110.00
2321	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	110.00	110.00
2322	SOC.DE TRANSP. COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	135.00	135.00
2333	AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	00001	13.520.61	15.520.61
2335	VILA SÃO JOSE BENTO COTO-LENGO	00001	14.887.44	14.887.44
2336	CENTRO COMUNITARIO DE ASSISTENCIA A CANDANGOLANDIA	00001	1.780.92	1.780.92
2337	RUBENS DEPOLO	00001	1.000.00	1.000.00
2401	IDE DE FATIMA VIEIRA DA COSTA	00001	5.000.00	5.000.00
2402	SEC. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF.	00001	20.255.09	20.255.09
2404	ESTELA MARIS PEREIRA DE SOUZA	00001	704.93	704.93
2407	SEBASTIÃO FRANCISCO DE MOURA	00001	500.00	500.00
2414	LAR FABIANO DE CRISTO - CASA DE LIVIA	00001	19.307.60	19.307.60
2415	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	174.00	174.00
2416	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	200.00	200.00
2417	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	250.00	250.00
2418	CEB - CIA ENERGETICA DE BRASILIA	00001	15.000.00	15.000.00
2419	TELEBRASILIA-TELEC.DE BSB-	00001	10.000.00	10.000.00
2436	SANDRA REGINA M. MARTINS	00001	1.420.00	1.420.00
2437	ANTONIO ENVIDIO FIGUEIREDO	00001	450.00	450.00
2438	ROSECLAY DE MARIA S.FARIAS	00001	1.092.00	1.092.00
2439	SOC. CRISTÃ MARIA DE JESUS	00001	8.574.00	8.574.00
2444	SOC.DE TRANSP. COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	265.50	265.50
2446	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	1.199.50	1.199.50

EDNOR PEREIRA VIANA
Gerente divisão Recursos Financeiros

SETEMBRO/96
INEXIGIVEL

NE N.	FORNECEDOR/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VAL.UNI	TOTAL
2230	LAR FABIANO DE CRISTO - CASA DE ABIGAIL	00001	3.264.00	3.264.00
2231	CENTRO COMUNITARIO S.LUCAS ENT. ED. FIL.	00001	3.116.61	3.116.61

2447	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	549.80	549.80
2448	ARCO TRANSP. URBANOS LTDA	00001	110.00	110.00
2449	ARCO TRANSP. URBANOS LTDA	00001	310.00	310.00
2450	AÇÃO SOCIAL N. SENHORA DE FATIMA	00001	1.483.80	1.483.80
2451	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	220.00	220.00
2452	TELEBRASILIA-TELEC.DE BSB	00001	100.00	100.00
2455	ELENA MARIA LEMES DA SILVA	00001	3.106.00	3.106.00
2456	CARLOS ALBERTO MENDES	00001	6.000.00	6.000.00
2457	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	200.00	200.00
2458	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	400.00	400.00
2459	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	195.00	195.00
2460	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	300.00	300.00
2461	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	200.00	200.00
2462	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	200.00	200.00
2463	LEO DA SILVA ALVES	00001	2.190.00	2.190.00
2465	ASSOCIAÇÃO CAMINHO DA LUZ	00001	1.387.20	1.387.20
2466	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	440.00	440.00
2467	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	864.00	864.00
2468	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	385.00	385.00
2469	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	2.300.00	2.300.00
2470	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	330.00	330.00
2471	SOC.DE TRANSP.COLETIVO DE BRASILIA LTDA	00001	110.00	110.00
2472	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	440.00	440.00
2473	VIAÇÃO PLANALTO LTAD	00001	334.00	334.00
2474	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	555.00	555.00
2475	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	480.00	480.00
2479	VIAÇÃO ALVORADA LTDA	00001	10.000.00	10.000.00
2480	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	10.000.00	10.000.00
2481	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	10.000.00	10.000.00
2482	VIAÇÃO RIACHO GRANDE LTDA	00001	5.000.00	5.000.00
2488	CENTRO SOCIAL FORMAR	00001	2.267.80	2.267.80
2489	ASSOC.DOS MORADORES DO PROJETO LUCIO COSTA	00001	6.316.05	6.316.05
2490	ASSOC.BRAS.DE ED.LASSA-LISTAS - ABEL.	00001	6.531.65	6.531.65
2491	CAESB - CIA. DE AGUA E ESGOTO DE BRASILIA	00001	98.000.00	98.000.00
2537	VILSON DANTAS SOBRINHO	00001	4.000.00	4.000.00
2538	REGINA VILARINHO DA COSTA	00001	2.993.00	2.993.00
2539	DIVINA ALVES ROCHA	00001	2.500.00	2.500.00
2540	AMELIA PAVOA COSTA SOUTO	00001	4.151.00	4.151.00
2541	MARIA NEIDE DOS SANTOS	00001	5.000.00	5.000.00
2542	LUCIENE VIANA FERNANDES	00001	5.520.00	5.520.00
2543	ANA MARIA GARCIA	00001	750.00	750.00
2544	ASSOC.BRAS.DE ED.LASSA-LISTAS - ABEL	00001	971.70	971.70
2545	ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE BRASILIA - CRECHE SORRISO	00001	11.660.40	11.660.40
2546	CRECHE COMUNITARIA DA QE. 38 - GUARA II.	00001	8.745.30	8.745.30

EDNOR PEREIRA VIANA
Gerente divisão Recursos Financeiros

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/96

NE N.	FORNECEDOR/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VAL.UNIT.	TOTAL
2325	DISBREL-DIST.DE BAL.EREFRIG. ITEM.28 - VENTILADOR DE TETO C/3 PAS MARCA LOREN-SID.	00003	72,00	216.00
	ITEM.31 - BATEDEIRA SEMI-IND 3 VELOC.MOD.BP-12,M/LIENE.	00001	917.00	917.00
2326	A ESTIMATIVA-COM.DE MAT.LIMP. ITEM.32 - ENCERADEIRA E LAVAD. DE PISOS, MOD. IND., 01 HP., MARCA BANDEIRANTE,MOD.B-40.	00001	1.329.40	1.329.40
2327	POLITEM-DIST.COM.E REP.LTD. ITEM.30 - CIRCULADOR DE AR, 40X40CM, MARCA ARNO.	00002	75.00	150.00
2328	CINE FOTO GB LTDA ITEM.33 - FREEZER HORIZON-TAL, CAP. 420 LTS,M/ELEGE.	00001	759.00	759.00
2331	A ESTIMATIVA-COM.DE MAT.LIMP. ITEM.22 - ENCERADEIRA E LAVAD. DE PISOS, MOD. IND, DE 01 HP. MARCA BANDEIRANTE, MOD.B-40.	00001	1.329.40	1.329.40
2332	CINE FOTO GB LTDA ITEM.110- DREEZER HORIZON-TAL, CAP.30 LTS, M/ELEGE.	00001	635.00	635.00
	ITEM.113 - LIQUIDIFICADOR TIPO DOM.,CAP. 02 LTS, M/ ARNO.	00001	51.00	51.00
	ITEM.115 - FERRO DE PASSAR ROUPA, ELET. MARCA ARNO.	00002	22,00	44.00
	ITEM.116 - TANQUINHO,ELET. P/LAVAR ROUPA,CAP. 4,2 KGS. MARCA ARNO.	00002	183.00	366.00
	ITEM.118 - FORNO ELETRICO, MED. 470X400X510MM,M/LAYR.	00001	192.00	192.00
2344	POLITEM-DIST.COM E REP.LTD. ITEM.111 - REFRIGEWRADOR TI-PO DOM. CAP. 342 LTS,COR CLA RA, MARCA CONSUL.	00001	580.00	580.00
2347	HOHL MAQ. AGRICOLAS LTDA ITEM.117 - CAFETEIRA DE 01 DEPOSITO, CAP 03 TLS, MOD. IND., MARCA UNIVERSAL.	00001	298.00	298.00
2348	DISBREL-DIST.DE BAL.E REFRI. ITEM.112 - FOGÃO IND. A GÁS, 04 BOCAS DUPLAS C/FORNO,MAR CA CROYDON.	00001	656.00	656.00
2349	MULTI FERRAGENS LTDA ITEM.109 - PANELA DE PRESSÃO EM ALUM. CAP.07 LT,M/ROCHEDO	00001	25,00	25.00
2350	PROVER REP.COM.PROD.MEDICOS ITEM.114 - BEBEDOURO DE PRES SÃO ELET.CAP.40 LTS, MODELO BRX-40, MARCA BEGEL.	00001	269.00	269.00
2351	A ESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP. ITEM.53 - ENCERADEIRA E LAV. DE PISOS, MOD.IND.MOD.B-40. MARCA BANDEIRANTE.	00002	1.329.40	2.658.80
	ITEM.65 - ENCERADEIRA E LAV. DE PISOS, MOD.IND.MOD.B-40, MARCA BANDEIRANTE.	00001	1.329.40	1.329.40
	ITEM.66 - PANELA EM ALUM. CAP. 14 LTS, M/WATANAB.	00030	21.42	642.60
	ITEM.67 - PANELA EM ALUM. CAP. 08 LTS, M/WATANAB.	00030	13.23	396.90
	ITEM.68 - PANELA EM ALUM. CAP 10 LTS, M/WATANAB.	00030	15.82	474.60
	ITEM.71 - FRIGIDEIRA EM ALUM. C/20CM DE DIAMETRO MARCA WATANAB.	00010	4.69	46.90
	ITEM.72 - PRATO FUNDO P/ REFEIÇ.EM ALUM.M/WATANAB.	00600	1.46	876.00
	ITEM.74 - BANDEJA INOX.RE DONDA C/30CM, M/BIENOX.	00002	15.60	31.20
	ITEM.75 - COLHER EM AÇO INOX. P/SOPA,M/HERCULES.	00500	0.54	270.00
	ITEM.80 - ESPUMADEIRA EM ALUM. C/15CM. DE DIAMETRO MARCA MANDUA.	00010	8.60	86.00
	ITEM.82 - CONCHE EM ALUM. C/12CM. DE DIAM.M/MANDUA.	00010	7.70	77.00
2352	CINE FOTO GB LTDA ITEM.50 - BEBEDOURO ELET. P/GARRAFÃO DE 20 LTS,C/02 TORNEIRAS, MARCA ELEGE	00002	234.00	468.00
	ITEM.52 - NULTIPROCESSADOR DOMESTICO, MARCA ARNO.	00002	122.00	244.00
2353	POLITEM-DIST.COM E REP. ITEM.83 - CIRCULADOR DE AR 40X40, C/03 VEL. M/ARNO.	00010	74,00	740,00
	ITEM.86 - FREEZER HORIZON TAL CAP.415 LTS. M/CONSUL.	00001	745.00	745.00
2354	GERCOM - COM. E REP. LTDA. ITEM.76 - BANDEJA DE AÇO INOX.COM ALÇA MED.48X32CM, MARCA BRINOX.	00020	23.00	460.00
2355	HOHL-MAQ. AGRICOLAS LTDA ITEM.69 - GELADEIRA COM CAP. 440 LTS, TIPO DOM., MOD. D-44, M/PROSDOCIMO.	00002	995.00	995.00
	ITEM.84 - FOGÃO A GÁS,TIPO C/06 BOCAS,MOD.GOL,M/SUPER.	00001	280.00	280.00
2356	DISBREL-DIST.BAL.REFRI.LTD. ITEM.56 - FOGÃO IND. A GÁS. 02 BOCAS,EM FERRO FUNDIDDO. MARCA CROYDON.	00002	182.00	364.00
	ITEM.85 - FOGÃO SEMI-IND., A GÁS, 04 BOCAS,C/ FORNO, MARCA PROGÁS.	00001	317,00	317.00
	ITEM.87 - LIQUIDIFICADOR IND., CAP. 10 LTS, MARTCA SIEMSEN.	00001	349.00	349.00
2357	MULTI FERRAGENS LTDA ITEM.54 - ASSADEIRA EM ALUM, 45CM DE DIAMETRO, MARCA NIGRO.	00002	6.90	13.80
	ITEM.55 - FOGÃO IND. A GÁS,C/ 08 BOCAS.C/FORNO, REF. PRL-800. M/PROGAS.	00002	574.00	1.148.00
	ITEM.59 - FACA P/COZINHA. EM AÇO INOX,TIPO PEIXEIRA 10',MARCA TRAMONTINA	00010	9.90	99.00
	ITEM.60 - TESOURA P/CORTAR FRANGO, EM AÇO,M/TRAMONTINA	00002	14.90	29.80
	ITEM.62 - PANELA DE PRESSÃO EM ALUM.CAP.12 LT,M/ROCHADO	00002	93.62	187.24
	ITEM.77 - BACIA EM ALUM.50CM DE DIAMETRO, MARCA NIGRO.	00010	7.80	78.00
	ITEM.78 - BACIA EM ALUM.40CM DE DIAMETRO. MARCA NIGRO.	00010	5.70	57.00
	ITEM.79 - ESPUMADEIRA EM ALUM. 90CM. DE DIAMETRO,M/ NIGRO.	00010	1.98	19.80
	ITEM.81 - CONCHA EM ALUM. C/90CM DE DIAMETRO, MARCA NIGRO.	00010	1.98	19.80
2358	PROVER-RE.COM.PROD.MEDICOS ITEM.49 - BEBEDOURO DE PRES SÃO, ELET. CAP.40 LTS, MOD. BRX-40, MARCA BEGEL.	00002	269.00	269.00
2359	JOB COM. REPRES. LTDA ITEM.64 - BATEDEIRA TIPO DOM. 05 VEL., MARCA ARNO.	00004	84.00	336.00
	ITEM.73 - CANECA EM AÇO , INOX, CAP. 250ML,M/VALINOX.	00600	8.90	5.340.00
2360	POLITEM-DIST.COM.REP.LTDA ITEM.158 - FOGÃO SEMI-IND. C/06 BOCAS, C/FORNO,M/DAKO	00001	480.00	480.00
	ITEM.160 - CIRCULADOR DE AR 40X40CM, MARCA ARNO.	00004	74.00	296.00
	ITEM.161 - FREEZER HORIZON TAL,CAP.415 LTS, M/CONSUL	00001	750.00	750.00
2361	MULTI FERRAGENS LTDA ITEM.159 - CORTADOR DE LEGU MES, MANUAL.MARCA PROGAS	00002	24,50	49.00

2362	PROVER-REP.COM.PROD.MEDICOS			
	ITEM.27 - BEBED.ELET.M/BEGEL	00003	269.00	807.00
2363	DISBREL-DIST.BAL.REFRI.LTDA			
	ITEM.25 - VENTILADOR C/PEDES TRAL, MARCA LUMITAR	00002	206.00	412.00
2364	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.17 - FILTRO DE PAREDE EM AÇO INOX,C/TORM.M/RIO.	00001	69.00	69.00
	ITEM.18 - PANELA DE PRESSÃO EM ALUM.4,5 LTS, M/ROCHEDO.	00002	19.80	39.60
	ITEM.19 - PANELA DE PRESSÃO EM ALUM.CAP.12 LTS,M/ROCHEDO	00001	93.62	93.62
	ITEM.21 - TESOURA DE AÇO INOX DE 8'', MARCA TRAMONTINA.	00008	6.90	55.20
	ITEM.26 - FACA DOMESTICA,TIPO PEIXEIRA,DE 10''M/TRAMONTINA	00008	9.90	79.20
2365	JOB COM. REPRES. LTDA			
	ITEM.23 - ESPUMADEIRA EM ALUM DE 10CM DE DIAM. M/ IRAJÁ.	00002	3.80	7.60
	ITEM.24 - ESPUMADEIRA EM ALUM DE 05CM DE DIAM. M/ IRAJÁ.	00002	2.90	5.80
2366	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.20 - LIQUIDIFICADOR TIPO DOM.,C/03 VELOC.CAP.P/02 LTS, MARCA ARNO	00001	51.00	51.00
2367	A AESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP.			
	ITEM.13 - FACA DE SERRA PARA CORTAR PÃO, MARCA TRAMONTINA	00003	10.50	31.50
2368	DISBREL-DIST.BAL.REFRIG.LTDA			
	ITEM.16 - VENTILADOR TIPO PE DESTRAL, MARCA LUMITAR.	00001	206.00	206.00
2369	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.09 - PANELA DE PRESSÃO EM ALUM.CAP. P/12 LITROS,M/ ROCHEDO.	00001	93.62	93.62
	ITEM.11 - FACA P/COZINHA. EM AÇO INOX,TIPO PEIXEIRA DE 08'',MARCA TRAMONTINA	00003	8.80	26.40
	ITEM.12 - FACA P/COZINHA, EM AÇO INOX,TIPO PEIXEIRA DE 10'',MARCA TRAMONTINA.	00003	9.80	29.40
	ITEM.14 - TESOURA EM AÇO INOX,P/CORTAR FRANGO DE 06'',MARCA TRAMONTINA.	00002	14.90	29.80
2370	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.125 - ESPUMADEIRA,C/ 15CM. DE DIAM.M/TRAMONTINA	00010	12.00	120.00
	ITEM.126 - CONCHA EM INOX , C/15CM. DE DIAM.M/TRAMONTINA	00010	13.00	130.00
	ITEM.127 - FACA DE CORTE,C/ 12''MARCA TRAMONTINA.	00010	19.00	190.00
2371	POLITEN-DIST.COM.REP.LTDA			
	ITEM.124 - CIRCULADOR DE AR,DE 40X4-CM,MARCA ARNO.	00013	74.00	962.00
2372	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.123 - BEBEDOURO ELET. CAP.P/20 LTS,MARCA ELEGE	00003	234.00	702.00
2373	A ESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP.			
	ITEM.128 - ASPIRADOR DE PÓ CAP.P/20 LTS,MOD.MAGIC AIR, MARCA BANDEIRANTE.	00003	573.60	1.720.80
2374	A ESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP.			
	ITEM.38 - COLHER DE SOPA. EM AÇO INOX,M/HERCULES.	00012	0.69	8.28
	ITEM.40 - CANECA EM AÇOM. INOX,CAP.P/250ML, MARCA FORTINOX.	00010	2.84	8.52
	ITEM.42 - CONCHA EM ALUM. N.09,C/09CM. DE DIAMETRO, MARCA MANDUA.	00003	2.84	8.52
	ITEM.43 - ESPUMADEIRA EM ALUM.TAM. MEDIO,C/09CM DE DIAMETRO, MARCA MANDUA.	00001	4.40	4.40
2375	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.36 - LIQUIDIFICADOR TIPO DOM. C/03 VEL. CAP. P/02 LTS,MARCA ARNO.	00001	51.00	51.00
	ITEM.47 - TAQUINHO ELET., P/LAVAR ROUPA,CAP.P/4,2 LTS, MARCA ARNO.	00001	183.00	183.00
2376	HOHL MAQ.AGRILOCAS LTDA			
	ITEM.44 - MAQUINA DE LAVAR ROUPA,CAP.P/05 KGS. MODELO LPS, MARCA PROSDOCIMO.	00001	615.00	615.00
2377	POLITEN-DIST.COM.REP.LTDA			
	ITEM.48 - REFRIGERADOR TIPO DOM.CAP.P/275 LTS,M/CONSUL	00001	495.00	495.00
2378	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.34 - PANELA DE PRESSÃO EM ALUM.CAP.P/4,5 LTS,MARCA ROCHEDO.	00003	19.80	59.40
	ITEM.37 - FACA TIPO PEIXEIRA EM AÇO DE 10''M/TRAMONTINA.	00003	9.90	29.70
	ITEM.39 - PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO EM ALUM,M/NIGRO.	00010	1.48	14.80
	ITEM.41 - PANELA EM ALUM. JOGO C/03 PANELAS DE 10 LTS, E 01 JOGO C/03 PANELAS DE 14 LITROS, MARCA NIGRO.	00002	89.00	178.00
2379	JOB COM.REPRESENTAÇOES LTDA			
	ITEM.45 - BATEDEIRA DE BOLO TIPO DOM.C/05 VELOC.50/60 CICLOS, MARCA ARNO	00001	84.00	84.00
	ITEM.46 - FILTRO DE PAREDE ELET. MARCA TUROZON.	00001	220.00	220.00
2380	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.152 - LIQUIDIFICADOR TIPO DOM.C/03 VELOC.CAP.P/ 02 LTS., MARCA ARNO.	00002	51.00	102.00
2381	A ESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP.			
	ITEM.154 - COPO EM AÇO INOX CAP.P/250ML,MARCA FORTINOX.	00150	9.58	1.437.00
	ITEM.155 - COLHER EM AÇO INOX,P/SOBREMESA,M/HERCULES	00150	0.49	73.50
	ITEM.156 - ASSADEIRA DE ALUM. MED.50X30X08CM, M/MANDUA	00008	26.80	214.40
	ITEM.157 - JARRA EM AÇO INOX,CAP.P/2,5 LTS,MARCA HERCULES.	00006	41.20	247.20
2382	POLITEN-DIST.COM.REP.LTDA			
	ITEM.151 - FREEZER HORIZON TAL,CAP.P/530 LTS.M/CONSUL.	00002	850.00	1.700.00
2383	DISBREL-DIST.BAL.REFRIG.LTDA			
	ITEM.153 - LIQUIDIFICADOR IND. CAP.P/08LITROS,M/SIEMSEN.	00002	314,00	628.00
2384	PROVER-REP.COM.PROD.MEDICOS			
	ITEM.129 - BEBEDOURO ELET. DE PRESSÃO,MODELO BRX-40 , MARCA BEGEL.	00001	269.00	269.00
	ITEM.150 - SECADOR ROTATIVO MODELO 309,MARCA MAQUINAS SANTO ANDRE.	00001	5.384.00	5.384.00
2385	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.134 - PANELA TIPO TA-CHO EM ALUMINIO	00002	21.00	42.00
	ITEM.137 - PANELA DE PRESSAO DE ALUMINIO MARCA ROCHEDO	00002	118.40	236.80
	ITEM.139 - PANELA EM ALUM. MED. 30CM. DE DIAMETRO,MAR CA NIGRO.	00003	19.70	59.10
	ITEM.142 - BACIA EM ALUM.C/ 60CM. DE DIAMETRO,M/NIGRO.	00003	12.80	38.40
	ITEM.143 - GARFO EM AÇO INOX C/02 DENTES, MED.25CM.DE COMP. MARCA TRAMONTINA	00003	15.00	45.00
	ITEM.144 - FACA COM 12''MARCA TRAMONTINA.	00003	19.00	57.00
2386	PROVER-DIST.BAL.REFRIG.LTDA			
	ITEM.131 - VENTILADOR DE TETO C/03 PÁS, MARCA LOREN-SID.	00002	72.00	144.00
	ITEM.132 - FRIGIDEIRA ELET. IND.C/02 CESTAS, M/CROYDON.	00001	225.00	225.00
2387	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.130 - LIQUIDIFICADOR TI PO DOM. C/03 VELOC. CAP.02 LITROS, MARCA ARNO.	00002	51.00	102.00
2388	A ESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP.			
	ITEM.135 - ASSADEIRA EM ALUM. MED.62X38X08CM,MARCA MANDUA	00004	36.84	147.36
	ITEM.136 - ASSADEIRA EM ALUM. MED.50X40X08CM,MARCA MANDUA.	00004	26.80	107.20
	ITEM.138 - PANELA EM ALUM. CAP.P/08 LTS, M/WATANAB.	00003	11.20	33.60
2389	A ESTIMATIVA-COM.MAT.LIMP.			
	ITEM.101 - COLHER EM AÇO INOX MARCA NERCULES.	00024	0.69	16.56
	ITEM.103 - GARFO EM AÇO INOX P/MESA, MARCA HERCULES.	00024	0.69	16.56
2390	JOB COM. REPRESENT. LTDA			
	ITEM.96 - CANECA EM AÇO INOX CAP.P/250ML,MARCA VALINOX.	00024	8.90	213.60
2391	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.88 - FERRO ELETRICO DE ENGOMAR, MARCA ARNO.	00001	22.00	22.00
	ITEM.90 - TANQUINHO ELETRICO P/LAVAR ROUPA,CAP.P/4,2 KGS. MARCA ARNO.	00001	183.00	183.00
	ITEM.91 - LIQUIDIFICADOR E PICADOR TIPO DOM.M/ARNO.	00001	79.00	79.00
	ITEM.92 - BATEDEIRA ELETRICA P/BOLO,TIPO DOM.C/03 VELOCID. MARCA ARNO.	00001	83.00	83.00
2392	POLITEN-DIST.COM.REP. LTDA			
	ITEM.93 - REFRIGERADOR ELET. TIPO DOM. CAP.P/275 LITROS, MARCA CONSUL.	00001	490.00	490.00
	ITEM.108 - CIRCULADOR DE AR 40X40CM, C/03 VELOC.S/GRADES MARCA ARNO.	00001	74.00	74.00
2393	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.95 - PANELA DE PRESSAO CAP.P/4,5 LTS, M/ROCHEDO.	00003	19.80	59.40
	ITEM.97 - PRATO FUNDO EM ALUM., MARCA NIGRO.	00024	1.40	35.52
	ITEM.98 - FRIGIDEIRA EM ALUM 20CM. DE DIAMETRO,M/NIGRO.	00002	9.90	19.80
	ITEM.99 - BACIA EM ALUM.C/ 40CM. DE DIAMETRO,M/NIGRO.	00002	5.70	11.40
	ITEM.100 - CONCHA EM ALUM. C/90CM. DE DIAMETRO,M/NIGRO	00003	1.98	5.94
	ITEM.102 - ESPUMADEIRA EM ALUM.,C/90CM DE DIAMETRO, MARCA NIGRO.	00002	1.98	3.96
2394	HOHL-MAQ.AGRICOLAS LTDA			
	ITEM.94 - FOÇÃO A GÁS,TIPO DOM.C/02 BOCAS, MODELO GOL MARCA SUPER.	00001	280.00	280.00
2395	MULTI FERRAGENS LTDA			
	ITEM.01 - FACA P/COZINHA TIPO PEIXEIRA,C/10''MARCA TRAMONTINA.	00002	4.90	9.80
2396	CINE FOTO GB LTDA			

	ITEM.02 - TANQUINHO P/LAVAR ROUPA,CAP.P/4 KGS,M/ARNO.	00001	183.00	183.00
2397	HOHL MAQ. AGRICOLAS LTDA			
	ITEM.03 - REFRIGERADOR TIPO DOM. CAP.P/320 LTS,MOD.R/34 MARCA PROSDOCIMO.	00001	549.00	549.00
2398	CINE FOTO GB LTDA			
	ITEM.04 - BEBEDOURO ELETRICO CAP.P/20 LTS, M/ ESMALTEC.	00001	245.00	245.00
	ITEM.07 - LIQUIDIFICADOR TIPO DOM.C/03 VELOC.M/ARNO.	00001	51.00	51.00
2399	HOHL MAQ.AGRICOLAS LTDA			
	ITEM.05 - FOGÃO A GÁS,TIPO DOM.C/04 BOCAS, MODELO GOL MARCA SUPER.	00001	180.00	180.00
	ITEM.06 - REFRIGERADOR DOM. CAP.P/341 LTS, MODELO R-34 MARCA PROSDOCIMO.	00001	549.00	549.00
	ITEM.08 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPA,CAP.P/06 KILOS,MARCA PROSDOCIMO.	00001	730.00	730.00

EDNOR PEREIRA VIANA
Gerente da Divisão de Recursos Financeiros

OUTUBRO/96
INEXIGIVEL

NE N.	FORNECEDOR/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VAL.UNIT.	TOTAL
2554	APAE-ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC.	00001	6.077.04	6.077.04
2555	AMPARE-ASSOC.DE MAES PROTET. AMIGO E REC.	00001	4.767.10	4.767.10
2556	INSTITUTO DOM ORIONE	00001	3.860.43	3.860.43
2557	AÇÃO SOCIAL P.FRACINETTI	00001	6.701.42	6.701.42
2558	CEAL-CENTRO EDUC. DA AUD. E LINGUA L. PA.	00001	13.021.62	13.021.62
2559	CRECHE PIONEIRA DA VILA PLANALTO	00001	890.40	890.40
2560	SOCIEDADE CRUZ DE MALTA	00001	1.776.24	1.776.24
2561	AÇÃO SOC.COMUNITARIA-AFMA	00001	2.225.40	2.225.40
2562	GRUPO DA FRATERNIDADE ''CICERO PEREIRA''	00001	8.969.99	8.969.99
2563	CASA DA CRIANÇA PÃO DE SANTO ANTONIO	00001	6.154.10	6.154.10
2564	OBRA DE ASSIST.SOC.A INF. E A SOC. OASIS	00001	742.00	742.00
2565	ASSOC.DE EDUC.HOMEM DO AMANHÃ BSB GUARDI.	00001	1.775.40	1.775.40
2566	ASSISTENCIA SOCIAL CASA AZUL - ASCA	00001	8.090.11	8.090.11
2567	CONGREG.IRMAS OBLATAS DO SANTO MENINO JESUS	00001	4.451.40	4.451.40
2568	CASA DE ISMAEL	00001	8.300.00	8.300.00
2569	AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO	00001	11.385.00	11.385.00
2570	OBRA SOCIAL SANTA ISABEL	00001	881.25	881.25
2571	OBRAS SOC.DA PAROQ. SÃO SEBASTIÃO DE BRAZLANDIA	00001	1.483.80	1.483.80
2576	ASSOC.DOS SENHORES CANDANGOS	00001	5.130.00	5.130.00
2578	INSTITUTO CANDANGO DA SOLIDARIEDADE - I	00001	7.253.82	7.253.82
2580	CRECHE FERNANDA GUIMARAES C. AMARAL	00001	4.361.59	4.361.59
2582	SUSANA GARDENIA G. DE MENEZES	00001	1.000.00	1.000.00
2583	AÇÃO SOCIAL N. SENHORA DE FATIMA	00001	13.520.64	13.520.64
2584	BANCO DE BRASILIA S/A	00001	43.807.00	43.807.00
2585	VIAÇÃO ANAPOLINA S/A	00001	3.641.68	3.641.68
2586	RAPIDO PLANALTINA LTDA	00001	436.00	436.00
2587	RAPIDO SANTO ANTONIO LTDA	00001	423.80	423.80
2588	TRANSPORTE PROGRESSO LTDA	00001	622.90	622.90
2638	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	200.00	200.00
2639	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	130.00	130.00
2640	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	172.00	172.00
2641	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	20.00	20.00
2642	CASA TRANSIT.DE BRASILIA LAR DA CRIANÇA DE LOURDES	00001	7.938.42	7.938.42
2643	SOC. CRISTÃ MARIA DE JESUS	00001	4.700.00	4.700.00
2645	CASA TRANSIT. DE BRASILIA LAR DA CRIANÇA DE LOURDES	00001	260.00	260.00
2646	ASASOC.DE MORADORES DO VARJÃO	00001	1.260.98	1.260.98
2647	CASA DE ISMAEL	00001	964.28	964.28
2648	DIVINO XAVIER DA S.FILHO	00001	500.00	500.00
2650	ASSOC.BENEF.BATISTA IND. DE BRASILIA	00001	1.983.00	1.983.00
2651	CENTRO DE ENSINO E REABILITAÇÃO	00001	1.772.75	1.772.75
2663	LAR FABIANO DE CRISTO -. CAS DE LIVIA	00001	25.433.20	25.433.20
2664	JOELI FERNANDES DE OLIV.	00001	1.139.86	1.139.86
2665	ELENA MARIA LEMES DA SILVA	00001	4.186.00	4.186.00
2666	RUBENS DEPOLO	00001	2.000.00	2.000.00
2667	RITA DE CASSIA N. DA SILVA	00001	6.332.00	6.332.00
2668	GILMAR DOS REIS	00001	4.000.00	4.000.00
2669	MARIA DAS GRAÇAS AZEVEDO	00001	9.333.00	9.333.00
2670	JUDITE KASUE R. ITA COSTA	00001	2.200.00	2.200.00
2672	VILA SÃO JOSE BENTO COTOLENGO	00001	9.472.21	9.472.21
2673	CEDILHA DE OLIVEIRA	00001	3.533.00	3.533.00
2674	ANEY ALVES DE BARROS	00001	1.000.00	1.000.00
2675	SONIA REGINA DE S.ARAUJO	00001	1.000.00	1.000.00
2676	RAIMUNDA DE JESUS O.PAIVA	00001	974.00	974.00
2678	ELZA FERNANDES DOS S.SILVA	00001	675.00	675.00
2679	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	2.255.00	2.255.00
2680	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	2.255.00	2.255.00
2681	OBRAS ASSIST.CENTRO ESPIRITA IRMÃO JORGE	00001	2.566.08	2.566.08
2688	CENTRO ESPIRITA''SEAREIROS'' LAR SÃO FRANCISCO	00001	11.929.28	11.929.28
2820	CEB-CIA. ENERGETICA DE BSB	00001	25.000.00	25.000.00
2823	CAESB-CIA.DE AGUA E ESGOTO DE BRASILIA	00001	8.000.00	8.000.00
2830	ELCIENE HELENA S.LUCINDA	00001	5.000.00	5.000.00
2831	MARIA EDIVANE P.DE OLIVEIRA	00001	4.602.50	4.602.50
2832	CAMILA PEREIRA BATISTA DE SOUSA E OUTRO	00001	3.360.00	3.360.00
2833	MARIANA DE FATIMA P.LEMOS	00001	6.666.00	6.666.00
2835	LUIZ HUMBERTO BORGES	00001	5.040.00	5.040.00
2837	IRANI DA ROCHA SILVA	00001	2.000.00	2.000.00
2838	IRANI DA ROCHA SILVA	00001	2.666.00	2.666.00
2839	OLIVIA FELIPPI B.MACHADO	00001	5.000.00	5.000.00
2841	MAIRIAM DE ARAUJO RAVANELLI	00001	5.000.00	5.000.00
2842	JOHN KLEBER B. DE ARAUJO	00001	3.000.00	3.000.00
2845	MARIA DE FATIMA V.SALDANHA	00001	3.000.00	3.000.00
2847	MARLENE DAIGELE S.BARBOSA	00001	8.666.00	8.666.00
2848	PAULO ROBERTO HAMU	00001	3.240.00	3.240.00
2851	CELSO CHAVES MENDES	00001	7.416.00	7.416.00
2852	MARUSA DE SA BUENO COSTA	00001	3.992.00	3.992.00
2854	ROSALIA DE AMORIM R. RODRIGUES	00001	3.150.00	3.150.00
2856	MARIA GORETTI N. COSTA	00001	294.00	294.00
2858	ELVELAYNE MARIA DE PAULA ALMEIDA	00001	8.960.00	8.960.00
2865	IMPRENSA NACIONAL	00001	1.149.95	1.149.95
2878	REGINA FATIMA B.DE AMORIM	00001	2.666.00	2.666.00
2909	TELEBRASILIA - TELECOMUNICAÇOES DE BRASILIA	00001	25.000.00	25.000.00
2935	VIAÇAO PLANETA LTDA	00001	2.000.00	2.000.00
2938	CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA	00001	70.90	70.90
2939	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	00001	2.000.00	2.000.00
2942	CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAC	00001	3.306.35	3.306.35
2943	CASA DE ISMAEL	00001	3.748.45	3.748.45
2944	OBRA DE ASSIST.SOCIAL A INF. E A SOC. - OASIS	00001	3.521.34	3.521.34
2945	JESSE PEREIRA DE SANTANA	00001	6.500.00	6.500.00
2946	AÇÃO SOCIAL COMUNITARIA - AFMA	00001	2.225.70	2.225.70
2947	CAESB - CIA. DE AGUA E ESGOTO DE BRASILIA	00001	105.000.00	105.000.00
2948	ASSISTENCIA SOCIAL CASA AZUL - ASCA	00001	9.717.00	9.717.00
2949	SOC. DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA	00001	132.00	132.00
2950	SOC. DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA	00001	340.00	340.00
2951	NOVACAP - CIA. URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	00001	37.058.96	37.058.96
2952	ZELIA PASCOAL DE ARAUJO	00001	381.08	381.08
2967	ZENITE - ASSESSORIA E PROMOÇOES LTDA	00001	3.750.00	3.750.00
2968	DAISY A. BARRETO CONSTANCIO	00001	3.000.00	3.000.00
2969	ERONIA FRANCISCA RODRIGUES	00001	10.000.00	10.000.00
2970	LUCIBEL NAVES	00001	6.000.00	6.000.00
2971	LUCIBEL NAVES	00001	1.120.00	1.120.00
2972	LUCIBEL NAVES	00001	1.120.00	1.120.00
2973	AMELIA PAVOA SOUTO	00001	2.000.00	2.000.00
2974	MARTA DO CARMO PAIVA ALBUQUERQUE SILVA	00001	3.851.20	3.851.20
2975	MARIA AMERICA M. BONFIM	00001	3.000.00	3.000.00
2980	JOÃO NUNES M. SOBRINHO	00001	1.000.00	1.000.00
2981	MARIA FATIMA MELO SILVA	00001	1.000.00	1.000.00
2982	HELENILSON DOS S. LEITÃO	00001	1.500.00	1.500.00
2987	ASSOC.DE INTED.SOC.DE BSB CRECHE SORRISO	00001	10.428.00	10.428.00
2988	CRECHE COMUNITARIA DA QE.38	00001	7.821.00	7.821.00
2989	ASSOC.BRAS.DE ED.LASSALISTAS ABEL	00001	5.946.00	5.946.00
2990	CENTRO SOCIAL FORMAR	00001	2.028.00	2.028.00
2991	ASSOC. DOS MORADORES DO PROJETO LUCIO COSTA	00001	5.648.50	5.648.50
2992	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE	00001	7.253.82	7.253.82
2994	LAR FABIANO DE CRISTO - CASA DE ABIGAIL	00001	3.193.50	3.193.50
2995	MIGUEL BATISTA FERREIRA	00001	250.00	250.00
3012	FRANCISCA AMARAM BADU	00001	4.750.00	4.750.00
3013	MARIA APARECIDA L. DE SOUZA	00001	2.000.00	2.000.00
3014	MARIA DA CONCEIÇÃO P.S. MIRANDA	00001	2.500.00	2.500.00
3015	OSNI DAS GRAÇAS EVANGELHO	00001	4.031.20	4.031.20
3016	NARIA TEREZINHA P. NUNES	00001	5.520.00	5.520.00
3017	ENIA MARIA DE SOUZA	00001	2.000.00	2.000.00
3018	OSNI DAS GRAÇAS EVANGELHO	00001	1.500.00	1.500.00
3019	ALTAIR ROSA DE SA	00001	685.00	685.00
3020	AÇÃO SOCIAL P. FRASCINETTI	00001	5.889.45	5.889.45
3021	CENTRO SOC.S.JOÃO BATISTA	00001	1.738.70	1.738.70
3022	OBRAS SOC.DA PAROQ.DE SÃO SEBASTIÃO DE BRAZLANDIA	00001	1.483.80	1.483.80
3023	OBRA SOCIAL SANTA ISABEL	00001	881.25	881.25
3024	APAE-ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC.	00001	6.044.11	6.044.11
3025	CONGREG.IRMAS OBLATAS DO S. MENINO JESUS	00001	4.451.40	4.451.40
3027	ASSOC. POSITIVA DE BSB	00001	10.164.00	10.164.00
3028	ASSOC. DE EDUC. HOMEM DE AMANHÃ DE BSB GUARDI	00001	1.653.30.	1.653.30

3029	AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	00001	1.483.80	1.483.80
3030	TELEBRASILIA TEL.DE BSB	00001	16.221.35	16.221.35
3034	ASSOC.POSITIVA DE BSB	00001	1.990.40	1.998.40
3035	CEAL - CENTRO DE EDUC. DA LINGUA L. PA	00001	13.184.00	13.184.00
3036	CENTRO DE ENS.E REABILITAÇÃO	00001	1.671.45	1.671.45
3037	CRECHE PIONEIRA V. PLANALTO	00001	890.40	890.40
3038	INSTITUTO DOM ORIONE	00001	3.735.90	3.735.90
3039	CASA DA CRIANÇA PÃO DE SANTO ANTONIO	00001	3.938.57	3.938.57
3040	CENTRO COMUNITARIO S.LUCAS ENT. ED. FIL.	00001	3.115.35	3.115.35
3041	CONGREGAÇÃO S. JOÃO BATISTA	00001	9.717.00	9.717.00
3042	CRECHE MEDALHA MILAGROSA	00001	25.264.20	25.264.20
3043	CASA DE ISMAEL	00001	8.298.00	8.298.00
3044	ASSOC.BRAS.DE ED.LASSALISTAS ABEL	00001	674.80	674.80
3045	CENTRO COMUNIT.DA CRIANÇA	00001	2.076.90	2.076.90
3046	ASSOC.BENEF.BATISTA END.DE BRASILIA	00001	983.00	983.00
3047	OBRA DE ASSIST.SOCIAL A INF. E A SOC. - OASIS	00001	742.00	742.00
3048	SOCIEDADE CRUZ DE MALTA	00001	1.780.20	1.780.20
3049	AÇÃO PROMOTORA DE ENSINO E DESEV. REGIONAL - AP	0001	3.000.00	3.000.00
3050	CASA DE ISMAEL	00001	450.04	450.04
3052	AMPARE - ASSOC. DE MÃES PROTET.AMIGOS E REC.	00001	4.655.57	4.655.57
3053	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	7.191.20	7.191.20
3054	VIAÇÃO PLANETA LTDA	00001	320.10	320.10
3055	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	169.40	169.40
3056	VIAÇÃO PLANALTO LTDA	00001	1.721.00	1.721.00
3057	SOC. DE TRANSPORTES COLETI VOS DE BRASILIA LTDA	00001	459.90	459.90
3058	SOC. DE TRANSPORTES COLETI VOS DE BRASILIA LTDA	00001	138.60	138.60
3059	RAPIDO SANTO ANTONIO LTDA	00001	230.00	230.00
3060	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA	00001	2.268.80	2.268.80
3062	GRUPO DA FRATERNIDADE ''CICERO PEREIRA''	00001	7.950.56	7.950.56
3063	SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA	00001	19.686.80	19.686.80
3065	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA	00001	268.80	268.80

EDNOR PEREIRA VIANA
Gerente da Divisão de Recurso Financeiros

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
TOMADAS DE PREÇOS Nº 22/96(*)

A COMISSÃO. torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise das propostas das firmas Habilitadas, e usando os critérios preestabelecidos no Edital, A Comissão decidiu: DESCLASSIFICAR: a proposta da firma SVEKMA CONSULTORES LTDA(pelo descumprimento do Item 5.2.1 do Edital); o Item: 14 da proposta da firma MULTILIMP COM. E REP. LTDA; o Item 20 da proposta da firma GRANDES MARCAS DIST. E REP. LTDA; o Item 44 da proposta da firma DISTRIBUIDORA NÚCLEO LTDA; o Item 63 da proposta da firma COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA (Todas por especificação incorreta); e o Item 52 da proposta da firma UNITEM COMERCIAL LTDA (por descumprir a alinea "d" do Anexo do Edital), e declarar vencedoras as seguintes firmas:

ITEM ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	FIRMA VENCEDORA
001- ABSORVENTE HIG.C/10	0,45	LICITY COM.LTDA
002- ACETONA C/100ML	0,53	LICITY COM. LTDA
003- ALCOOL COMUM C/1000ML	0,71	DIST. NÚCLEO LTDA
004- ALICATE P/UNHA EM AÇO	18,00	PAMPAS COM. LTDA
005- ALICATE P/CUTICULA	14,98	A ESTIMATIVA LTDA
006- AMONIACO C/500ML	0,78	LICITY COM. LTDA
007- BARBEADOR DESCARTAVEL	0,17	DIST.NÚCLEO LTDA
008- CAPACHO DE F.COCO 0,80X1,20MX2	46,20	LOGOS MAT. LTDA
009- CAPACHO EM VINIL 1X0,50MX20	44,00	GRDES.MARCAS LTDA
010- CAPACHO EM VINIL 0,80X0,50M	34,20	GRDES.MARCAS LTDA
011- CERA LIQUIDA C/850ML	0,79	MULTILIMP LTDA
012- CERA LIQUIDA C/850ML	0,79	MULTILIMP LTDA
013- CINZERO DE VIDRO	0,29	DIST.NÚCLEO LTDA
014- CREME P/CABELO C/1KG	2,05	LOGOS MAT. LTDA
015- CREME DENTAL 90G C/FLUOR	0,49	LICITY COM. LTDA
016- CREME HIDRATANTE 90G	2,53	AGAPEL COM. LTDA
017- CREOLINA 1 LITRO	0,68	MULTILIMP LTDA
018- DESINFETANTE LIQUIDO C/750ML	0,39	LICITY COM. LTDA
019- DESODORANTE DE 90ML	0,56	LICITY COM. LTDA
020- DESODORANTE P/VASO C/40G	0,10	COM.UNIÃO LTDA
021- DESODORIZANTE C/440ML	2,68	LICITY COM. LTDA
022- DETERGENTE EM PO C/500G	0,95	LICITY COM. LTDA
023- DETERGENTE LIQUIDO C/500ML	0,28	COM. UNIÃO LTDA
024- DISCO T 25 DE 440MM	6,84	GRDES.MARCAS LTDA
025- DISCO S BRITE DE 440M	11,00	GRDES.MARCAS LTDA
026- ESCOVA DENTAL	0,24	LOGOS MAT. LTDA
027- ESCOVA P/ENCERADEIRA BAND.	6,75	GRDES.MARCAS LTDA
028- ESCOVA P/ENCERADEIRA BAND.	6,75	GRDES.MARCAS LTDA
029- ESCOVA P/LAVAR ROUPA	0,52	COM. UNIÃO LTDA
030- ESMALTE P/UNHA 10ML	0,86	LICITY COM. LTDA
031- ESPANADOR DE PENA/40	4,90	COM. UNIÃO LTDA
032- FILTRO P/ASPIRADOR BAND.	17,90	A ESTIMATIVA LTDA
033- FILTRO/PAPEL P/ASPIRADOR BAND	7,48	A ESTIMATIVA LTDA
034- FLANELA 40X60CM C/BAINHA	0,67	GRDES.MARCAS LTDA
035- FRALDA DESCARTAVEL C/24	5,37	UNICOM PROD.HOSP
036- FRALDA DESCARTAVEL C/20	5,37	UNICOM PROD.HOSP.
037- FRALDA DESCARTAVEL C/16	5,37	UNICOM PROD.HOSP.
038- INSETICIDA AEROSOL 300ML	1,70	COM. UNIÃO LTDA
039- LA DE AÇO C/8 (MILHEIRO)	200,00	LICITY COM. LTDA
040- LIMPA FORNO C/230G	0,85	LICITY COM. LTDA
041- LIMPA VIDRO C/500ML	0,69	COM. UNIÃO LTDA
042- LIXA DE METAL P/UNHA	3,00	PAMPAS COM. LTDA
043- LUSTRA MOVEIS C/200ML	0,41	DIST. NÚCLEO LTDA
044- LUVA DE LATEX NATURAL	0,90	PIRÂMIDE COM.LTDA
045- MANGUEIRA DE 3/4" 50M	27,50	COM. UNIÃO LTDA
046- MANGUEIRA 1/2"	0,95	VULCÃO DA BORRACHA
047- MANGUEIRA TRANÇADA DE 3/4"	0,80	COM. UNIÃO LTDA
048- PA DE LIXO EM PLASTICO	0,37	DIST. NÚCLEO LTDA
049- PANO DE CHAO 85X40CM	0,71	DIST. NÚCLEO LTDA
050- PALHA DE AÇO Nº 01	0,17	DIAT. NÚCLEO LTDA
052- PAP.HIGIENICO/FOLHA PCTD.MILHEIRO	330,00	COM. UNIÃO LTDA
053- PAPEL TOALHA C/2 ROLOS	0,52	LICITY COM. LTDA
054- RODO C/2 BORRACHAS 40CM C/CABO	0,72	LICITY COM. LTDA
055- SABAO PERFUMADO DE 200G	0,11	LICITY COM. LTDA
056- SABONETE C/90G	0,26	GRDES.MARCAS LTDA
057- SACO DE ALGODAO ALVEJADO	0,71	DIST. NÚCLEO LTDA
058- SACO DE LIXO/60 L.C/10	0,34	DIST. NÚCLEO LTDA
059- SACO DE LIXO/100 L.C/5	0,34	DIST. NÚCLEO LTDA
060- SAPONACIO DE 300G	0,57	COM. UNIÃO LTDA
061- TESOURA P/CORTAR UNHA EM AÇO	10,00	UNITEM COM. LTDA
062- VASSOURA DE PELO 40CM, C/CABO	1,57	LICITY COM. LTDA
063- VASSOURA DE PIAÇAVA C/CABO	1,34	LICITY COM. LTDA
064- VASSOURINHA P/VASO	0,37	GRDES.MARCAS LTDA
065- VASSOURA PIAÇAVA GARI 50CM,C/CABO	1,90	COM. UNIÃO LTDA

Brasília, 27 de novembro de 1996

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 231, de 28-11-96, pág. 9739.

CONVITE Nº 63/96

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise das propostas das firmas Habilitadas e em uso dos critérios preestabelecidos no Edital, a Comissão decidiu:DESCLASSIFICAR o Item 01 da proposta da firma EDM REP.COMERCIAL LTDA (por especificação incorreta) e o Item 16 da proposta da firma TIRADENTES MEDICO HOSP.LTDA(pelo descumprimento da Alinea "D" do Anexo do Edital) e declarar vencedoras as seguintes firmas:

ITEM ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	FIRMA VENCEDORA
001 - APARELHO DE RAIO X/ODONTOL.	1.904,00	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
002 - APARELHO P/MEDIR PRESSAO/ADULTO	25,95	EDM REPRES.COM.LTDA
003 - APARELHO P/MEDIR PRESSAO/CRIANÇA	27,45	EDM REPRES.COM.LTDA
004 - CABEÇOTE REFLETOR 20000	418,00	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
005 - CAIXA METALICA P/LIMA.	62,00	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
006 - CAIXA P/REVELAÇAO.	54,08	MEDCORP ODONT.LTDA
007 - COLGADURA.	1,62	MEDCORP ODONT.LTDA
009 - ESPATULA SETE.	4,40	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
010 - ESPELHO P/USO ODONTOLOGICO.	2,50	EDM REPRES.COM.LTDA
011 - ESTETOSCOPIO INFANTIL	14,90	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
012 - JOGO/LIMA EXTIRPA-NERVOS.	24,00	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
013 - LAMPARINA P/USO ODONTOLOGICO	9,00	MEDCORP ODONT.LTDA
014 - PEÇA DE MAO MODELO MS 350	197,00	TIRADENTES HOSP. LTDA
015 - PINÇA DENTE DE RATO C/14CM	6,90	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
016 - PINÇA KOCHER RETA C/15CM	14,40	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
017 - PINÇA DE SECÇAO ANATOMICA C/14CM	6,90	SAÚDE COM.HOSP.LTDA
018 - SONDA EXPLORADORA Nº 05	2,59	MEDCORP ODONT.LTDA
019 - TESOURA FINA RETA C/12CM	9,20	SAÚDE COM.HOSP.LTDA

CONVITE Nº 67/96

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após análise das propostas das firmas Habilitadas, e em uso dos critérios preestabelecidos no Edital, decidiu declarar vencedora a seguinte firma:

ITEM ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	FIRMA VENCEDORA
001- PEIDO SUPRRIMENTO FUNDO 3 VIAS/50 JG.	4,59	TROPICAL GRÁFICA LTDA
002- DEMONST.SUPRIMENTO 3 VIAS/50 JG.	4,59	TROPICAL GRÁFICA LTDA
003- RECIBO AUX.SOCIAL 2 VIAS/50 JG.	3,13	TROPICAL GRÁFICA LTDA
004- CAPA DE PROCESSO TAM 33,5X47,5 CM.	0,13	TROPICAL GRÁFICA LTDA

Brasília, 29 de novembro de 1996

CONVITE Nº 70/96

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise das propostas das firmas Habilitadas e usando os critérios preestabelecidos no Edital, a Comissão decidiu:DESCLASSIFICAR os Itens: 04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21 e 22 da proposta da firma GEO-SONDA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (pelo descumprimento da Alinea "D" do Anexo do Edital) e Declarar vencedoras as seguintes firmas para prestação dos serviços de reparo e manutenção dos seguintes aparelhos:

ITEM ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	FIRMA VENCEDORA
001- MÁQUINA/LAVAR ROUPA IND.	380,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
002- CENTRíFUGA IND.	560,00	GEO-SONDA COM.SERVIÇOS LTDA
003- SECADOR ROTATIVO.	470,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
004- TURBINA CENTRíFUGA.	470,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
005- MÁQUINA DE LAVAR.	380,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
006- MÁQUINA DE LAVAR.	180,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
007- SECADORA.	330,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
008- CALANDRA.	120,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
009- MÁQUINA DE LAVAR.	320,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
010- FREEZER HORIZONTAL.	94,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
011- FREEZER HORIZONTAL.	122,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
012- REFRIGERADOR SEMI-IND.	164,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
013- REFRIGERADOR.	103,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
014- REFRIGERADOR.	129,00	REALMAK ASSIST.TECNICA LTDA
015- REFRIGERADOR.	75,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
016- REFRIGERADOR.	31,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
017- FOGAO IND.C/6 BOCAS.	58,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
018- FOGAO DOME.C/4 BOCAS.	66,50	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
019- FOGAO DOME.C/4 BOCAS.	112,50	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
020- FOGAO SEMI-IND.C/4 BOCAS.	120,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
021- FOGAO IND.C/6 BOCAS.	63,60	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA
022- FORRAÇAO/CALANDRA.	350,00	PLANORTE ELETRO PEÇAS LTDA

Brasília, 02 de dezembro de 1996

TOMADA DE PREÇOS Nº 24/96

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise das propostas das firmas Habilitadas e usando oscritérios preestabelecidos no Edital, a Comissão decidiu: DESCLASSIFICAR os Itens: 03 e 04 da proposta da firma CASA OLÍMPICA ART. DESPORTIVOS LTDA; os Itens: 17, 21 e 444 da proposta da firma NANA´S REPRES. COMERCIAIS LTDA; o Item 04 das propostas das firmas PAMPAS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA e LOGOS MATERIAL P/ESCRITÓRIO LTDA e o Item 24 da proposta da firma BAHIA TECIDOS COM. IMP. E EXP. LTDA (TODAS por descumprirem a Alinea "d" do Anexo do Edital), e o Item 16 da proposta da firma BAHIA TECIDOS COM. IMP. E EXP. LTDA(por especificação incorreta) e declarar vencedoras as firmas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	FIRMA VENCEDORA
001-	AVENTAL NAPA P/COZINHEIRO	2,80	CONFC.METRO LTDA
002-	BERMUDA/BRIM C/ELASTICO	4,39	SÃO PAULO MAT.LTDA
003-	BERMUDA JEANS AZUL	7,84	ARTEVESTE CONFC.LTDA
005-	BERMUDA INFANTIL/MALHA	1,50	SÃO PAULO MAT.LTDA
006-	BERMUDA/MOLETON.	2,99	SÃO PAULO MAT.LTDA
007-	BLUSA/FRIO INFANTIL/MOLETON.	6,20	CASA OLÍMPICA LTDA
008-	BOTA EMBORRACHADA/VULC./CANO LONGO.	13,80	CASA OLÍMPICA LTDA
009-	CALÇA ENXUTA.	1,99	BAHIA TECIDOS LTDA
010-	CALÇA EM MOLETON.	8,13	LOGOS MAT. LTDA
011-	CALÇA JEANS AZUL	10,45	PROROUPAS CONFC.LTDA
012-	CALÇINHA ADULTO/MALHA.	0,95	LOGOS MAT. LTDA
013-	CALÇINHA INFANTIL/MALHA.	0,64	SÃO PAULO MAT.LTDA
014-	CAMISETA INF/MALHA/GL.RDNDA/MNGS CRTA.	1,75	SÃO PAULO MAT.LTDA
015-	CAMISETA INF/MALHA/GL.RDNDA/S/MNGA.	1,33	SÃO PAULO MAT.LTDA
016-	CAMISETA INF/MALHA/GL.RDNDA/MNGA.CRTAS.	2,90	NANA´S REPRES.LTDA
017-	CAMISETA INF/MALHA/GL.RDNDA/MNGA LNGS.	3,35	LOGOS MAT. LTDA
018-	CAMISETA/MALHA/GL.RDNDA/MNG CRTA.	2,37	SÃO PAULO MAT.LTDA
019-	CAMISETA/MALHA/GL.RDNDA/MNG CRTA.	2,37	SÃO PAULO MAT.LTDA
020-	CAMISETA/MALHA/GL.RDNDA/MNG CRTA.	2,37	SÃO PAULO MAT.LTDA
021-	CAMISETA CAVADA/ALGODAO.TAM ADULTO	3,49	LOGOS MAT. LTDA
022-	CAMISOLA INF.MALHA ESTAMPADA.	6,25	LOGOS MAT. LTDA
023-	CAPA DE CHUVA INFANTIL	7,50	PAMPAS COM.DIST.LTDA
024-	CJ./MOLETON INFANTIL LISO.	10,99	SÃO PAULO MAT.LTDA
025-	CJ./MOLETON LISO	17,90	SÃO PAULO MAT.LTDA
026-	CUECA TADULTO EM MALHA.	0,95	LOGOS MAT. LTDA
027-	CUECA INFANTIL/ALGODAO.	0,66	SÃO PAULO MAT. LTDA
028-	CUECA 100% MALHA.	0,66	SÃO PAULO MAT.LTDA
029-	CULOTE SEM PE	1,19	SÃO PAULO MAT.LTDA
030-	FRALDA EM TECIDO DUPLO	5,80	PROROUPAS CONFC.LTDA
031-	GORRO/BRIM	2,50	CONFEC.METRO LTDA
032-	JALECO/BRIM	8,80	CONFEC.METRO LTDA
033-	MACACAO CURTO/MALHA.P/BEBE.	5,18	LOGOS MAT. LTDA
034-	MACACAO LONGO/MALHA P/BEBE	5,75	LOGOS MAT. LTDA
035-	MAIO ADULTO EM LYCRA	10,90	SÃO PAULO MAT.LTDA
036-	MAIO INFANTIL EM LYCRA	10,90	SÃO PAULO MAT.LTDA
037-	MEIA ADULTO TIPO SOQUETE	2,50	PAMPAS COM. REP.LTDA
038-	MEIA INF.TIPO SOQUETE	0,79	SÃO PAULO MAT.LTDA
039-	PIJAMA CURTO/MALHA/ADULTO	8,80	LOGOS MAT. LTDA
040-	PIJAMA INF./MALHA ESTAMPADA.	4,80	LOGOS MAT. LTDA
041-	SANDALIA EMBORRA/DEDO C/TIRAS/TECIDO.	2,99	NANA´S REPRES. LTDA
042-	SANDALIA EMBORRA/DEDO C/ELAS.TIRAS/TEC.	2,99	NANA´S REPRES. LTDA
043-	SANDALIA EMBORRACHADA/DEDO.	2,19	SÃO PAULO MAT.LTDA
044-	SANDALIA EMBORRACHADA SEM DEDO.	3,75	CASA OLÍMPICA LTDA
045-	SHORT/ADULTO/BRIM.	3,74	SÃO PAULO MAT.LTDA
046-	SHORT INFANTIL EM BRIM.	3,10	SÃO PAULO MAT.LTDA
047-	SHORT INFANTIL EM MALHA.	0,99	SÃO PAULO MAT.LTDA
048-	SHORT INFANTIL EM NYLON.	2,55	SÃO PAULO MAT.LTDA
049-	SOUTIENS EM LYCRA.	2,39	SÃO APULO MAT.LTDA
050-	SUNGA INFANTIL/LYCRA.	6,60	PROROUPAS CONFEC.LTDA
051-	TENIS REVESTIDO EM COURO.	12,10	NILTON EQUIP. LTDA
052-	TENIS REVESTIDO EM LONA.	7,69	SÃO APULO MAT.LTDA

Brasília, 29 de novembro de 1996

TOMADA DE PREÇOS Nº 25/96

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise da propostas das firmas Habilitadas e usando os critérios preestabelecidos no Edital, a Comissão decidiu: DESCLASSIFICAR: os Itens 04 e 15 (pelo descumprimento do Item 7.7 Alinea "B" do Edital) e o Item 24 (por especificação incorreta) todos da proposta da firma SUPREMA COM. E REP. LTDA e o Item 24 da proposta da firma CONTINENTAL COM. E REP. LTDA (por especificação incorreta) e declarar vencedora as seguintes firmas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	FIRMA VENCEDORA
001-	APARELHO CELULAR C/KIT COMPLETO.	580,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
002-	APARELHO P/LEITURA/M-FICHAS	750,00	ELOPACK COM.REP.LTDA
003-	BATERIA DE 950 mAh	99,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
005-	CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL.	1.490,00	ELOPACK COM.REP.LTDA
006-	CARREGADOR/MESA P/BATERIA.	96,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
007-	CENTRAL TELEFONICA 3/8.	2.985,00	A TELECOM TELEINF.LTDA
008-	CENTRAL TELEFONICA 3/12	4.790,00	A TELECOM TELEINF.LTDA
009-	ESTAÇAO BASE.	1.560,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
010-	ESTAÇAO MOVEL.	770,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
013-	MICROFONE DE LAPELA	134,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
017-	SUPORTE TV E VIDEO.	32,48	CONTINENTAL COM.LTDA
018-	TELA P/PROJEÇAO.	185,00	CONTINENTAL COM.LTDA
019-	TELEVISOR CORES 20"/CR.	441,85	CONTINENTAL COM.LTDA
020-	TELEVISOR CORES 29"/CR.	1.108,00	CONTINENTAL COM.LTDA
021-	TORRE TELESCOPICA/18 M.	2.890,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA
022-	TRANSCEPTOR PORTATEIS.	690,00	HF EQUIP.TELEC.LTDA

Brasília, 2 de dezembro de 1996
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
Presidente da CPL





SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

AVISOS DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 102/96

Execução de obras de adaptação e reforma da escola classe do torto, na fazenda modelo 01 - Granja do Torto - Brasília - DF., sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global.
NOVA DATA E HORÁRIO: 18.12..96 - ÀS 09:00h.

Chamamos a atenção das empresas para a licitação acima, que a NOVACAP fará realizar na nova data e horário indicado, na Sala de Licitação da ASCAL/PRES., Situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" - Conjunto Sede da Companhia - em Brasília-DF. Tendo em vista alterações ocorridas um novo Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço citado.

TOMADA DE PREÇOS Nº 124/96

Execução de obras de reforma do Centro de Saúde nº 11 da Asa Norte, na SGAN 905 módulo "D" - Brasília - DF., sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global.
DATA E HORÁRIO: 18.12..96 - ÀS 09:00h.

TOMADA DE PREÇOS Nº 125/96

Execução de obras de Construção de um Centro Educacional com 18 salas de aula, na CA 02 Lote 14 SHIN Lago Norte - DF., sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global.
DATA E HORÁRIO: 18.12.96 - ÀS 14:30h.

Chamamos a atenção das empresas para nas licitações acima, que a NOVACAP fará realizar nas datas e horários indicados, na Sala de Licitação da ASCAL/PRES., Situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" - Conjunto Sede da Companhia - em Brasília-DF. Os Editais e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço citado.

Brasília-DF., 2 de dezembro de 1996
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assesor de Cadastro

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº . 11/96

O Presidente da Companhia Energética de Brasília-CEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante nos Editais nº-165/94-IDR, publicado no DODF de 21/10/94, n.º 019/95-IDR, publicado no DODF de 02/02/95 e n.º 125/95-IDR, publicado no DODF de 24/07/95, comunica que:
Fica convocado para exames pré-admissionais (psicológico e médico), para o emprego de **ADVOGADO** da Companhia Energética de Brasília-CEB, no período de 04 a 10/12/96, das 8h30m às 12h e das 14h30m às 17h, no SGAS Quadra 904, Conjunto A, Bloco E, Sala 05, o seguinte candidato:
- SANDRA LÚCIA GUERREIRO DA SILVA DE ARAÚJO
Caso o candidato convocado não compareça à CEB, no período acima estabelecido, estará eliminado do certame.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
JOSÉ CARLOS VIDAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB, por meio da Gerência de Contratação de Serviços da Superintendência de Suprimentos, torna pública que o Diretor de Gestão FRANCISCO IVALDO ANDRADE FROTA, reconheceu a contratação por inexigibilidade de licitação do ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PINHEIRO NETO - ADVOGADOS, conforme processo nº 093.001.711/96-CEB; Valor da contratação: R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Fundamentação legal: *caput* do Art. 25, c/c o inciso II, combinando, ainda, com os incisos II e III do artigo 13 da Lei nº 8.666/93.

Brasília, 2 de dezembro de 1996
FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR
p/Gerência de Contratação de Serviços

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS DE MATERIAL Nº 90/96

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", sala 23, Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público o resultado final do procedimento licitatório da TPM Nº 090/96 onde sagraram-se, vencedoras as empresas : AMP DO BRASIL CONET. ELET. ELETRONICOS LTDA, WORK ELETRO SISTEMAS IND. COM. REP. LTDA, FRAMATOME CONECTORES DO BRASIL LTDA; TPM-094/96, onde sagrou-se vencedora a empresa : TRAFO EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A; CONC. 004/96 - SIEMENS S/A estando os processos à disposição dos interessados para vistas na Comissão de Licitação de Materiais - CLM, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Demais informações através dos telefones: 325.2958 e 325.2969.

Brasília-DF, 2 de dezembro de 1996
ELMA MEDEIROS PALMEIRA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO nº 3872. Ass: 02.12.96. - Processo: 092.003811/96 - PARTES: CAESB X BRASAL BRASÍLIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S/A. Tomada de Preços TP nº 073/96-CAESB. OBJETO: fornecimento de peças e acessórios genuinamente originais, para veículos da linha volkswagen, com desconto de 16,5% (dezesseis vírgula cinco por cento) sobre a tabela oficial de preços da fabricante/montadora volkswagen do Brasil Ltda, referente ao Lote 01, do Anexo I do Edital. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Código 12.302.202.202-9. VALOR : R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). PRAZO: até 31/12/96, iniciando a partir da data de emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/96. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ BRASAL S/A: Antonio Luiz dos Reis.

CONTRATO nº 3873. Ass: 02.12.96. - Processo: 092.003811/96 - PARTES: CAESB X BARROS AUTOPEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Tomada de Preços TP nº 073/96-CAESB. OBJETO: fornecimento de peças e acessórios para caminhões da linha Mercedes-Benz, com desconto de 46% (quarenta e seis por cento), sobre a tabela oficial de preços do fabricante/montadora, referente ao lote 03, do Anexo I do Edital. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Código 12.302.202.202-9. VALOR : R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). PRAZO: até 31/12/96, iniciando a partir da data de emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/96. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ BARROS AUTOPEÇAS LTDA: Luiz Carlos Soares Barros.

CONTRATO nº 3874. Ass: 02.12.96. - Processo: 092.004667/96 - PARTES: CAESB X JV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Convite CVO nº 274/96-CAESB. OBJETO: fornecimento de 07 (sete) medidores de vazão de água, tipo "WOLTMAN WS_P", em ferro fundido, cuja identificação completa consta, respectivamente, dos itens 1 e 2, da proposta da firma adjudicada, à fl. 43. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB-FRINAE-HIDRO. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Código Orçamentário nº 22.401.301.020-4. VALOR : R$ 4.865,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais). PRAZO: contado a partir da data de emissão da ordem de entrega, expirar-se-á em 31/12/96. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/96. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ JV COMÉRCIO LTDA: José Fernandes Campos Macedo.

CONTRATO nº 3875. Ass: 02.12.96. - Processo: 092.004895/96 - PARTES: CAESB X WALLACE & TIERNAN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Convite CVO nº 276/96-CAESB. OBJETO: fornecimento de 06 (seis) bombas dosadoras de Hipoclorito de Sódio, para instalação em UTS e Poços Tubulares Profundos nas Comunidades Rurais. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0447.5060.0001 - Ampliação e Melhoramento dos Sistemas Distribuidores Código 22.401.201.030-8. VALOR : R$ 5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta reais). PRAZO: 10 (dez) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/96. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ WALLACE LTDA: Jurandir Sandy Bittencourt.

CONTRATO nº 3876. Ass: 29.11.96. - Processo: 092.005763/96 - PARTES: CAESB X TFE INFORMÁTICA LTDA. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: fornecimento de 01 (um) Software Estatístico SPSS FOR WINDOWS. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0449.5063.0001 - Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, Código 22.402.101.102-8. VALOR : R$ 8.710,00 (oito mil, setecentos e dez reais). PRAZO: 05 (cinco) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/96. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ TEF INFORMÁTICA LTDA: José Ricardo Ventura.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 092.006045/96. Ass.: 29/11/96. PARTES: CAESB x UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: aquisição de 1000 ml de enzima acetilcolinesterase. VALOR: R$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais). AUTORIZAÇÃO: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo . RATIFICAÇÃO: Marcos Helano Fernandes Montenegro - Presidente da CAESB.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º Aditivo ao Contrato Nº 3772. Ass: 02.12.96. Processo: 092.002458/96. PARTES: CAESB X CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA. OBJETO: altera a Cláusula Segunda (Fonte de Recursos/Dotação Orçamentária). A Cláusula Segunda Fonte de Recursos/Dotação Orçamentária inserida no Contrato, cujo objeto é o fornecimento de medidores de vazão portateis, ultrasônicos, correspondente ao item 02 do edital, passará a viger com a seguinte redação: 1.1 - Os recursos financeiros são provenientes da conta FERP/CEF/CAESB; 1.2 - As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0447.2348.0001 - Programa de Controle Operacional, código 22.401.301.020-4. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ CONAUT LTDA: Semilton Benaglia Wanderley.

1º Aditivo ao Contrato Nº 3773. Ass: 02.12.96. Processo: 092.002458/96. PARTES: CAESB X STD SISTEMAS TÉCNICOS DIGITAIS S/A. OBJETO: altera a Cláusula Segunda (Fonte de Recursos/Dotação Orçamentária). A Cláusula Segunda Fonte de Recursos/Dotação Orçamentária inserida no Contrato, cujo objeto é o fornecimento de controladores logicos programáveis com sistema de telemetria, correspondente ao item 03 do edital, passará a viger com a seguinte redação: 1.1 - Os recursos financeiros são provenientes da conta FERP/CEF/CAESB; 1.2 - As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0447.2348.0001 - Programa de Controle Operacional, código 22.401.301.020-4. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ STD S/A: Gustavo Schaneider Chagas.

2º Aditivo ao Contrato Nº 3687. Ass: 28.11.96. Processo: 092.001942/96. PARTES: CAESB X CONSTRUTORA NASH LTDA. OBJETO: altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Os prazos de execução e de vigência, ficam prorrogados por mais 90 (noventa) dias consecutivos, expirando-se em 28/02/97 e 25/04/97, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto. P/ CONSTRUTORA NASH LTDA: Albanir de Carvalho Júnior.

EXTRATO DE TRANSAÇÃO

6º Aditivo ao Termo de Transação. Ass: 28.11.96. Processo: 092.000638/85. PARTES: CAESB X CLÍNICA DE REPOUSO DO PLANALTO S/A. OBJETO: altera a Cláusula Segunda (Prazo) . O prazo para devolução do prédio, de que trata a Cláusula Segunda do Termo de Transação firmado pelas partes em 06 de maio de 1985, fica prorrogado por mais 12 meses, contado da data do último ajuste, com termo final em 27/08/97, devendo o imóvel ser impreterivelmente restituído após expirado este prazo, sob pena de caracterizar esbulho possessório, ficando o infrator sujeito às cominações legais. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ Clínica de Repouso do Planalto S/A: Francisco Alberto Sales.

EDITAL Nº 36/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 8.13 do Edital nº 160/94, publicado no DODF de 13/10/94, a CAESB convoca em última chamada para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO, os candidatos abaixo relacionados, aprovados em concurso público para o cargo de Analista de Sistemas I, convocados anteriormente através de Editais publicados no DODF (Nome, nº do Edital, data de publicação): Rodolfo Cesar Ranulfo Vaz, 006/95, 22/06/95; Paulo Torres, 1/96, 03/01/96; Geraldo Dantas da Silva, 7/96, 08/08/96; Jair Biguetti Domenegui, 15/96, 06/09/96; André Luiz Câmara D'Oliveira, 18/96, 11/10/96; Solange Aguiar Coelho, 24/96, 18/10/96 e Pedro Augusto de Menezes Pereira, 28/96, 29/11/96.
Caso os candidatos deixem de atender à presente convocação, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação deste edital, estarão automaticamente eliminados do referido concurso.
Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 327/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 327/96-CAESB, da forma que se segue: firma FACTA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, vencedora dos itens 03,04,05 e 09 , com o valor total de R$ 1.993,08; firma PRINT MINAS INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS LTDA, vencedora dos itens 01 e 02, com o valor total de R$ 137,28 ; firma OFFICE SERVICE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS PARA ESCRIT. LTDA, vencedora dos itens 08 e 10 , com o valor total de R$ 540,48; firma RIPEL COMERCIO DE PAPÉS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA, vencedora dos itens 06 e 07 , com o valor total de R$ 515,68;

Brasília, 29 de novembro de 1996.

CONVITE Nº 329/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 329/96-CAESB, da forma que se segue: firma CASA PLANETA DE BRASÍLIA MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA, vencedora dos itens 37,40 e 42, com o valor total de R$ 1.344,00; firma PROMINAS BRASIL EQUIPAMENTOS LTDA, vencedora dos itens 01,02 e 03, com o valor total de R$ 3.263,48; firma HORTÊNCIO GONDIM PANIAGO, vencedora dos itens 44,48,49 e 50 , com o valor total de R$ 188,31; firma COFERMETA S/A, vencedora dos itens 22,23,30,31,33,34 e 35, com o valor total de R$ 532,55; firma A FOSSIL TRANSPORTES LTDA, vencedora dos itens 04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,16,17,19 e 20, com o valor total de R$ 13.905,00:

Brasília, 2 de dezembro de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

COMPANHIÀ DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

CONTRATANTE: COMPANHIA DO METROPOLITANO DO, DISTRITO FEDERAL-METRÔ-DF. CONTRATADA: EMPRESA ENCONTEC - ENGENHARIA E CONSULTORIA S/C LTDA. PROCESSO Nº 097.000.451/96-METRÔ-DF - Inexigibilidade de Licitação, prevista no inciso I, artigo 25, da Lei nº 8.666/93. ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 006/96 - METRÔ-DF. OBJETO: Contrato de prestação serviços de engenharia referentes aos sistemas viário e de transporte coletivo de Brasília, relativas a simulação de redes, instalação do software, objeto do Contrato nº 004/96, e capacitação da equipe técnica do METRÔ-DF no uso do software de modelagem de transporte TRANPLAN/NIS, conforme especificado no processo supra. VALOR: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais); RECURSOS: por conta do orçamento da CONTRATANTE, publicado no DODF 03/01/96, apropriação contábil 45.90.52, fonte 000, e/ou recursos próprios. DATA DE ASSINATURA: 18.11.96. PRAZO: doze meses a partir da assinatura do contrato, conforme proposta constante no processo supra. PARTES: PELA CONTRATANTE: FERNANDO REGIS DOS REIS E NATANAEL ALVES DA SILVA FILHO. PELA CONTRATADA: DOMMINO ANTONIO MUINA RUIZ . TESTEMUNHAS: ADILMA PEREIRA DORNELAS E BRAULITA MONTEIRO DOS SANTOS FÁVERO.

CONTRATANTE: COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL-METRÔ-DF. CONTRATADA: EMPRESA ENCONTEC - ENGENHARIA E CONSULTORIA S/C LTDA. PROCESSO Nº 097.000.451/96-METRÔ-DF - Inexigibilidade de Licitação, prevista no inciso I, artigo 25, da Lei nº 8.666/93. ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 005/96 - METRÔ-DF. OBJETO: Contrato de Atualização da versão do software, objeto do Contrato nº 004/96, referente ao licenciamento do uso do software TRANPLAN/NIS, conforme especificado no processo supra, para o sistema operacional WINDOWS 3.11. VALOR: R$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais); RECURSOS: por conta do orçamento da CONTRATANTE, publicado no DODF 03/01/96, apropriação contábil 45.90.52, fonte 000, e/ou recursos próprios. DATA DE ASSINATURA: 18.11.96. PRAZO: doze meses a partir da assinatura do contrato, conforme proposta constante no processo supra. PARTES: PELA CONTRATANTE: FERNANDO REGIS DOS REIS E NATANAEL ALVES DA SILVA FILHO. PELA CONTRATADA: DOMMINO ANTONIO MUINA RUIZ . TESTEMUNHAS: ADILMA PEREIRA DORNELAS E BRAULITA MONTEIRO DOS SANTOS FÁVERO.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/96
NOS TERMOS DO PADRÃO 5/96

PROCESSO Nº 030.008675/96 - Partes DF/SA X Teleplus - Assessoria, Telecomunicações e Informática Ltda. OBJETO: O contrato nos termos do Padrão 05/96, celebrado em 14/11/96, tem por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes a manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Telefonia KS 1000, conforme especificado na proposta que passa a fazer parte integrante deste contrato como se nele transcrita estivesse.
Prazo: 13/11/98. Valor Total R$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do

Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993 de 28/12/95. Dotação Orçamentária Programa de Trabalho: 04007002120550002. Fonte de Recurso: 000. Código U.O: 14101 - Subelemento de Despesa: 349039.Nota de Empenho 96NE00336, emitida sob o evento 400091, modalidade Estimativo em 14/11/96. Fundamento Legal: Dispensa de Licitação com fulcro no inciso VII do artigo 24, c/c o art. 26 e com as demais disposições da Lei 8666 de 21.06.93. Data da assinatura: 19/11/96. Signatários pelo Distrito Federal: JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO, na qualidade de Secretário; pela Contratada: ENOCK PROFHETA DO N. FILHO, na qualidade de Sócio - proprietário. O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/96
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/96

PROCESSO Nº: 052-001.167/96 - PARTES: DISTRITO FEDERAL/POLÍCIA CIVIL x PENEDO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tomada de Preços nº 034/96-CPL/PCDF. OBJETO: Execução da obra de construção da Posto de Identificação da cidade satélite de Planaltina, de acordo com os Projetos e Caderno de Especificações e Encargos, consoante especifica o Edital de Tomada de Preços nº 034/96-CPL/PCDF (fls. 133 a 254) e a Proposta de fls. 781 a 789, que passam a integrar o presente Termo VALOR: R$ 81.663,86 (oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105, PROGRAMA DE TRABALHO: 06030002510420016. NATUREZA DA DESPESA: 45.90.51. FONTE DE RECURSO: 000. EMPENHO INICIAL: NÚMERO: 96NE01317, DATA DE EMISSÃO: 22/11/96. VALOR: R$ 81.663,86 (oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos) EVENTO: 400091. MODALIDADE: Global, PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS: Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício financeiro, de acordo com a Lei nº 993, de 28/12/96. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da expedição da Ordem de Serviço, devendo seu extrato, ser publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal", na forma da Lei 8.666/93, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 22/11/96. SIGNATÁRIOS: PELO DISTRITO FEDERAL: TEODORO RODRIGUES PEREIRA, na Qualidade de Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: MARCONDES PEREIRA LEITE, na qualidade de Diretor.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS
EDITAL Nº 53/96

Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação.
Data: 19.12.96 - Horário: 15:00 horas.
Classe: 9734.
Local: Setor de Areas Isoladas Sul - SAIS, DAL/PMDF, Anexo do QCG, sala nº 14.
Informações e cópias do edital, diariamente das 14 às 18 horas nos dias úteis, no endereço acima mencionado.
Publique-se.

Brasília-DF, 2 de dezembro de 1996

EDSON SOARES DE LIMA - MAJOR QOPM
Presidente da CPL

DIRETORIA DE PESSOAL

EDITAL Nº 181, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 02-DP/PMDF-95, publicado no DODF nº 240 de 14 DEZ 95, RESOLVE:

1) Tornar público que o candidato Marco André Vernile dos Santos, insc. 07586, clas. 1488º lugar, realizou o Teste de Aptidão Física tendo, sido considerado Apto;

2) Convocar o mesmo para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste, entregar na Junta Ordinária de Inspeção de Saúde/PMDF, os exame médicos previstos no subitem 6.3 do edital normativo do concurso.

FERNANDO JOSÉ DE QUEIROZ - TEN CEL QOPM
Interino

EDITAL Nº 182, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 02-DP/PMDF-95, publicado no DODF nº 240 de 14 DEZ 95, RESOLVE:

1) Tornar público que o candidato Moises Xavier de Lima, insc. 09284, clas. 822º lugar, realizou o Teste de Aptidão Física, tendo sido considerado Apto;

2) Convocar o mesmo para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste, entregar na Junta Ordinária de Inspeção de Saúde/PMDF, os exame médicos previstos no subitem 6.3 do edital normativo do concurso, em cumprimento a determinação judicial expedida pelo Exmo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

FERNANDO JOSÉ DE QUEIROZ - TEN CEL QOPM
Interino

SECRETARIA DE TRABALHO

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

PROCESSO Nº 056.000.256/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e o senhor OLÁVIO ROSA DE MELO - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 041/96 - DATA DA ASSINATURA: 23.10.96 - VIGÊNCIA : até 31.12.96 - VALOR DO CONTRATO: R$ 4.056,00(Quatro mil e cinquênta e seis Reais.). - OBJETO: Prestação de serviço sem vínculo empregatício, como instrutor de curso de marceneiro. - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349036 - FONTE DE RECURSO: 061001485 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (5) Global - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00453, emitida em 23.10.96.

PROCESSO Nº 056.000.269/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e o senhor FRANCISCO DE ASSIS MOREIRA - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 058/96 - DATA DA ASSINATURA: 25.11.96 - VIGÊNCIA : até 28.02.97 - VALOR DO CONTRATO: R$ 4.065,60(Quatro mil sessenta e cinco Reais e sessenta centavos.). - OBJETO: Prestação de serviço sem vínculo empregatício, como instrutor de curso de pintor de veículos. - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349036 - FONTE DE RECURSO: 061001485 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (5) Global - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00561, emitida em 25.11.96.

PROCESSO Nº 056.000.270/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e o senhor EDSON SALES DE MOURA - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 056/96 - DATA DA ASSINATURA: 12.11.96 - VIGÊNCIA : até 28.02.97 - VALOR DO CONTRATO: R$ 3.640,00 (Três mil seiscentos e quarenta Reais). - OBJETO: Prestação de serviço sem vínculo empregatício, como instrutor de curso de estofador de móveis. - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349036 - FONTE DE RECURSO: 061001485 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (5) Global - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00521, emitida em 12.11.96.

PROCESSO Nº 056.000.268/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e o senhor PEDRO CARNEIRO DA FROTA JÚNIOR - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 057/96 - DATA DA ASSINATURA: 25.11.96 - VIGÊNCIA : até 28.02.97 - VALOR DO CONTRATO: R$ 5.769,60 (Cinco mil setecentos e sessenta e nove Reais e sessenta centavos). - OBJETO: Prestação de serviço sem vínculo empregatício, como instrutor de curso de lanterneiro - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349036 - FONTE DE RECURSO: 061001485 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (5) Global - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00563, emitida em 25.11.96.

PROCESSO Nº 056.000.202/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e a empresa BAMERINDUS CIA DE SEGUROS - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 037/96 - DATA DA ASSINATURA: 12.11.96 - VIGÊNCIA : (01) um ano - VALOR DO CONTRATO: R$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos Reais). - OBJETO: Contratação de serviço de seguro de acidentes pessoais coletivo para os detentos assistidos pela FUNAP, participantes de programas de trabalho e qualificação profissional - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349039 - FONTE DE RECURSO: 050000000 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (3) Estimativo - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00520, empenho inicial, no valor de R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos Reais), emitida em 12.11.96.

PROCESSO Nº 056.000.260/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e o senhor MILTON GONÇALVES DOS SANTOS - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 046/96 - DATA DA ASSINATURA: 23.10.96 - VIGÊNCIA : até 31.12.96 - VALOR DO CONTRATO: R$ 3.840,00 (Três mil oitocentos e quarenta reais). - OBJETO: Prestação de serviço sem vínculo empregatício, como instrutor de curso de pintor de obras. - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349036 - FONTE DE RECURSO: 061001485 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (5) Global - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00451, emitida em 23.10.96.

PROCESSO Nº 056.000.257/96 - PARTES: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL e o senhor LEONARDO GONÇALVES DA SILVA - MODALIDADE DA LICITAÇÃO: convite nº 042/96 - DATA DA ASSINATURA: 23.10.96 - VIGÊNCIA : até 31.11.96 - VALOR DO CONTRATO: R$ 1.445,00 (Um mil quatrocentos e quarenta e cinco Reais). - OBJETO: Prestação de serviço sem vínculo empregatício, como instrutor de curso de impressor serigrafo. - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24202 - PROGRAMA DE TRABALHO: 15081048622020001 - NATUREZA DA DESPESA: 349036 - FONTE DE RECURSO: 061001485 - EVENTO: 400091 - MODALIDADE: (5) Global - NOTA DE EMPENHO nº 96NE00452, emitida em 23.10.96.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RELAÇÃO DE SERVIÇOS
NOVEMBRO/96

O servico de Orcamento e Financas da Secretaria de Comunicacao Social, em cumprimento ao disposto no Art. 1o da Lei no 938/95, torna público a relação de compras e serviços efetuados no mês de Novembro de 1996.

NE	BENS E OU SERVIÇOS	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR
291	Contr.Publicidade	Variável	500.000,00	PROPEG BRASIL PROP.LTDA

O SERVIÇO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Audiência Pública

A Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Distrito Federal convida a todos os interessados para a Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental/EPIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental/RIMA para a Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal.
Data da Realização: 16 de janeiro de 1997.

Horário: 14:30 horas
Local: Auditório dos Pioneiros da Administração Regional de Taguatinga/Praça do Relógio.
Informa, ainda, que o EPIA/RIMA está a disposição do público para consulta até a data de realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SRTVS Quadra 701 Lote 01 Bloco "A" - Ed. Assis Chateubriand 7º andar (sala 736 - Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

Brasília, 28 de novembro de 1996.
FRANCISCO DANTAS
Secretário

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DO CENTRO DE ENSINO GESNER TEIXEIRA

EXTRATO DO ESTATUTO

A Associação de Servidores, Pais, Alunos e Mestres do Centro de Ensino Gesner Teixeira, do Gama, sede à Rua das Dálias Lotes 2 e 6 DVO. Foro: Brasília-DF Entidade Civil sem caráter lucrativo. Duração: tempo indeterminado. Objetivo: integrar a Comunidade, o Poder Público, a escola e a família. Composição da diretoria: Supervisor Geral, Presidente, Vice-Presidente, Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dissolução: Por decisão de 2/3 dos associados, em Assembléia Geral. Patrimônio: Doados a outra entidade com as mesmas finalidades e características. Alteração do estatuto: Por maioria de 2/3 dos votos em Assembléia Geral. CARLOS ANTÔNIO MATIAS GOMES - Presidente.

(DAR - R$ 28,08)

ASSAT - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o Estatuto da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO DO DF convocamos todos os associados quites com as suas obrigações sociais para uma ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA a realizar-se dia 06/12/96 sexta-feira às 18:30 H em primeira chamada com 2/3 (dois terços) de associados , em segunda chamada às 19:00 H com qualquer número de associados presentes , na sede do SINDIFICO-SCS QUADRA 07 BLOCO A 13º. ANDAR SALA 1311 ED. EXECUTIVE TOWER.Para a seguinte ordem do dia :A) Alteração do Estatuto,B) Levantamento Administrativo , Econômico/Financeiro da ASSAT,C) Estipular valor da Taxa de Anuidade e de Sócio,D) Planos da Diretoria para o ano de 1997 .**PRESIDENTE ASSAT.**

(DAR R$ 28,08)

KORINCOOP - COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NATURAL MESSIÂNICO

CGC 01.520.882/0001-89
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Ao primeiro dia do mês de setembro de 1996, às 09:00 horas, na SCLRN 711, Bloco F, Loja 4 - Parte, Distrito Federal, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas: Júlio Barbieri Júnior, brasileiro, casado, missionário, carteira de identidade de nº 2605754, expedida pelo IFP/RJ, CIC nº 235.978.797-72, residente e domiciliado na SQN 316, Bloco A, aptº 501, Brasília, DF; Luiz Paulo Budel Vasconcellos, brasileiro, casado, missionário, carteira de identidade nº 17.824.574, expedida pela SSP/SP, CIC nº 335.814.600-68, residente e domiciliado na SQN 115, Bloco G, aptº 106, Brasília, DF; João Aníbal Lopes de Almeida, português, casado, missionário, carteira de identidade nº W402139-8 de estrangeiro, CIC nº 425.325.907-34, residente e domiciliado na SQN 315, Bloco J, aptº 507, Brasília, DF; Nélio de Oliveira Seixas, brasileiro, casado, missionário, carteira de identidade nº 14599276, expedida pela SSP/SP, CIC nº 003.972.008-03, residente e domiciliado na SQN 316, Bloco C, aptº 605, Brasília, DF; Marcelo Costa Silva, brasileiro, solteiro, técnico em agro-pecuária, carteira de identidade nº 1009179, expedida pela SSP/DF, CIC nº 372.805.891-20, residente e domiciliado na SCLRN 711, Bloco F, entrada 6, aptº 101, Brasília, DF; Sandro Silva Almeida, brasileiro, solteiro, técnico em agro-pecuária, carteira de identidade nº 2204918, expedida pela SSP/GO, CIC nº 527028801-00, residente e domiciliado na SCLRN 711, Bloco F, entrada 6, aptº 101, Brasília, DF; Rosalino José Galli, brasileiro, casado, economista, carteira de identidade nº 2648118, expedida pela IFP/RJ, CIC nº 011.123.687-87, residente e domiciliado na SHIS, QL 6, conjunto 7, casa 15, Brasília, DF; Oswaldo Pinto Osorio Filho, brasileiro, casado, contador, carteira de identidade nº 29.494, expedida pelo CRC/RJ-T-DF, CIC nº 332.070.547-49, residente e domiciliado na SQN 415, Bloco K, aptº 106, Brasília, DF; João Alberto Palau, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, carteira de identidade nº 7026709861, expedida pela SSP/RS, CIC nº 102.420.900-87, residente e domiciliado na SQN 316, Bloco B, aptº 305, Brasília, DF; Sergio Ferreira dos Santos, brasileiro, casado, arquiteto, carteira de identidade nº 1167181, expedida pela SSP/DF, CIC nº 403.556.326-91, residente e domiciliado na SQN 215, Bloco F, aptº 615, Brasília, DF; José Rogaciário dos Santos, brasileiro, casado, administrador, carteira de identidade nº 751989, expedida pela SSP/DF, CIC nº 004.154.725-04, residente e domiciliado na SQN 111, Bloco I, aptº 105, Brasília, DF; Paulo Afonso Castro Alves Jacobson, brasileiro, casado, advogado, carteira de identidade nº 357430, expedida pela OAB/RJ, CIC nº 026.277.527-15, residente e domiciliado na SQN 315, Bloco B, aptº 103, Brasília, DF; Maria Inês Militão Rufino, brasileira, divorciada, analista de sistema, carteira de identidade nº 2370304-4, expedida pela IFP/RJ, CIC nº 128.607.357-04, residente e domiciliada na SQN 314, Bloco E, aptº 203, Brasília, DF; Verinaldo da Silva Sousa brasileiro, solteiro, técnico em agro-pecuária, carteira de identidade nº 1.466.790, expedida pela SSP/PI, CIC nº 689.551.463-53, residente e domiciliado na SCLRN 711, Bloco F, entrada 6, aptº 101, Brasília, DF; Maria de Lourdes Gurgel de Araujo, brasileira, divorciada, advogada, carteira de identidade nº 8831, expedida pela OAB/DF, CIC nº 006.980.082-00, residente e domiciliada na SQN 206, Bloco D, aptº 104, Brasília, DF; Shigueo Doi, brasileiro, viúvo, engenheiro florestal, carteira de identidade nº 408354, expedida pela SSP/PR, CIC nº 012.168.563-20, residente e domiciliado na SQN 307, Bloco I, aptº 211, Brasília, DF; André de Almeida Gomes, brasileiro, solteiro, técnico em vendas, carteira de identidade nº 1259980, expedida pela SSP/DF, CIC nº 648.028.091-15, residente e domiciliado na SCLRN 711, Bloco F, entrada 6, aptº 101, Brasília, DF; Cidclei Rodrigues dos Santos, brasileiro, solteiro, técnico em contabilidade, carteira de identidade nº 1271115, expedida pela SSP/DF, CIC nº 602.419.261-49, residente e domiciliado na SCLRN 711, Bloco F, entrada 6, aptº 101, Brasília, DF; Ueslei dos Santos, brasileiro, solteiro, técnico em agro-pecuária, carteira de identidade nº 1218006, expedida pela SSP/DF, CIC nº 505.833.361-91, residente e domiciliado na CLN 315, Bloco D, entrada 52, aptº 215, Brasília, DF; Jorge Jovanelli de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, carteira de identidade nº 2997764-2, expedida pela IFP/RJ, CIC nº 329.717.707-10, residente e domiciliado na SQS 405, Bloco I, aptº 208, Brasília, DF; Jorge Henrique Ferraz de Souza Junior, brasileiro, solteiro, comerciário, carteira de identidade nº 1597918, expedida pela SSP/DF, CIC nº 029.430.307-32, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco F, aptº 213, Brasília, DF; Otávio Conde Teixeira, brasileiro, solteiro, programador, carteira de identidade nº 521521, expedida pela SSP/DF, CIC nº 410.282.601-72, residente e domiciliado na QSD 53, casa 11, Taguatinga, DF; Karla Fonseca Loureiro, Brasileira, solteira, comerciária, carteira de identidade nº 827107, expedida pela SSP/DF, CIC nº 462.584.931-49, residente e domiciliada na SQN 216, Bloco J, aptº 214, Brasília, DF; Denise Maria de Franco Souza, brasileira, solteira, administradora, carteira de identidade nº 1032585, expedida pela SSP/DF, CIC nº 539.388.791-49, residente e domiciliada na SQN 105, Bloco J, aptº 204, Brasília, DF; Fábio Luiz da Silva, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, carteira de identidade nº 9578783, expedida pela SSP/DF, CIC nº 005.107.408-71, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco F, aptº 211, Brasília, DF. Todos os cooperados acima subscreveram 400 (quatrocentas) cotas-parte e integralizaram, neste ato, em moeda corrente do país 40 (quarenta) cotas-parte, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 40,00 (quarenta reais), ficando a integralizar, cada cooperado, no período de 10 (dez) meses 360 (trezentas e sessenta) cotas-parte, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais). O capital social total subscrito é representado por 10.000 (dez mil) cotas-parte, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais). Foi aclamado para coordenar os trabalhos o Senhor Luiz Paulo Budel Vasconcellos que convidou a mim Oswaldo Pinto Osorio Filho, para lavrar a presente Ata, tendo participado ainda da Mesa as seguintes pessoas: Júlio Barbieri Junior, João Aníbal Lopes de Almeida, Nélio de Oliveira Seixas, Shigueo Doi e Marcelo Costa Silva. Assumindo a direção dos trabalhos, o Senhor Coordenador solicitou fosse lido, explicado e debatido o projeto de Estatuto da sociedade, anteriormente elaborado, o que foi feito por artigo. O Estatuto foi aprovado pelo voto dos cooperados fundadores, cujos nomes estão devidamente consignados nesta Ata. A seguir, o Senhor Coordenador determinou que se procedesse à eleição dos membros dos órgãos sociais, conforme dispõe o Estatuto recém-aprovado. Procedida a votação, foram eleitos para comporem o CONSELHO DIRETOR, os seguintes cooperados: PRESIDENTE, Júlio Barbieri Junior; DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Luiz Paulo Budel Vasconcellos; DIRETOR COMERCIAL, João Aníbal Lopes de Almeida; DIRETOR DE COMUNICAÇÃO, Nélio de Oliveira Seixas; para membros do CONSELHO FISCAL, os Senhores Shigueo Doi e Oswaldo Pinto Osorio Filho e José Rogaciário dos Santos, e para seus suplentes, os cooperados Rosalino José Galli, Jorge Jovanelli de Oliveira e Maria de Lourdes Gurgel de Araújo todos já devidamente qualificados nesta Ata. Prosseguindo, todos foram empossados nos seus cargos. Os cooperados eleitos para o Conselho Diretor e para o Conselho Fiscal declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedí-los de exercer atividades mercantis. O Presidente do Conselho Diretor Júlio Barbieri Junior, assumindo a direção dos trabalhos, agradeceu a colaboração do seu antecessor nesta tarefa e declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro, a COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NATURAL MESSIÂNICO-KORINCOOP, com sede na SCLRN 711, Bloco F, Loja 4, Distrito Federal, que tem por objetivo: a produção, comercialização e desenvolvimento agro-pecuário, através de técnicas e métodos naturais e ecológicos para preservação da natureza e da saúde do ser humano. Pedindo a palavra, o Senhor Presidente indicou o cooperado e técnico em agro-pecuária Senhor Marcelo Costa Silva para ser o coordenador e responsável por toda a área técnica da Cooperativa assessorando diretamente o CONSELHO DIRETOR, o que foi aceito por todos os presentes. Como nada mais houvesse a ser tratado, o Senhor Presidente da sociedade Júlio Barbieri Junior deu por encerrados os trabalhos e eu, Oswaldo Pinto Osório Filho que servi de Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os cooperados fundadores, como prova a livre vontade de cada um de organizar a Cooperativa. Brasília, DF, 01 de setembro de 1996. Júlio Barbieri Junior, Luiz Paulo Budel Vasconcellos, João Aníbal Lopes de Almeida, Nélio de Oliveira Seixas, Marcelo Costa Silva, Sandro Silva Almeida, Rosalino José Galli, Oswaldo Pinto Osorio Filho, João Alberto Palau, Sérgio Ferreira dos Santos, José Rogaciário dos Santos, Paulo Afonso Castro A. Jacobson, Maria Inês Militão Rufino, Verinaldo da Silva Sousa, Maria de Lourdes G. de Araujo, Shigueo Doi, André de Almeida Gomes, Cidclei Rodrigues dos Santos, Ueslei dos Santos, Jorge Jovanelli de Oliveira, Jorge Henrique F. de Souza Junior, Octávio Conde Teixeira, Karla Fonseca Loureiro, Denise Maria de Franco Souza, Fábio Luiz da Silva. Declaramos ser este documento cópia fiel da ata de constituição lavrada no livro próprio. Brasília, DF, 01 de setembro de 1996. JÚLIO BARBIERI JUNIOR - Presidente da Assembléia. OSWALDO PINTO OSORIO FILHO - Secretário da Assembléia. Junta Comercial do Distrito Federal - Certifico o registro em 08.11.96 sob o nº 53400003574 - Protocolo: 960452869. Antonio Celson Guimarães Mendes - Secretário Geral.

EXTRATO - ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NATURAL MESSIÂNICO - KORINCOOP - APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1996.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FÓRO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL - ARTIGO 1º - A COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NATURAL MESSIÂNICO - KORINCOOP, constituída no dia 01.09.1996, rege-se pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este Estatuto, tendo: a) sede e administração na cidade de Brasília, Distrito Federal à SCLRN 711, Bloco F, Loja 4 - Parte; b) o foro será na comarca da cidade de Brasília, DF; c) área de atuação, para efeito de admissão de cooperados, circunscrita ao Distrito Federal e Área do Entorno; d) prazo de duração indeterminado e o ano social coincidindo com o ano civil. CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS SOCIAIS - ARTIGO 2º - A Cooperativa tem por objetivos a produção, comercialização e desenvolvimento Agro-pecuário, através de técnicas e métodos naturais e ecológicos para a preservação da natureza e da saúde do ser humano. CAPÍTULO III - DOS COOPERADOS - ARTIGO 3º - O ingresso na Cooperativa é livre a todas as pessoas que desejarem utilizar seus serviços, desde que aceitem os propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas neste estatuto, ressalvada quando da impossibilidade técnica de seus serviços. ARTIGO 4º - O número de cooperados é ilimitado, não podendo, entretanto, ser inferior ao mínimo legal de 20 (vinte) pessoas físicas. ARTIGO 5º - Cumprido o que dispõe o artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes de lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa. ARTIGO 6º - O cooperado tem direito a participar de todas as atividades que constituem objeto da Cooperativa, operando em todos os sefores. ARTIGO 7º - O cooperado se obriga a subscrever e integralizar cotas-parte de capital, prestar à Cooperativa os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre suas necessidades de abastecimento e serviços, cumprir disposições da lei, do Estatuto, deliberações tomadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho Diretor, zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa, e pagar sua parte nas perdas apuradas em balanço. ARTIGO 8º - O cooperado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o valor limite das cotas-parte de capital que subscreveu. ARTIGO 9º - As obrigações do cooperado falecido, contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão. ARTIGO 10 - O cooperado não tem vínculo empregatício com a Cooperativa. ARTIGO 11 - Além dos motivos de direito, o Conselho Diretor é obrigado a eliminar, assegurado o direito de defesa, o cooperado que venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com seus objetivos, deixe reiteradamente de cumprir disposições da lei, do Estatuto, da Assembléia Geral, ou as que sejam legalmente tomadas pelo Conselho Diretor, deixe de operar com a Cooperativa por um período superior a seis meses, sem autorização do Conselho Diretor. ARTIGO 12 - A eliminação decidida pelo Conselho Diretor e os motivos que a determinaram deverão constar do termo no livro de matrícula e assinado pelo Presidente da Cooperativa. ARTIGO 13 - A exclusão do cooperado será feita por dissolução da pessoa jurídica, por morte da pessoa física, por incapacidade civil não suprida, por deixar de atender aos requisitos estatutários do ingresso ou permanência na Cooperativa. CAPÍTULO IV - DO CAPITAL SOCIAL - ARTIGO 14 - O capital da Cooperativa, representado por cotas-parte, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de cotas-parte subscritas, mas não poderá ser inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais). ARTIGO 15 - Cada cooperado subscreverá no mínimo 1 (uma) cota-parte de capital e no máximo 1/3 (um terço) do capital subscrito. ARTIGO 16 - O Cooperado pode integralizar as suas cotas partes de uma só vez à vista, ou em prestações mensais, independentemente de chamada, por trabalho ou doação de material, de valores idênticos a cotas-parte da Cooperativa, conforme disposições da Assembléia Geral. ARTIGO 17 - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou, devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito. CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL - ARTIGO 18 - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. ARTIGO 19 - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de diretoria ou fiscalização. ARTIGO 20 - Nas Assembléias Gerais, o "quorum" de instalação será de 2/3 (dois terços) em primeira convocação, metade mais um dos cooperados, em segunda convocação e no mínimo de 10 (dez) cooperados na terceira convocação. ARTIGO 21 - Nas Assembléias Gerais, cada cooperado terá o direito à apenas um voto, qualquer que seja o número de suas cotas-parte. ARTIGO 22 - A Assembléia Geral Ordinária, que se reunirá anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os assuntos que deverão constar da ordem do dia. ARTIGO 23 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação. ARTIGO 24 - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre reforma dos estatutos, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança de objetivos da Cooperativa, dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação e apreciação da conta de liquidantes. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DIRETOR - ARTIGO 25 - A Cooperativa será administrada por um Conselho Diretor autogestionário composto de 4 (quatro) membros, todos cooperados, com as funções de Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Comercial e Diretor de Comunicação, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. ARTIGO 26 - Compete ao Conselho Diretor, como norma geral, respeitar e desenvolver na Cooperativa atos e atitudes do ideário contido no Artigo 2º deste Estatuto. ARTIGO 27 - O Conselho Diretor rege-se pelas seguintes normas: reúne-se uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário por convocação do Presidente, pela sua maioria simples, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal. ARTIGO 28 - Na vacância de um ou mais cargos do Conselho Diretor, deverá ser convocada pelo Presidente, pelo membro remanescente, ou pelo Conselho Fiscal, conforme o caso, uma Assembléia Geral para o preenchimento da vaga ou vagas ou eleição de novo Conselho. ARTIGO 29 - Nas faltas ou impedimentos, o Presidente é substituído na seguinte ordem: pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor Comercial e este pelo Diretor de Comunicação. ARTIGO 30 - São atribuições do Conselho Diretor, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, atendidas as decisões e recomendações da Assembléia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa, avaliando e controlando seus resultados. ARTIGO 31 - A Presidência cabe, entre outras a supervisão das atividades da Cooperativa, através do contato permanente com os demais membros do Conselho Diretor e cooperados em geral. ARTIGO 32 - Ao Diretor Administrativo e Financeiro cabe, entre outras atribuições, a supervisão da parte contábil da Cooperativa e responsabilizar-se por valores, títulos, documentos e arquivos contábeis, e assinar, juntamente com o Presidente ou o Diretor Administrativo e Financeiro ou Diretor de Comunicações, cheques bancários, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações. ARTIGO 34 - O Conselho Diretor poderá criar grupos de trabalho, permanentes ou transitórios, fixando-lhes a forma de representação, normas de funcionamento e atividades para estudar, planejar, coordenar e acompanhar a solução de problemas específicos. CAPÍTULO VII - DO CONSELHO FISCAL - ARTIGO 35 - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles, todos cooperados, eleitos pela Assembléia Geral por mandato de um ano, sendo permitida a reeleição de 2/3 (dois terços) de seus membros. ARTIGO 36 - O Conselho Fiscal reúne-se de forma ordinária trimestralmente, e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de três dos seus membros. ARTIGO 37 - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho Diretor convocará a Assembléia Geral para seu preenchimento. ARTIGO 38 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa. ARTIGO 39 - Informar ao Conselho Diretor sobre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este à Assembléia Geral ou autoridade competente, as irregularidades constatadas e convocar a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes. ARTIGO 40 - Verificar se os objetivos da Cooperativa estão sendo realizados. CAPÍTULO VIII - DO BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E

FUNDOS - ARTIGO 41 - O balanço geral, incluindo o confronto de receitas e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 42 - As despesas da Cooperativa serão cobertas pelos recursos próprios, obtidas através de suas atividades operacionais, dentro dos objetivos sociais, bem como poderão ser cobertas, também, se for necessário, pelos cooperados. ARTIGO 43 - Das sobras verificadas anualmente, serão deduzidas as seguintes taxas: 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva; 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e 85% (oitenta e cinco por cento) para distribuirão entre os cooperados, proporcionalmente às suas cotas-parte subscritas e integralizadas, ou retornando para Cooperativa como Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. ARTIGO 44 - Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. ARTIGO 45 - O Fundo de Reserva é destinado a cobrir perdas ou atender ao desenvolvimento das atividades sociais. ARTIGO 46 - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é destinado a cobrir perdas após serem utilizadas todo o Fundo de Reserva, e destinado ao desenvolvimento educacional, técnico e social dos cooperados. ARTIGO 47 - Em caso de dissolução ou liquidação, o saldo remanescente dos Fundos de Reserva, de Assistência Técnica, Educacional e Social, reverterão em favor de uma entidade filantrópica registrada e regularizada para tal fim e prevista em lei, não sendo rateado entre os cooperados. ARTIGO 48 - Além dos Fundos previstos, a Assembléia poderá criar outros, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGO 49 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor, sujeitos à homologação da Assembléia Geral, bem como de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, ouvida a Organização das Cooperativas do Distrito Federal - OCDF. Este Estatuto foi aprovado em Assembléia de Constituição, realizada em 01 de setembro de 1996. Júlio Barbieri Junior, Luiz Paulo Budel Vasconcellos, João Aníbal Lopes de Almeida, Nélio de Oliveira Seixas, Marcelo Costa e Silva, Sandro Silva Almeida, Rosalino José Galli, Oswaldo Pinto Osorio Filho, João Alberto Palau, Sergio Ferreira dos Santos, José Rogaciário dos Santos, Paulo Afonso Castro Alves Jacobson, Maria Inês Militão Rufino, Verinaldo da Silva Sousa, Maria de Lourdes Gurgel de Araújo, Shigueo Doi, André de Almeida Gomes, Cidclei Rodrigues dos Santos, Ueslei dos Santos, Jorge Jovanelli de Oliveira, Jorge Henrique Ferraz de Souza Junior, Octávio Conde Teixeira, Karla Fonseca Loureiro, Denise Maria de Franco Souza, Fábio Luiz da Silva.

(DAR R$ 319,68)

SIAB - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO (*)

Convocamos os senhores associados do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Brasília para Assembléia Geral Ordinária a ser realizada na quinta-feira, dia 12 (doze) de Dezembro de 1996, na sede do sindicato sita no SCN Qd. 01 Bloco E n.º 50 sala 1010, às 18:30 (dezoito e trinta) horas em primeira chamada e 19:00 (dezenove) horas em segunda e última convocação, para deliberarem sobre:1º.- Suplementacão Orçamentária de 1996; 2º - Orçamento do Exercício de 1997. 3º – Assuntos Gerais

Maurino Almeida Ramos, Presidente.

(*) Republicado por haver incorreções no original.

(DAR = R$ 17,28)





CORRENDO DEMAIS
VOCÊ PODE
CHEGAR
GDF
ONDE NÃO QUER.



BRASÍLIA DIZ NÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A prostituição infanto-juvenil é uma das mais cruéis formas de violência contra pessoas inocentes.
Uma agressão que marca para sempre as vidas de suas vítimas.
É preciso combater aqueles que ganham com a exploração sexual e proteger as crianças e os adolescentes contra abusos e imposições.
Toda sociedade deve participar, junto com o Governo, desta frente pela cidadania.
Faça sua parte. Denuncie essa violação dos direitos humanos. Nossas crianças e adolescentes merecem um futuro melhor.

SOS CRIANÇA 1407

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

Lugar de lixo é no lixo.



SLU Serviço de Limpeza Urbana do D. Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

Observar as instruções é planejar bem seu trabalho

INSTRUÇÕES PARA ACEITAÇÃO DE ORIGINAIS

As instruções que se seguem, para uso do presente **modelo**, devem ser rigorosamente observadas. Entregando sua matéria de acordo com estas instruções, garantimos a divulgação no Diário subseqüente à data da entrega.

1. O texto deverá ser datilografado em papel tipo ofício, usando fita nova e tipos limpos, em espaço um, pitch dez, na medida de 18cm de largura para os textos. No caso de balanços, tabelas e quadros, as medidas deverão ser de 18cm para uma coluna e de 37cm de largura para duas colunas da página.

2. Avançar dez espaços datilográficos quando abrir parágrafo no texto.

3. Datilografar em letras maiúsculas e centralizados os títulos e subtítulos.

4. Evitar anotações, erros de datilografia e quaisquer rasuras.

5. Tratando-se de balanços e/ou matérias com mais de uma lauda, indique a ordem a ser seguida, numerando-as no verso.

6. Não amarrotar nem dobrar o original, a não ser ao longo da linha pontilhada.

7. O nome do signatário constante da matéria deverá vir em letras maiúsculas e a assinatura não pode atingir o texto, sob pena de comprometer a nitidez do mesmo.

8. A matéria deve ser enviada em **três** vias, com o "**Publique-se**".

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF